

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**GUILHERME BARRETO BACELLAR PEREIRA**

**A PERDA DA HEGEMONIA INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO**  
**(1907-1939).**

NITERÓI

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**GUILHERME BARRETO BACELLAR PEREIRA**

**A PERDA DA HEGEMONIA INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO  
(1907-1939).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Setor: História Contemporânea III

Orientação: Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Almico

NITERÓI

2017

P436 Pereira, Guilherme Barreto Bacellar.  
A perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro (1907-1939) /  
142 f. ; il.

Orientadora: Rita de Cássia da Silva Almico.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 133-141.

1. Indústrias. 2. Rio de Janeiro (Estado). 3. Hegemonia. 4. Sindicato.  
5. Intelectual brasileiro. I. Almico, Rita de Cássia da Silva. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

**GUILHERME BARRETO BACELLAR PEREIRA**

**A PERDA DA HEGEMONIA INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO  
(1907-1939).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Setor: História Contemporânea III

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Almico (UFF) – Orientadora

---

Prof. Dr. Bernardo Kocher (UFF) – Arguidor

---

Prof. Dr. Almir Pita Freitas Filho (UFRJ) – Arguidor

Niterói – RJ

2017

A minha família, Sandra, Jorge, Diogo e Thiago

A minha amada, Amanda.

## **Agradecimentos**

Apesar de um nome apenas estar presente na capa desta dissertação, a sua construção seria impossível sem a participação de algumas pessoas fundamentais para que isso se tornasse realidade.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por fomentar essa dissertação através da bolsa de auxílio à pesquisa. Em um momento de tantos revezes na educação e pesquisa no Brasil, que as iniciativas positivas sejam ainda mais valorizadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) por ter oferecido as condições para o aprimoramento dos meus estudos e o desenvolvimento da presente pesquisa. Agradeço também aos docentes do programa e seus cursos ministrados, Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Almico, Dr.<sup>a</sup> Sonia Mendonça, Dr.<sup>a</sup> Virgínia Fontes e Dr.<sup>a</sup> Raquel Varela, sendo fundamentais para o desenvolvimento da dissertação e o meu desenvolvimento enquanto pesquisador.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de defesa da dissertação: Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Almico, Dr. Bernardo Kocher e Dr. Almir Pita Freitas Filho, agradeço pela leitura criteriosa, pelas sugestões e críticas realizadas, fundamentais para os ajustes necessários ao final da pesquisa. Da mesma forma, agradeço aos professores que compuseram minha banca de qualificação: Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Almico, Dr. Bernardo Kocher e Dr. Luiz Carlos Soares, agradeço pelos seus apontamentos, críticas e sugestões em um momento fundamental para o desenvolvimento correto da pesquisa.

Agradeço em especial à minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Almico, pela paciência, pelas críticas e sugestões sempre pertinentes e essenciais para o desenvolvimento da dissertação. Sem tolher meu objeto, sempre apontou de maneira diligente meus escritos, compreendendo minhas virtudes e sobretudo minhas limitações

ao longo da pesquisa. Muito além de uma orientadora e uma professora incrível, uma amiga para a vida.

Aos meus amigos que compartilham ou não do mesmo caminho e escolha profissional, apesar de todos os percalços, agradeço pelos bons momentos, pelas sugestões, pelo apoio nas horas difíceis, e pelas cervejas fundamentais nos melhores e piores momentos: Camilla Outeiro, Daniela Toscano, Gustavo Barreto, Luís Henrique Cavalcante, Márcia Simões, Thiago Alvarenga e Thiago Mantuano. Saibam que sem a presença de vocês esta árdua caminhada seria ainda mais complicada.

Aos membros da minha família, meus principais agradecimentos:

Aos meus pais – Sandra e Jorge – obrigado por tudo. Pela presença em momentos fundamentais, pelo todo apoio em situações difíceis e pelas críticas sempre visando o meu melhor. Todo amor do mundo é pouco perto do que vocês merecem. Vocês sempre serão minha base para a vida.

Aos meus irmãos – Diogo e Thiago – obrigado por existirem. Diogo, sua forma de agir frente à vida sempre me serviu de inspiração, pelo seu bom humor cativante e positividade constante. Thiago, obrigado pela base teórica fornecida, que mesmo sem saber, foi fundamental para a presente pesquisa. Sua tranquilidade, perseverança e perfeccionismo sempre me inspiraram a ser melhor em minhas ações.

À minha tia – Sonia – obrigado por ser minha segunda mãe no sentido mais fiel da palavra. Sendo sempre um suporte importante na minha formação como pessoa, e um apoio fundamental em minhas decisões na vida.

À Amanda, minha amada, agradeço por ser quem você é. Sem você nada disso seria possível, sempre me inspirando a ser melhor e ir em busca dos meus sonhos. Obrigado por ser minha primeira – e mais crítica – leitora crítica, pelas séries, pelas brincadeiras e pelas broncas em seu noivo enrolado. Por todo amor dispensado e por todo

apoio em momentos de dúvida e fraqueza. Sua força, seu entusiasmo e o seu amor nunca me deixaram esmorecer. Te amo hoje e sempre.

Enfim, pelo apoio que cada um de vocês me proporcionou, à sua maneira e em seu momento, compartilho a escrita desta dissertação. Sintam-se sempre parte fundamental para que isso fosse possível.



**Resumo:**

Propomos nessa dissertação uma análise de como a cidade do Rio de Janeiro se estruturou, sobretudo ao longo do XIX, como principal centro industrial do Brasil e como, progressivamente, e a partir das primeiras décadas do século XX este cenário se modificou. Para isso, analisamos os Censos industriais de 1907, 1919 e 1939, além da ação das entidades patronais, principalmente a FIESP, para que outro grande centro industrial – o estado de São Paulo – se organizasse no mesmo período. Nos utilizando do referencial teórico gramsciano para entendermos a disputa pela posição de centro industrial hegemônico, analisamos também a ação de Roberto Simonsen como intelectual orgânico dos industriais paulistas, e seu papel central para a estruturação de uma nova hegemonia que se construiu, de maneira mais destacada, a partir da década de 1930.

**Palavras-chave:** indústria, Rio de Janeiro, hegemonia, sindicatos patronais, intelectual orgânico.

**Abstract:**

We propose in this dissertation an analysis of how the city of Rio de Janeiro was structured, especially throughout the nineteenth, as the main industrial center of Brazil and how, progressively, and from the first decades of the twentieth century this scenario changed. For this, we analyzed the Industrial Censuses of 1907, 1919 and 1939, in addition to the action of the employers, mainly FIESP, so that another large industrial center - the state of São Paulo - could organize itself in the same period. Using the theoretical reference Gramscian to understand the dispute for the position of hegemonic industrial center, we also analyze the action of Roberto Simonsen as an organic intellectual of the industrialists from São Paulo, and their central role in structuring a new hegemony that was built in a more prominent way, from the 1930s.

**Keywords:** Industry, Rio de Janeiro, hegemony, employers' unions, organic intellectual.

## Sumário

<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>11</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>12</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1 – O Processo de Industrialização do Rio de Janeiro .....</b>	<b>17</b>
1.1 Teorias sobre o processo de industrialização brasileiro.....	30
1.2. Interpretações sobre a origem do desenvolvimento industrial brasileiro .....	31
1.2.1 Teoria dos Choques Adversos.....	31
1.2.2 A Industrialização decorrente do aumento das exportações .....	33
1.2.3 A industrialização promovida intencionalmente por políticas do governo....	34
1.2.4 O “Capitalismo Tardio” .....	36
1.2.5. Os “Encadeamentos Generalizados” .....	37
1.3. Um breve contraponto entre os casos do Rio de Janeiro e São Paulo .....	41
<b>Capítulo 2 - O turning point paulista .....</b>	<b>50</b>
2.1 Teorias sobre a mudança de cenário .....	58
<b>Capítulo 3 - A construção de uma nova hegemonia .....</b>	<b>81</b>
3.1 O conceito de hegemonia.....	81
3.1.1 A centralidade do conceito de hegemonia.....	83
3.1.2 O conceito de hegemonia na articulação do instrumental teórico-analítico de Gramsci .....	85
3.1.3 O Sentido da Hegemonia.....	93
3.2 O papel dos sindicatos patronais paulistas no caso brasileiro .....	95
<b>Capítulo 4 – Simonsen: intelectual orgânico dos industriais paulistas.....</b>	<b>104</b>
4.1. A trajetória de Roberto Simonsen.....	111
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>131</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>134</b>

## **Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos**

<b>Quadro 1</b> – Número de operários nas maiores indústrias têxteis do Rio de Janeiro.....	<b>27</b>
<b>Quadro 2</b> - Participação acionária dos negociantes nas indústrias têxteis (1891) - % do capital .....	<b>47</b>
<b>Quadro 3</b> – Ramos industriais, número de operários e grandes fábricas por estado.....	<b>54</b>
<b>Quadro 4</b> – Participação dos Estados mais industrializados (%) - 1907, 1919, 1939...	<b>56</b>
<b>Gráfico 1</b> - Participação dos estados mais industrializados (%) – 1907, 1919, 1939....	<b>57</b>
<b>Quadro 5</b> – Participação Regional na Economia (%) – 1907, 1919, 1939.....	<b>57</b>
<b>Gráfico 2</b> - Participação Regional na Economia (%) – 1907, 1919, 1939.....	<b>58</b>
<b>Tabela 1</b> - Exportações de maquinaria industrial para o Brasil provenientes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França, 1855-1939(£).....	<b>61</b>
<b>Quadro 6</b> – Produção Industrial. Número de Estabelecimentos, operários e força motriz, por Estado (1907, 1919 e 1939).....	<b>73</b>
<b>Gráfico 3</b> – Número de estabelecimentos por Estado – 1907, 1919, 1939.....	<b>74</b>
<b>Gráfico 4</b> – Operários por Estado – 1907, 1919, 1939 .....	<b>74</b>

## Lista de Siglas

AIB	Ação Integralista Brasileira
AL	Aliança Liberal
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIB	Centro Industrial do Brasil
CIB	Confederação Industrial do Brasil
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJ	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FIP	Federação das Indústrias Paulistas
FUP	Frente Única Paulista
FSIESP	Federação dos Sindicatos de Empregadores do Estado de São Paulo
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
PCd'I	Partido Comunista d'Italia
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SESI	Serviço Social da Indústria
SI	Sociedade Industrial

## **Introdução**

Ao longo de sua história, a cidade do Rio de Janeiro se constituiu como o grande centro econômico e político do país, seja como importador de produtos europeus, seja como o principal porto exportador de ouro, café, e outros produtos. Este processo se intensificou com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e o início do período Imperial, ampliando ainda mais sua preeminência diante das demais regiões do país.

Assim, a então Corte do Império se constituiu solidamente como o principal centro industrial do país, ficando tal situação explícita, sobretudo, na segunda metade do século XIX. Isto posto, neste trabalho objetivamos uma compreensão sobre como após esse importante momento do processo de industrialização brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro perde progressivamente a hegemonia industrial nacional, logo nas primeiras décadas do século XX.

Para isso, catalogamos um conjunto de fontes fundamentais para uma análise do período estudado e as variações observadas no setor industrial entre os anos de 1907 e 1939, nos principais centros produtivos do país. Portanto, o conjunto de fontes que utilizamos é composto pelos Censos Industriais realizados nos anos de 1907, 1919 e 1939, onde observamos de maneira ampla dados sobre o número de operários empregados pelas principais indústrias do Rio de Janeiro; a variedade de ramos industriais, o número de operários e a quantidade de grandes indústrias, observada nas capitais; a participação relativa dos estados na produção industrial; a participação de cada região na produção industrial; e o número de estabelecimentos presentes em cada Estado no período analisado. Também nos utilizamos dos Boletim do Centro Industrial do Brasil, Relatórios da Companhia Construtora de Santos, da Revista IDORT, além de discursos e documentos realizados por Roberto Simonsen. Somam-se a estes documentos analisados por outros autores como Wilson Suzigan, Eulália Lobo e Ana Maria Monteiro.

Para realizarmos uma análise mais detida, optamos por uma visão mais ampla sobre o assunto, retomando determinadas características históricas, para um melhor entendimento sobre o tema. De tal modo, o primeiro capítulo busca apresentar como iniciou-se o processo de industrialização no país, debatendo as possíveis origens para o desenvolvimento da indústria no Brasil, centro agroexportador e que, principalmente ao longo do século XIX, baseou sua produção na mão de obra escrava. Soma-se a este, as principais formulações teóricas que versam sobre este desenvolvimento, criando na então capital o principal centro dinâmico da indústria nacional, no início do século XX.

A princípio cabe ressaltar que o presente tema é alvo de intensos debates ao longo de grande parte do último século. Tais discussões divergem em diversos pontos: quando teria ocorrido a origem, a partir de onde e sob que fatores teriam, objetivamente, tornado possível o início de um processo industrial no interior de uma economia pautada em um sistema agrário e escravista.

Entretanto, alguns autores (que veremos ao longo deste trabalho) associam diretamente este processo de industrialização ao capital cafeeiro, e conectam a decadência do plantio de café no Vale da Paraíba fluminense a um possível declínio do processo industrial carioca pela inexistência desses capitais, a partir dos anos de 1890, e se intensificando com a virada para o século XX. Tal visão não é compartilhada por alguns estudiosos da área, que conectam o processo industrial carioca a outros fatores, como o pujante comércio interno, a estreita ligação com o seu interior e o abastecimento de diferentes regiões do país. Assim, se faz fundamental uma análise conjunta da cidade do Rio de Janeiro e seu interior, para uma melhor e mais embasada compreensão do período e do tema aqui expostos.

Dessa maneira, o segundo capítulo tem como intuito compreendemos como, e através de que fatores, o Rio de Janeiro perde progressivamente ao longo do século XX, sua posição hegemônica no cenário industrial nacional. Vale ressaltar o curto espaço de tempo desta ocorrência, expresso nos censos industriais realizados entre os anos de 1907 e 1939.

No terceiro capítulo, continuando a análise, se faz fundamental uma breve compreensão do que é o conceito de hegemonia, sua fundamentalidade para a análise das disputas internas da sociedade, dentro do referencial teórico e analítico gramsciano; e quais os fatores contribuíram para a formação de uma nova hegemonia, centrada em uma outra fração da classe industrial brasileira. Para uma melhor compreensão, vamos ainda analisar a atuação de alguns aparelhos privados de hegemonia e partidos políticos, e sua centralidade para a construção de uma nova hegemonia.

No quarto e último capítulo deste trabalho, abordaremos outra engrenagem essencial nesse complexo sistema de mecanismos e instrumentos para a disputa da hegemonia: os intelectuais. Na teorização de Gramsci, os intelectuais estão divididos em dois tipos: “intelectuais orgânicos” e “intelectuais tradicionais”. O primeiro deles é formado pelos que possuem vínculo estreito com a emergência de uma classe fundamental, cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe nos campos econômico, social e político. O segundo tipo é composto pelos que em um modo de produção anterior, constituíam uma categoria de intelectuais orgânicos de uma determinada classe que não mais existe.

Assim, este último capítulo centra sua análise no conceito gramsciano de intelectual orgânico e toda a sua importância para a sua classe, sobretudo em um momento de intensas disputas dentro do Estado brasileiro, como a década de 1930. Para isso, analisaremos de forma mais específica Roberto Simonsen, pela sua atuação destacada



enquanto dirigente e organizador dos industriais e toda a sua ação para a construção de uma nova hegemonia exercida pelo setor industrial paulista, não somente dentro do seu setor mas também, sobre o Estado de uma maneira mais ampla.

## **Capítulo 1 – O Processo de Industrialização do Rio de Janeiro**

Nota-se que o Rio de Janeiro se constituiu solidamente como o principal centro de produção industrial no Brasil, de maneira clara e manifesta na segunda metade do século XIX. Assim, o presente capítulo busca apresentar como iniciou-se o processo de industrialização no Brasil, e de maneira mais específica no Rio de Janeiro. Debatendo as possíveis origens para o incremento industrial no Brasil, país agroexportador e que, principalmente ao longo do século XIX, baseou sua produção na mão de obra cativa<sup>1</sup>. Soma-se a este, as principais formulações teóricas que refletem este desenvolvimento, criando na então capital o principal centro dinâmico da indústria nacional, no início do século XX.

É sempre um exercício complexo determinar um marco inicial para algo, acabamos sempre correndo o risco de um corte demasiado curto ou longo. Aqui buscamos entender como a então capital se estruturou enquanto principal centro industrial do país, e para tanto, demonstraremos como ao longo do século XIX diversos fatores contribuíram para tal.

Primeiramente é necessária uma definição do que entendemos por indústria, já que esta abre um grande leque de possibilidades. A palavra *indústria* entra no vocabulário português no século XIV, antes mesmo do estabelecimento do país na costa americana, significando “empenho, trabalho, habilidade ou disposição para realizar algo” (BARBOSA, 2007: p. 9). Entretanto, o conceito hoje possui uma dimensão diferente, comumente se referindo a “associação de iniciativas de empresários de diversos setores em cadeia produtiva, para produção em escala, envolvendo trabalho humano e de

---

<sup>1</sup> Usando o trabalho de Klein (1987) como base, podemos perceber que a entrada de cativos no Brasil no período entre 1531 e 1780, ou seja, 250 anos de história do Brasil, tem proporção semelhante com o ingresso de escravos no período 1781-1853, tendo transcorrido 72 anos apenas.

máquinas, gerando produtos em série que obedecem a padrões uniformes de excelência” (Idem).

No Brasil, o verbo *industrializar* traz a ideia de uma manufatura do tipo moderno, com investimentos empresariais ou estatais em instalações e conhecimento científico, buscando tecnologias para o abastecimento de setores bem definidos na sociedade. Porém, se definirmos industrialização como uma forma de crescimento social que tem como característica principal a dependência mútua entre empresários, governantes e trabalhadores (BARBOSA, 2007: p. 9), o processo de produção no Brasil tem origem nos primeiros anos do século XIX, como um desdobramento decorrente da chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro. Vale a lembrança, que ocorreram esforços anteriores ao século XIX, que buscavam preencher as lacunas das importações no mercado interno – pré-indústria (OLIVEIRA, 1992) ou proto-indústria (LIBBY, 1989). Porém no presente trabalho não nos ateremos a esta discussão, centrando nossos esforços nos empreendimentos oitocentistas.

Com a vinda da Corte portuguesa em 1808, o Brasil se abriu para o século XIX. Algumas iniciativas anteriores facilitaram o processo, como por exemplo o decreto de 1801, que isentou de tarifas a entrada de ferro no Brasil e permitiu a sua livre exploração. Mas o destaque óbvio fica para o alvará de 1º de abril de 1808, que permitiu o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil, e “promovia liberdade para as ‘manufaturas e indústrias em todo o Estado do Brasil e nos Domínios Ultramarinos’, quebrava o monopólio português e invertia a política protecionista de D. Maria” (ARRUDA, 2008: p. 75-6). Somaram-se a isso algumas providências tomadas pelo Príncipe Regente no sentido de equipar a colônia com as instituições administrativas consideradas indispensáveis à formação de um Estado.

Junto com a Corte, chegam ao Brasil os funcionários europeus que serviam à Rainha e ao Príncipe Regente. A chegada desse séquito contribuiu para um salto na qualidade da fabricação de bens produzidos no país. Somou-se ao Alvará de 1808, o de 1809, que criou condições para o crescimento da indústria, concedeu isenção aduaneira para a entrada de matérias-primas indispensáveis às fábricas e isentou de impostos a exportação de produtos manufaturados. Ademais, garantiu exclusividade aos fabricantes brasileiros na confecção de fardas das tropas reais e o privilégio de exploração durante 14 anos para inventores, após o registro do seu invento<sup>2</sup>. Percebe-se assim, a preocupação de D. João em incentivar, sobretudo, a indústria têxtil. Esta postura, porém, não ficou livre de críticas, por considera-la demasiadamente onerosa, uma vez que a implantação de manufaturas dependia da importação do maquinário necessário<sup>3</sup> (BARBOSA, 2007: p. 12).

Entretanto, a derrocada da política protecionista não tardou, se consumando com os tratados de 1810<sup>4</sup> assinados com a Inglaterra, que possuíam expressivo caráter desacelerador para o crescimento industrial.

A mudança foi tão abrupta que exigiu de D. João uma explicação aos súditos portugueses que, a distância, somente poderiam ver nas medidas adotadas um contrassenso. Isto explica o manifesto de 7 de março de 1810, dirigido ao Clero, à Nobreza e ao Povo de Portugal, em que tenta justificar o inexplicável acordo com a Inglaterra (ARRUDA, 2008: p. 76).

---

<sup>2</sup> Esse foi o primeiro esforço por parte do governo para garantir a propriedade intelectual no país. Vale ressaltar que este Alvará não diferenciava a figura do inventor do introdutor, ou seja, o criador da invenção poderia não ser o mesmo que a trouxe para o país. Apesar de bem simples, este Alvará será o alicerce das leis posteriores sobre o tema, outorgadas em 1830 e 1882, sendo a última a mais completa do período Imperial. (MALAVOTA, 2011)

<sup>3</sup> Dentre os críticos destacamos a eminente figura de José da Silva Lisboa, primeiro Visconde de Cairu, que ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, incluindo Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação. (ARRUDA, 2014)

<sup>4</sup> A saber, Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação. Nestes constou que os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram de 15%, ou seja, 1% a menos do que incidia sobre os produtos portugueses; em relação aos produtos de outras nações, estas tarifas chegavam a 24%. (ARRUDA, 2008)

Se reafirmou assim, a vocação agrícola não só do Brasil, mas também da metrópole

“(…) pois as ‘manufaturas nunca até aqui no Reino prosperaram... apesar dos gloriosos esforços dos senhores Reis meus predecessores’. Portanto, enganaram-se os que acreditaram nas possibilidades de desenvolvimento manufatureiro em detrimento da agricultura” (idem)

Esta medida foi um duro golpe nas possíveis pretensões industriais coloniais, sendo descrita por Alan Manchester da seguinte forma, “Em 1808, a colônia foi emancipada economicamente da metrópole decadente; em 1810, ganhou uma rica madrasta” (1973: p. 93)

Sem ter como concorrer diretamente com a grande oferta de produtos importados, vindos de maneira preponderante da Europa, as manufaturas brasileiras se esforçaram para fornecer à população local bens de consumo diários mais baratos. Assim, seguindo as tendências trazidas do exterior, as manufaturas passaram a produzir de maneira mais expressiva peças de vestuário, como sapatos, chapéus, rendas, bordados e tecidos (MAUAD, 2007: p. 107).

A vinda de intelectuais e artistas franceses em 1816 foi de grande importância para a modernização do país, já que juntamente com estes, desembarcaram no Brasil diversos artesãos altamente qualificados. As mudanças técnicas introduzidas por eles rapidamente se fizeram sentir, de forma mais expressiva, na construção de edifícios, com projetos mais elaborados e com materiais de melhor qualidade. Dessa forma, as empresas nacionais tiveram de responder às novas demandas, mudando não somente as técnicas de produção, mas a própria noção de conforto e bem viver da época. A indústria naval, principalmente voltada para a marinha de guerra e a indústria têxtil, também se beneficiaram das decisões tomadas pelo monarca (BARBOSA, 2007: p.14).

Após o conturbado início dos anos de 1820, com todas as mudanças que culminaram na independência do Brasil, e seu reconhecimento pelos demais países, uma

demanda dos empresários foi atendida, com a instalação, em 19 de outubro de 1827, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) (HEYNEMANN, 2007: p. 83). Sua criação é um marco para a composição das instituições-chave do Império e para uma organização de classe, algo que o embrionário setor industrial ainda não possuía. Grandes nomes do contexto político e social se fizeram presentes em seus quadros, como o Marquês de Olinda, o Visconde do Rio Branco, Manoel Alves Branco e o Visconde de Mauá. A Sociedade possuía uma grande influência política, embora para José Murilo de Carvalho, ela se aproximasse mais de um centro de estudos, tendo um caráter “quase oficial”. Atuando como órgão consultivo do governo imperial, a SAIN deveria examinar e emitir pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país que eram encaminhados ao Ministério do Império. (CARVALHO, 1980: p.41).

Durante a primeira metade do século XIX é nítida a dependência do Brasil em relação ao mercado exterior. Para muitos autores, o sistema escravista respondeu pela situação periférica do país, exportando produtos agrícolas para as economias europeia e norte-americana,

Como a maioria dos países “novos” de expansão europeia, o Brasil participou muito cedo do processo de industrialização barganhando matérias-primas e gêneros alimentícios por artigos manufaturados importados. Nessa troca o Brasil tirava proveito dos seus ilimitados recursos naturais e da sua mão de obra barata mas provocava também o desaparecimento ou a limitação das indústrias manuais do país (DEAN, 1975: p. 251).

A indústria só passa por uma mudança significativa com a adoção da tarifa Alves Branco em 1844. Esta medida tarifária, agiu aumentando as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e até 60% sobre produtos com similar nacional. Abrangendo cerca de três mil itens importados, despertou fortes protestos não apenas dos empresários britânicos, afetados com esta medida, mas também dos importadores no Brasil e das classes mais abastadas, que passaram a pagar mais caro pelos itens importados que consumiam. Este aumento perdurou até meados da década de 1860,

quando o governo imperial, pressionado por diferentes grupos de poder, promoveu uma redução das tarifas. Mesmo sendo insuficiente para uma proteção eficaz, e tendo como principal objeto o aumento das receitas imperiais, esta medida acabou tendo um efeito protecionista quando aumentou a taxaço, principalmente dos produtos ingleses (LUZ, 1975).

Duas guerras contribuíram para o desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX: a Guerra Civil nos Estados Unidos, que estimulou o plantio de algodão no nordeste do Brasil, e a Guerra do Paraguai, que impulsionou a indústria têxtil, algo que não acontecia de maneira expressiva desde os incentivos joaninos do início do século XIX. Além disso, a Guerra do Paraguai mobilizou diversos outros setores da economia, como o naval, de produtos químicos, de instrumentos óticos, além do beneficiamento do couro, fumo, vidro e papel (BARBOSA, 2007: p. 17).

A despeito da ideia já consolidada de que o Brasil era um país agrícola, em 1886 a revista mensal “O auxiliador da indústria nacional” estampou memorial de Frederico Glette, gerente da fábrica de tecidos Rink, sendo contrário ao slogan “país essencialmente agrícola” atribuído ao Império do Brasil. As críticas se estendiam também as baixas tarifas cobradas sobre os tecidos estrangeiros, alegando que os que aqui eram fabricados se equiparavam aos tecidos importados. Também se pedia a suspensão das importações de roupas feitas (ALBUQUERQUE, 2007: p. 68). Principalmente a partir de 1870, momento em que a industrialização se ampliou, a publicação refletiu o descontentamento dos industriais brasileiros com as tarifas em vigor. Um exemplo disso pode ser visto em 1877, quando foi publicado, também no “O auxiliador da indústria nacional”, um memorial dos artistas chapeleiros contra as baixas tarifas que incidiam sobre o produto importado acabado, principalmente se comparadas as tarifas sobre a importação de matérias-primas para o setor (Idem). Outros protestos contestaram as baixas tarifas

relacionadas às importações de tecidos e solicitavam a sua elevação, como o Companhia Brasil Industrial.

Estas manifestações tiveram alguma repercussão, já que em 24 de novembro de 1888 foi aprovada uma tarifa que aumentou os direitos sobre o algodão e juta, tentando amparar a indústria nacional, sobretudo a de sacaria, relacionada ao setor agroexportador, e obviamente gerar rendas alfandegárias para o Império. Porém, geralmente, as tarifas alfandegárias praticadas no país não possuíam como foco a proteção da indústria nacional, com a ocorrência de grandes variações entre medidas que aumentavam as taxas visando a ampliação das receitas imperiais e medidas livre-cambistas, que favoreciam o comércio importador. Evidentemente que há de se considerar a pressão exercida por setores contrários às medidas que de alguma maneira ampliavam o protecionismo, e com bastante poder político e econômico, como por exemplo, os grandes proprietários de terras e o comércio importador (Ibidem: p. 72).

Com a expansão da cafeicultura para o oeste paulista e, conseqüentemente, a necessidade da ampliação da mão de obra disponível, a imigração para o Brasil sofreu um grande impulso. Assim, expandiu-se significativamente a quantidade de jovens que desembarcaram no país em busca de melhores condições de vida, sobretudo na Província de São Paulo. É notório que a grande quantidade de europeus habitando no território brasileiro também contribuiu para uma modificação nos costumes, estimulando o consumo, interferindo na moda e trouxe cada vez mais para o Brasil os temas dominantes na Europa. A classe média brasileira frequentava colégios de orientação educacional europeia, principalmente francesa e, possivelmente, se conhecia melhor nas principais cidades do país, o que acontecia em Paris do que no interior do Brasil (BARBOSA, 2007: p. 22).



Mesmo no interior da Amazônia, no final do século XIX, Manaus se transformou em um grande centro urbano, com teatro, iluminação elétrica nas ruas e uma verdadeira modificação social proveniente das rendas obtidas com o comércio da borracha. Apesar de serem poucas as indústrias relacionadas à produção de bens de consumo na região, os investimentos industriais em infraestrutura atendiam às empresas de extração e preparação da borracha para o seu envio para o exterior.

Entretanto, apesar de algumas iniciativas industriais bem-sucedidas ao longo do período, o país ainda possuía diversos entraves ao seu desenvolvimento industrial. Um dos principais era a necessidade de importação de matéria-prima, como carvão mineral, para a utilização do combustível em suas fábricas e a pequena quantidade de ferro produzido nas chamadas forjas catalãs, que não eram o suficiente para o abastecimento do mercado nacional. Nesse contexto, a adoção da energia elétrica no Brasil, na década de 1880, vem como uma forma de se tentar suprir a carência de carvão. A primeira cidade a adotar tal medida em escala industrial, obtendo um gerador acionado por água, é Juiz de Fora, sendo a usina Marmelos a pioneira na América do Sul, no ano de 1889. Seguem-se à esta iniciativa as cidades de Campos (RJ) e Rio Claro (SP). Posteriormente é inaugurada a iluminação permanente na estação da Corte, hoje Central do Brasil, seguindo-se a isso a chegada dos bondes elétricos à então capital (1895), quase que imediatamente após a sua invenção.

Promovidos pela maior facilidade na obtenção de energia, em poucos anos o número de fábricas têxteis aumentou consideravelmente. Para se ter como exemplo, na cidade de Juiz de Fora se instala um número tão significativo de indústrias, que se notabilizou à época como a “Manchester mineira” (Ibidem: p. 18). A partir de 1883 algumas usinas hidrelétricas já haviam começado a funcionar, porém sem a mesma capacidade de geração de energia da Usina de Marmelos (125 Kw): Ribeirão do Inferno

(Diamantina – 1883), Hidrelétrica da Companhia de Fiação e Tecidos São Silvestre (Viçosa – 1885), Ribeirão dos Macacos (Nova Lima – 1887). Destas, a usina de Ribeirão do Inferno foi construída para auxiliar a mineração, enquanto as demais para fins industriais. A criação da *São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltda.* em 1889, com o objetivo de gerar e distribuir energia no Estado de São Paulo, contribuiu significativamente para a consolidação do estado como produtor industrial, ainda que secundário nesse momento (Idem)

Outro importante fator estrutural para o desenvolvimento industrial foi a grande expansão ferroviária ocorrida nos últimos quinze anos do Império, com a implantação de nove mil quilômetros de trilhos. Esta expansão se aprofundou nos primeiros dez anos do período republicano com mais sete mil quilômetros de trilhos (Idem). De uma forma geral, todas as linhas férreas do período tinham como destino portos e, como primeiro e principal objetivo o escoamento da produção agrícola – sobretudo café. Apesar disso, também serviram bastante às indústrias, transportando mercadorias e matérias-primas. Entretanto as diferentes bitolas instaladas acabaram criando sistemas ferroviários isolados, que possuíam poucas conexões, dificultando a implantação de uma malha realmente eficiente. Além disso, apesar das siderúrgicas surgidas no início do século XX, a produção de ferro ainda era insuficiente no país. As importações continuavam e eram indispensáveis, já que tinham como destino a manutenção de máquinas importadas ou a montagem de vagões para as ferrovias (Idem).

Em 1874, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a formação do engenheiro civil ganhou plena autonomia, desvinculando-se do ensino militar. A escola se manteve como o principal centro gerador da engenharia nacional e o Clube de Engenharia, criado em 1880, surgia como uma extensão quase natural da Escola Politécnica, pois congregava quase todos os recém-formados alunos da escola. Além de

engenheiros, o Clube reuniu também negociantes e políticos de várias partes do país, sobretudo do Rio de Janeiro.

Partindo do pressuposto de que o Estado não é tão somente o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito, mas também o conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1966), e de que o Clube de Engenharia correspondia a um destes aparelhos, ou seja, a um espaço de ação política consciente, pretendendo alcançar certos objetivos. (HANSEN e SAES, 2007: p. 153)

Tal iniciativa se somou à SAIN no conjunto de instituições que começavam a pautar políticas liberais – como o fim da escravidão – para o país, e cada vez com um maior poder sobre os meios da época. Este fato também demonstra um maior grau de organização classista no fim do século XIX por parte dos setores ligados as indústrias (BARBOSA, 2007: p. 19).

Na última década do século XIX, novas tecnologias chegam ao Brasil, como o gramofone e o cinema, se juntando a outras já mais consolidadas, como o telefone. As inovações no fim do século XIX geram uma nova perspectiva nos governantes, que buscam, cada vez mais, identificar suas iniciativas com o futuro, e projetar as tendências a serem seguidas no século XX. No Brasil, Minas Gerais constrói uma nova capital – Belo Horizonte, enquanto São Paulo promovia sua reforma urbana com a abertura da Av. Paulista em 1891 (Idem). Entretanto, de todas as reformas urbanas estabelecidas à época, a de maior relevo foi empreendida na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos.

A cidade – apesar de possuir a primeira linha de bondes elétricos da América Latina desde 1892, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico – ainda dispunha de uma região central emaranhada de ruas estreitas e cortiços. Quando tem início a abertura da Av. Central, os industriais locais corresponderam, modernizando seus métodos produtivos, atualizando seus equipamentos e tecnologias para a produção de edifícios. Obviamente que boa parte disso, inspirado no que havia sido idealizado décadas antes em

Paris por Georges-Eugène Haussmann, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto decorativo, dos novos aparelhos urbanos instalados com a reforma (Ibidem: p. 21).

Gradativamente, a função comercial de distribuidora que a cidade já exercia assumiu proporções crescentes, e não apenas de produtos importados, mas também aqueles produzidos pela sua própria indústria. A partir dos estudos de Lobo (1978: p. 449) e Levy (1994: p. 134), observamos a alteração da função portuária da cidade, perdendo sua importância como exportador de café, para ganhar como polo distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor.

Do ponto de vista industrial, quando o século XX se inicia, a cidade do Rio de Janeiro já contava com um importante parque industrial têxtil: a Companhia de Tecidos Progresso Industrial, em Bangu; a Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança, em Laranjeiras; a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, a Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado, ambas no Jardim Botânico; Companhia América Fabril, em São Cristóvão; e a Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, em Vila Isabel, todas com aproximadamente mil operários (Ver Quadro 1). Com um parque têxtil tão grande, estas fábricas não modificavam somente a moda, mas também costumes, já que seguindo o padrão europeu, no entorno das fábricas eram construídos os bairros operários, com moradias padronizadas e projetadas de acordo com os modelos de construção vigentes (BARBOSA, 2007: p. 21).

#### **Quadro 1 – Número de operários nas maiores indústrias têxteis do Rio de Janeiro**

<b>Fábrica</b>	<b>Número de Operários</b>
Companhia de Tecidos Progresso Industrial	1651
Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança	1650
Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca	1300
Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial	1350
Companhia América Fabril	1320
Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado	812

Fonte: CIB - Censo de 1907.

Não era somente a indústria têxtil que ganhava importância nesse momento no país. A *Clark and shoes Company* que exportava produtos para o Brasil se instalou em São Paulo. A indústria de cervejas e refrigerantes que, desde 1836, dependia da importação de frascos para a comercialização, supera este problema com o início da fabricação em 1900. Derivados de gado, industrializados, também davam excelentes resultados e lucro aos industriais que investiam em seu beneficiamento de carne, couro, ossos e chifres de animais para a fabricação de sabão, velas, banha ou carnes enlatadas, embutidos, pentes, botões e colas (Ibidem: p. 25).

Na virada do século, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país já alcançava 12000 kW (Idem: p.28), mesclando as origens térmica e hidráulica, com muitas cidades já possuindo energia elétrica e rede telefônica, além do telégrafo estar presente em todas as capitais do país. Em 1902 é criada pela *The São Paulo Railway Light Power and Co.* a Usina Hidrelétrica do Parnaíba, a primeira realizada por engenheiros brasileiros, atendendo a demanda de consumo cada vez maior das novas indústrias e dos demais setores da sociedade. No nordeste novos portos são construídos e os de Recife e Salvador modernizados. O industrial Delmiro Gouveia instala a hidrelétrica de Angiquinho, fornecendo energia para a Companhia Agro-Fábrica Mercantil e para a Vila Operária da Pedra, empresas de sua propriedade em Alagoas (Ibidem).

Apesar do setor industrial ser pouco atingido pelas crises políticas resultantes do início da República, sobretudo entre militares e grandes proprietários rurais, problemas intraclasse atingiam o setor. Muitos industriais associados à SAIN pediam a revisão dos estatutos e ações políticas que atendessem aos interesses dos empresários. Outras instituições já agiam à margem do SAIN, principalmente em setores específicos, como por exemplo, a Sociedade Industrial (SI) (Idem: p.32) e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, que defendia os interesses do setor têxtil carioca. Dessa forma,

havia o vazio de uma instituição que representasse e desse uma maior coesão à classe empresarial brasileira. Nesse contexto, em 1904, é criado o Centro Industrial do Brasil (CIB), com uma atuação muito marcada, de uma maneira bem mais enfática na defesa dos interesses do setor, principalmente na defesa da tarifa alfandegária (Idem).

A organização industrial de caráter permanente, que reunia empresas da capital e do Estado do Rio de Janeiro e que, gradativamente, se fortaleceu como representante dos interesses da indústria de todas as partes do país (CARONE, 1978: p. 72) Segundo Leopoldi (1986: p. 66), “havia na Capital Federal (início do século XX), um movimento industrialista, e as vinculações das lideranças desse movimento com a política eram significativas”, ou seja, a burguesia industrial se organizou em associações de classe, penetrando cada vez mais em organismos da sociedade política. E no volume I do Boletim do Centro Industrial do Brasil, eram definidos o sentido e o papel da entidade,

[...] se cada indústria, sob o ponto de vista técnico tem seus interesses à parte, há para todas um interesse comum, que cada dia mais se avoluma e que consiste em garantir o consumo interior das especialidades que são e devem ser produzidas no país. Nessa pugna colossal estão atualmente empenhadas todas as nações e nela carecemos também nós, industriais brasileiros, empenhar-nos (Boletim do Centro Industrial do Brasil. 1904-1905: 5 apud HANSEN e SAES, 2007: p. 56)

Podemos inferir assim, que a virada do século XIX para o século XX correspondeu politicamente a um momento de intensificação dos conflitos de interesses econômicos corporativos. Estes tomaram forma de disputa na própria sociedade civil, na qual os industriais e os negociantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros, além de outras frações de classes, buscaram defender seus interesses, principalmente através das entidades de classes, mas também na sua aproximação com os ocupantes dos órgãos públicos (Ibidem).

Vale ressaltar também que o crescimento industrial do início do século XX se relacionava diretamente ao crescimento urbano que começava a se fazer sentir em diferentes lugares do país. As fábricas empregavam diversos tipos de mão de obra, que gradativamente se adaptavam a um novo modo de vida, como novos hábitos e padrões de

consumo. Tais modificações, decorrentes da grande massa de trabalhadores assalariados urbanos, formaram um mercado cada vez mais relevante para as decisões, e com um maior peso político no cenário nacional deste período.

### **1.1 Teorias sobre o processo de industrialização brasileiro**

Observamos anteriormente algumas das principais iniciativas industriais presentes no país, e de sobremaneira no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX até o início do século XX. Entretanto, diferentes teorias abordam os fatores fundamentais para que essas iniciativas industriais se desenvolvessem e pudessem (ou não) prosperar no país, se relacionando a fatores internos e externos que influenciaram de maneira decisiva o processo industrial.

Apresentaremos aqui as principais teorias acerca da origem da industrialização no Brasil de maneira panorâmica, para uma compreensão básica do tema. São elas: a teoria dos choques adversos; da industrialização decorrente do aumento das exportações; industrialização promovida intencionalmente por políticas do governo; o capitalismo tardio e; os encadeamentos generalizados.

Adiante analisaremos de maneira mais destacada e aprofundada os casos do Rio de Janeiro e São Paulo sob a ótica da obra de Wilson Cano, suas teorias, termos e reflexões acerca do tema. Como forma de estabelecer um contraponto a Wilson Cano, posteriormente, faremos uma análise sobre uma visão alternativa sobre a industrialização baseada na obra de Albert Hirschman (1981) e sua teoria dos encadeamentos generalizados.

## **1.2. Interpretações sobre a origem do desenvolvimento industrial brasileiro**

Múltiplos estudos já trataram sobre a origem do desenvolvimento industrial brasileiro. Desta forma, diversas teorias acerca dessa origem foram formuladas, abordando de maneiras distintas que fatores teriam sido fundamentais para os diferentes processos de industrialização observados no Brasil.

Sendo assim, primeiramente apresentaremos de maneira resumida os aspectos analíticos fundamentais das cinco interpretações principais a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora.

### **1.2.1 Teoria dos Choques Adversos**

A chamada “Teoria dos Choques Adversos” se baseia na premissa que a ocorrência de um choque adverso (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais). Isto posto, afetaria os setores que se relacionam diretamente ao mercado internacional, aumentando os preços das importações ou impondo dificuldades para as mesmas (SUZIGAN, 2000, p.25). Assim, a procura interna se desloca para produção interna que possa suprir as importações.

Entretanto, esta não é uma visão uniforme, possuindo internamente duas diferentes correntes acerca deste processo. A primeira pode ser nomeada de “versão extrema” do argumento dos choques adversos, encampada por Simonsen (1973) e pela CEPAL (Prebisch, 1949), enquanto a segunda se refere de maneira específica ao desenvolvimento industrial brasileiro, por Furtado (1963) e Tavares (1972). A diferença essencial entre as duas versões é que a primeira tenta se colocar - de maneira errônea, segundo Suzigan (Ibidem: p. 25) – como uma teoria de aplicação geral, enquanto Tavares e Furtado tratam apenas do choque da crise do café e da Grande Depressão dos anos 30 como um choque adverso nos termos colocados anteriormente.



No Brasil, a visão extrema da teoria dos choques adversos tem início em alguns estudos que afirmaram que a indústria interna de transformação reagiu de maneira positiva às dificuldades encontradas pelas importações durante o período da Primeira Guerra Mundial. Entretanto o destaque conseguido pela teoria dos choques adversos em sua visão extrema ocorreu pela importante interpretação do desenvolvimento pela CEPAL, baseado em sua relação centro-periferia, voltando o padrão de crescimento da economia periférica somente para o mercado externo, especializados na produção de bens primários e incapazes de estimular a industrialização. A mudança nessa situação só “ocorreu à medida que as economias dos países periféricos se ajustaram aos sucessivos desequilíbrios externos causados pelos choques adversos da Primeira Guerra Mundial, Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial.” (Idem: p. 26). Porém, a visão extrema possui diversos críticos, como por exemplo Suzigan e Mello (1975), enquanto uma teoria geral, por se saber que houve crescimento industrial durante os momentos de expansão (fora dos choques adversos, como veremos de maneira mais detida no próximo capítulo). Soma-se a isso o fato de os efeitos dos choques adversos não terem afetado maneira tão direta decisiva o crescimento industrial quanto defende esta posição.

Já Furtado e Tavares fazem uma diferenciação muito clara entre o modo de desenvolvimento industrial ocorridos antes e depois da crise do café e da Grande Depressão, ambas durante a década de 1930. O crescimento industrial ocorrido antes dos anos 1930 seria induzido pelo aumento da renda interna do país, resultante da expansão do setor exportador. Já o crescimento posterior se distingue como um processo substitutivo de importações, estimulado pela crise do café e a Grande Depressão, e pelas políticas adotadas para o combate à crise (Ibidem: p. 28).

Em resumo, a visão extrema e a de Furtado e Tavares é bem semelhante, entretanto com a diferenciação básica que para Furtado e Tavares

A relação entre o setor exportador e as atividades internas é de interdependência e não de antagonismo, de modo que pôde ocorrer um crescimento industrial dentro da economia primário-exportadora. Entretanto, esse crescimento industrial, juntamente como o setor agrícola de subsistência, era insuficiente para dar autonomia às atividades internas. (Idem: p.29 apud Tavares, 1972: p.31).

Apesar de algumas importantes contribuições para o tema aqui exposto apresentados por esta teoria, consideramos – como vimos na primeira parte deste capítulo – que o processo de industrialização é anterior aos anos de 1930, indo de encontro ao que defende esta interpretação. Além disso, este crescimento não estava limitado somente a bens de consumo, mas também incluía bens de capital leves e a produção de insumos para o setor agrícola-exportador e para o processamento de produtos de exportação, como bem coloca Suzigan (2000: p. 30).

### **1.2.2 A Industrialização decorrente do aumento das exportações**

Esta interpretação, a princípio, poderia ser considerada idêntica a proposta por Furtado e Tavares (Idem: p. 30). Entretanto, ela se difere da teoria dos choques adversos, anteriormente apresentada, sendo em determinados aspectos diametralmente oposta, ao constituir uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, “significando que a indústria se desenvolveu durante períodos de bom desempenho das exportações e se retraiu durante períodos de crise no setor exportador” (SUZIGAN, 2000: p. 31). Esta teoria, caracteriza esse desenvolvimento industrial como um processo abrangente, não limitado aos bens de consumo como uma continuação do setor exportador.

As teses de Dean (1975) e Nicol (1974) estabelecem uma relação direta entre o aumento das exportações e o processo de industrialização existente no estado de São Paulo. Ambos concluem que a Primeira Guerra Mundial interrompeu um processo de crescimento industrial que estava acontecendo antes desse “choque adverso”. Além disso,

o comércio de café criou as bases para o processo de industrialização por diversos motivos:

Ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado consumidor para produtos manufaturados; (...) ao promover o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infraestrutura, ampliou e integrou esse mercado; (...) ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; (...) ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão de obra. Além disso, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial (DEAN, 1976: cap. 1, e NICOL 1974: passim).

Apesar da percepção que tiveram da relação entre o processo de industrialização e o comércio de café, essa interpretação ocorre em tantos equívocos quanto a versão extrema da teoria dos choques adversos. Ao aceitar a relação direta entre o desempenho do setor exportador e a industrialização, ignoram-se as mudanças de estrutura ocasionadas pela crise do café e a Grande Depressão, como destaca Suzigan “deixam de notar as mudanças qualitativas estimuladas pela Primeira Guerra Mundial” (Op. cit.: p. 34).

### **1.2.3 A industrialização promovida intencionalmente por políticas do governo**

Esta teoria atribui grande importância para as políticas do governo para a promoção da industrialização, principalmente a proteção alfandegária e a concessão de incentivos e subsídios. Apesar do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de provar que a industrialização foi promovida por uma política deliberada de desenvolvimento, mas sim contestar a afirmação de que o papel do Estado no incentivo ao desenvolvimento industrial no período anterior a 1930 não foi significativo (Ibidem: p. 41).

Argumenta-se que o papel do Estado foi positivo, seja na proteção alfandegária deliberada, ou na concessão de incentivos e subsídios a determinados setores industriais. Os principais autores relacionados a essa teoria são Flávio Versiani e Maria Teresa

Versiani. “Esses autores atribuem à tarifa alfandegária o papel de mais importante fator de proteção para o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão.” (Idem: p.42).

Apesar do intuito desta pesquisa não ser a promoção de um acentuado debate sobre as teorias, algo já realizado por Suzigan (2000: p. 23-77), mas uma breve apresentação de cada uma das teorias existentes, nesse caso específico algumas considerações se fazem necessárias. O debate sobre a proteção e a sua real eficácia para a defesa do mercado interno para o produtor nacional, não pode se basear apenas nas tarifas alfandegárias, sendo isso bastante simplista. É preciso levar em conta a combinação de diferentes fatores como, direitos aduaneiros, taxa de câmbio, preços de importação e preços internos.

Mas de forma geral é difícil aceitar a afirmação que a tarifa alfandegária era intencionalmente protecionista, dado o seu caráter não seletivo e as frequentes variações de acordo com a situação econômica da ocasião. No que se refere à concessão de subsídios, a sua eficácia é sem dúvida bastante discutível, tendo em vista o fato de não se concretizar como uma política ampla e estruturada, se resumindo a momentos pontuais e ao fato de se limitar a determinados setores bastante específicos. Soma-se a isso, a resistência política a qualquer sistema abrangente de incentivos à produção industrial em uma economia predominantemente agrário-exportadora.

De acordo com Suzigan,

No período anterior à Primeira Guerra Mundial praticamente nenhuma assistência direta foi concedida pelo governo à indústria de transformação, com exceção da indústria do açúcar e, é claro, das ocasionais isenções de direitos sobre maquinaria importada e outras formas indiretas de apoio do governo, como, por exemplo, o desenvolvimento do sistema de transportes, da infraestrutura, etc.” (SUZIGAN, 2000: p.47).

Há que se ressaltar que apesar de não ser notadamente o objetivo central – que invariavelmente era o aumento das receitas do Estado – as tarifas alfandegárias serviram como uma importante forma de proteção à indústria nacional em sua gênese.

#### 1.2.4 O “Capitalismo Tardio”

Uma grande contribuição para a pesquisa sobre industrialização no Brasil é feita pela interpretação desse incremento no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esta análise se baseia na expansão da economia exportadora de café, principalmente no estado de São Paulo.

A interpretação sob a ótica do capitalismo tardio é basicamente uma revisão da doutrina cepalina tradicional. Essa ótica substitui a tradicional divisão entre fatores internos contra fatores externos como motores do crescimento, por uma interpretação que observa o desenvolvimento industrial como, principalmente, “o resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa.” (Idem: p.35).

De acordo com essa interpretação, o capital industrial tem sua origem nos anos de 1880, a reboque de um acelerado processo de acumulação de capital no setor cafeeiro. Desta maneira, o capital industrial é entendido como uma extensão do capital cafeeiro, e parte do chamado “complexo exportador de café” (Idem: p.36 apud Melo, 1975 e Silva, 1976). Este complexo inclui a produção e o beneficiamento do café, o sistema de transportes, o comércio de importação e exportação e os serviços bancários. Defende-se que o extravasamento de recursos provenientes do café para a indústria aconteceu em períodos de expansão das exportações, onde haveria uma diversificação dos investimentos realizados, como os lucros obtidos com a produção cafeeira. Assim, o setor industrial se beneficiaria diretamente das rendas resultantes dos períodos mais lucrativos da exploração do café.

É necessário ressaltar as contradições baseadas nesse modelo de industrialização. O capital industrial depende do capital cafeeiro para importar bens de capital e para a criação de um mercado consumidor para os bens industrializados (SUZIGAN, 2000,

p.37). Por sua vez, o capital cafeeiro dependia da demanda externa de café. O desenvolvimento do capitalismo amparado no comércio cafeeiro apesar de estimular e criar condições para este desenvolvimento, automaticamente também impôs limites. Tal fato ocorre, sobretudo em virtude da posição da economia brasileira no contexto internacional, que implicava na exportação de bens primário, na divisão internacional do trabalho (Idem). Ocorreu de as indústrias de bens de consumo se estabelecerem de maneira mais importante nas primeiras décadas do século XX, enquanto a procura por bens de capital era dirigida às economias centrais. Apesar disso, alguns autores como Wilson Cano, defendem que tais estímulos também se estenderam para outras indústrias como a de sacaria de juta, maquinas de beneficiamento de café e etc. (CANO, 1981). Podemos perceber que a indústria de bens de capital não se desenvolveu no mesmo ritmo que as indústrias de bens de consumo, limitando qualquer possibilidade autônoma de acumulação de capital industrial no país, no início do século XX.

Por fim, a ótica do capitalismo tardio destaca que o modelo de crescimento lastreado pelo comércio cafeeiro tem seu fim com a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930. A acumulação de capital do setor industrial se tornou mais independente do setor cafeeiro, sendo determinada primordialmente, a partir desse momento, pelo crescimento da renda no setor industrial-urbano (SUZIGAN, 2000: p.38).

### **1.2.5. Os “Encadeamentos Generalizados”**

Outra teoria alternativa para os diferentes processos de industrialização brasileiro é a abordagem dos “Encadeamentos Generalizados” de Hirschman (1981: p. 59-97). Esta abordagem, de acordo com Suzigan,

(...) descreve o processo de desenvolvimento econômico no período de crescimento voltado para a exportação, ou a experiência de crescimento de um país novo a partir de um produto básico de exportação, nos termos dos efeitos de encadeamento (*linkage effects*), derivados das exportações de produtos básicos (SUZIGAN, 2000: p.70).

Dadas as limitações da condição subordinada do país periférico na divisão internacional do trabalho, o principal determinante para um produto básico gerar efeitos encadeadores é a natureza deste produto, ou seja, a capacidade de induzir investimentos no mercado interno, a possibilidade de processamento subsequente e da distribuição da renda gerada pela expansão da produção do produto básico de exportação.

Nas palavras de Hirschman,

(...) o desenvolvimento é essencialmente o registro de como uma coisa conduz a outra, e os *linkages* são esse registro, de um ponto de vista específico. Eles enfocam certas características inerentes às atividades produtivas já existentes em determinada época. Estas atividades, em virtude de suas características, impulsionam ou, mais modestamente, convidam alguns agentes econômicos a iniciar novas atividades. Sempre que isso ocorre há um *linkage* entre a atividade existente e a nova atividade. (...) (HIRSCHMAN, 1981: p. 75).

Tais efeitos de encadeamentos são classificados em três níveis distintos: *linkages* de produção, de consumo e fiscais. Os *linkages* de produção, também são conhecidos como encadeamentos para frente e para trás. No que diz respeito à teoria do produto básico, os *linkages* para trás medem “a indução a investir na produção doméstica de insumos, inclusive bens de capital, para o setor exportador em expansão” (SUZIGAN, 2000: p.71). Em função das dificuldades para o desenvolvimento tecnológico, os encadeamentos para trás possuem um melhor aproveitamento “quando necessidades de insumos envolvem recursos e tecnologias que permitem a produção doméstica” (WATKINS, 1963). O mais importante exemplo de *linkages* para trás é a construção de um sistema de transportes para o produto básico, já que isso pode gerar fortes efeitos para a expansão. Os *linkages* para a frente medem a indução a investir em atividades que utilizem o produto primário como insumo para a produção. Um exemplo disso é o caso do algodão para exportação no Nordeste brasileiro, que estimulou o estabelecimento de usinas descaroçamento e prensagem de algodão e estimulou investimentos em fábricas de tecidos de algodão e óleo de caroço de algodão na mesma região (SUZIGAN, 2000: p. 74)

O *linkage* de consumo, ou demanda final, é o paralelo do fenômeno descrito por Hirschman como “o devorar, através da industrialização, de sucessivas categorias de importação em expansão no decurso do crescimento voltado para a exportação” (HIRSCHMAN, 1981: p. 65). Esse encadeamento mede a possibilidade de investimento em indústrias domésticas produtoras de bens de consumo para os fatores empregados no setor exportador. Além disso, seu fator decisivo é o tamanho desse mercado doméstico, além do nível de renda e da sua distribuição ali presente. O *linkage* de consumo “tenderá a ser tanto maior quanto mais elevada a renda média e mais equitativa a sua distribuição” (WATKINS, 1963, p. 146). Em geral os gastos correntes com consumo são voltados para a importação, porém a medida em que vão se tornando maiores tendem a ser substituídas pela produção local, indo ao encontro com a dinâmica de “devorar importações” proposta por Hirschman.

O *linkage* fiscal acontece “quando o Estado cobra impostos sobre a renda gerada pelas exportações do produto básico e canaliza os recursos assim obtidos para financiar investimentos em outros setores da economia” (HIRSCHMAN, 1981, p. 67). Essa cobrança pode acontecer de maneira direta, quando o Estado cobra os impostos diretamente no ato da exportação, ou indireta, quando o Estado, por questões políticas ou econômicas, não pode taxar diretamente a renda do setor exportador e, em contrapartida, cobra direitos aduaneiros sobre as importações. Os efeitos fiscais tiveram forte impacto nas atividades caracterizadas como “enclave”, ou seja, pela ausência de outros tipos de elos em cadeia, como, por exemplo, a atividade mineradora ou petrolífera. Principalmente se tais atividades forem controladas por estrangeiros, que não possuem a mesma influência que os proprietários locais geralmente possuem em seus respectivos governos (Ibidem).



A condição mais favorável seria obviamente a que um produto primário de exportação fosse possuidor de fortes *linkage effects* em toda a linha, ou seja, de produção, consumo e fiscais. Entretanto, essa condição não possui muitas possibilidades de ocorrência, sendo uma breve reflexão capaz de demonstrar que tipos de efeitos em cadeia ocorrem de maneira mais frequente que outros (Idem).

Hirschman também introduz um conceito generalizado de *linkage*, que se divide em duas grandes categorias: interno e externo. O *linkage* interno abrange as ocasiões em que as novas atividades econômicas estimuladas pelos *linkages* são exploradas pelos mesmos agentes econômicos envolvidos com o produto básico de exportação. Já o *linkage* externo, acontece quando as novas atividades são comandadas por estrangeiros, ou pelo Estado (Idem: p. 83). Todos os *linkages* podem ser internos ou externos, exceto o *linkage* fiscal, que é externo pela sua própria natureza.

Esta abordagem possui uma vantagem comparativa muito clara frente as demais, pois além de ser aplicável a qualquer produto básico, ainda facilita a compreensão das diferentes formas de desenvolvimento econômico, das diversas regiões do país, durante o período de crescimento voltado para o setor externo. Sendo assim, as possibilidades de aplicação dessa abordagem no caso brasileiro são imensas, dada a extensão do país e as nítidas diferenças de processos de industrialização aqui existentes. Nas palavras de Hirschman,

Uma avaliação comparativa da existência, força e confiabilidade desses vários efeitos de encadeamento para diferentes produtos básicos em diferentes contextos socioeconômicos é um caminho para o entendimento do processo de crescimento nos países da periferia, durante o período de crescimento voltado para a exportação. Uma vantagem considerável desse enfoque é a de que ele indica desde o início a possibilidade de experiências caracteristicamente diferentes, de acordo com diferentes constelações de *linkages* (HIRSCHMAN, 1981, p. 67).

Sem dúvida, o aumento da renda gerado pela produção cafeeira, serviu de estímulo para investimentos em outras atividades como beneficiamento de café, fabricação de máquinas para esse beneficiamento e outras máquinas, sacaria de juta, construção de

estradas de ferro e portos, produtos alimentícios, tecidos para vestir a força de trabalho, entre outros. A receita proveniente dos impostos da importação, financiada principalmente com os recursos da atividade cafeeira, foi utilizada pelo Estado para financiar investimentos em infraestrutura como a construção e melhoria de portos e ferrovias que serviam à atividade cafeeira.

Porém, “outros produtos básicos também induziram alguma diversificação das atividades econômicas em torno de sua base no século XIX” (SUZIGAN, 2000, p. 74). A cana-de-açúcar induziu inversões em fábricas e refinarias modernas a partir do fim da década de 1870. Outra possibilidade para exemplificar essa situação é o cultivo do algodão para exportação e mercado interno no Nordeste, que já citamos anteriormente. Ainda no Nordeste, as exportações de fumo induziram investimentos na indústria de charutos, por exemplo. A pecuária no Nordeste, e principalmente no Sul, induziu o aparecimento da indústria de artigos de couro e, posteriormente, da produção de carnes congeladas. Os *linkages* de consumo e produção de todos os casos mencionados anteriormente, seguramente estimularam o surgimento de indústrias de tecidos, vestuário, alimentos, etc. Porém, em virtude dos baixos níveis de renda provenientes destas atividades, somadas a uma distribuição extremamente desigual, tais produtos não obtiveram a mesma capacidade indutora de investimentos que possuiu a atividade cafeeira (Idem: p. 74-5).

### **1.3. Um breve contraponto entre os casos do Rio de Janeiro e São Paulo**

Sendo o principal centro industrial brasileiro da segunda metade do século XX, diversos foram os estudos que buscaram entender como, e que fatores alçaram São Paulo a essa posição de preeminência no cenário nacional. Há várias possibilidades de análises e teorias para explicar tal situação. Seja pela relevância e importância do trabalho

realizado, nos basearemos na pesquisa realizada por Wilson Cano (1981), para fazermos uma breve análise da formação industrial paulista.

Primeiramente é necessário que se compreenda um conceito central na argumentação de Cano: o complexo econômico. De acordo com o autor,

Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipos de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto creio que se possa chamar de complexo econômico (CANO, 1981, p. 17).

Tendo essa conceituação em foco, Cano soma a isso a necessidade que o sistema de produção e circulação opere sobre uma base de relações capitalistas de produção, um mercado interno crescente, além de uma pujante agricultura mercantil de alimentos. Para o autor existiram alguns complexos econômicos no país, como a cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense, o complexo nordestino – com todas as imprecisões cabíveis da aplicação de um termo que engloba um contexto econômico tão amplo e diversificado como o que envolve todo o nordeste brasileiro – ou a economia amazônica da borracha. Todavia, diferentemente do que ocorrera em outras regiões produtoras do país, para Cano tais condições ocorreram mais extensivamente e de forma predominante no complexo cafeeiro paulista.

Logo, a dinâmica capitalista só seria aplicável de forma realmente satisfatória com a presença do trabalho assalariado, diferentemente do que ocorreu, principalmente no Vale do Paraíba e no “complexo nordestino”, que utilizaram largamente a mão de obra cativa.

Centrada na cidade de São Paulo, a acumulação se estendeu por toda a região do Oeste Paulista, sendo este o espaço preferencial para o avanço da fronteira agrícola e dos principais investimentos e melhorias. Na verdade, ocorrera uma espécie de vazamento da atividade principal, o café, para um conjunto de atividades integradas entre si: comércio

de exportação e importação, transporte ferroviário, produção de alimentos, ensacamento, beneficiamento, constituição de uma infraestrutura urbana, financiamento, enfim, todas as atividades necessárias à produção e comercialização do café, nucleadas pela produção cafeeira e que se incrementaram mutuamente, reforçando o ritmo da acumulação. Nestes termos, os efeitos dinâmicos desta atividade redundaram em industrialização.

Voltada primeiramente para o setor de bens de consumo não duráveis e alimentícios, as demandas relacionadas avançaram no sentido do desenvolvimento de um setor produtor de bens de capitais, sendo que, a partir daí a dinâmica econômica nacional teria sido supostamente endogeneizada. Dada a forma espacialmente desequilibrada deste processo, iria se verificar deste então, desigualdades regionais cada vez maiores, se estabelecendo, de acordo com Cano: “uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de centro-periferia” (CANO, 1981, p. 84). Ainda segundo o autor, pelo menos até 1930, as trocas comerciais entre São Paulo e o “resto do Brasil” ter sido deficitária para a os paulistas.

Isto posto, “o que se vê na realidade é que esse comércio possibilitou ao restante do país, compensar os negativos resultados de suas trocas com o ‘resto do mundo’” (CANO, 1981, p. 83). As trocas comerciais entre o “resto do Brasil” e São Paulo, consistiram fonte de obtenção de recursos para o restante do país, apesar da relação centro-periferia, estabelecida pelo autor.

Segundo Cano, não se verificou em outras regiões do país uma articulação entre os componentes do complexo econômico que redundasse nos seguintes desdobramentos: a atividade produtora de café (atividade nuclear); agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; a atividade industrial (equipamentos de beneficiamento do café, indústria de sacarias, bens de consumo não duráveis, principalmente a indústria têxtil); a

implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário; a expansão do sistema bancário; a atividade do comércio de importação e exportação; desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura: portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações, além das inerentes à urbanização, como o comércio; a atividade do estado pela ótica do gasto público.

Além dos elementos anteriormente citados, devemos considerar, ainda com o autor, a existência das seguintes variáveis: o movimento imigratório em larga escala destinado ao estado de São Paulo; a disponibilidade de terras para a produção agrícola; saldos da balança comercial com o exterior e com o resto do país, viabilizando o gasto público; e, por último, políticas cambiais favoráveis à atividade nuclear, em detrimento de outros complexos regionais. A correlação destes componentes e com as variáveis resultou em custos decrescentes e ampliação do nível de produtividade, ampliação do excedente, diversificação do investimento e efeitos ampliadores do mercado interno, gerando economias de escala cada vez mais ampliadas.

Ressaltemos a basilar importância de uma fronteira agrícola em frequente expansão, como também a política fundiária do governo paulista que facilitou a concentração de terras, principalmente nos anos de 1920 (SILVA, 2008), o que viabilizou, dada a relação de colonato e as outras formas de obtenção de mão de obra existentes, a permanência dos salários em patamares abaixo do que vigoraria caso existisse uma real tendência de universalização destas remunerações. Contribui para a ampliada reprodução do capital o estabelecimento de mecanismos de superexploração do trabalho mediante práticas típicas de um contexto de acumulação primitiva, totalmente compatíveis como o movimento de valorização do capital (FALEIROS, 2010).

Sobre o estado do Rio de Janeiro, Cano observa que se trata principalmente de uma cafeicultura escravista que, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, não

superou esta condição. A explosão dos preços dos escravos, além da redução de produtividade, destruiu o cálculo econômico, impedindo a acumulação de capital na própria atividade. Outro fator importante é que no momento da abolição da escravidão no Brasil, a cafeicultura fluminense não possuía uma fronteira agrícola, apresentando lavouras de café economicamente inviáveis em virtude da baixa produtividade e do esgotamento dos solos, ao passo que a produção de café se dava a custos cada vez maiores, e não apenas pelo aumento dos preços dos escravos. Dessa forma, o excelente rendimento conseguido em meados do século XIX debatia-se com a impossibilidade de reinvestimentos; por se tratar de um complexo baseado em relações escravistas de produção, não contou com os efeitos dinamizadores provenientes de um mercado interno mais robusto. Grande parte dos capitais disponíveis neste caso, foram investidos em títulos da dívida pública ou mesmo em investimentos especulativos do encilhamento, de maneira que, apesar do avanço industrial, os efeitos dinamizadores que partiram da cafeicultura foram mais tímidos do que em São Paulo.

De acordo com o autor, nem todos os setores se ressentiram do grande aumento do valor dos cativos na segunda metade do século XIX. As atividades urbanas possivelmente se beneficiaram duplamente com essa alta dos preços: de um lado, pelo aumento dos lucros auferidos pelo negócio e por outro, por esse aumento elevado nos preços fez com que houvesse um deslocamento dos escravos anteriormente alocados em serviços urbanos para a atividade cafeeira, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de um mercado de trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro e, como consequência, de um mercado para bens de consumo. Porém, como a atividade cafeeira limitou o desenvolvimento desses dois mercados, para que o processo de acumulação urbana fosse capaz de se desenvolver, ele teria inevitavelmente que contar com mercados

externos à própria cidade, o que a indústria da capital aparentemente conseguiu através de obtenção de mercados no restante do país (CANO, 1981: p. 31)

Cano ainda argumenta que a derrocada da cafeicultura fluminense só não foi mais abrupta em virtude da utilização de máquinas de beneficiamento e das ferrovias – equipamentos redutores de custos – em vertiginosa queda de produtividade, as lavouras se mostraram pouco rentáveis, rejeitando estes novos investimentos. A urbanização do Rio de Janeiro e a centralização do aparelho de Estado impediram que a ruína fosse ainda maior. Por outro lado, em virtude da sua privilegiada posição do ponto de vista do capital mercantil, a cidade do Rio de Janeiro centralizou o comércio e o financiamento dos principais fluxos mercantis do país tanto externos quanto internos, de maneira que o capital comercial sediado no espaço urbano da antiga capital obrigou as regiões produtoras de café – Rio de Janeiro (interior), Minas Gerais e São Paulo (até a construção do porto de Santos em 1892), a se tornarem verdadeiras regiões tributárias daquele espaço. Isto significava a assimilação pelos agentes econômicos presentes no Rio de Janeiro de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos gerados pelas regiões produtoras de café.

Porém, apesar da fundamentalidade da cafeicultura para o início da industrialização no Brasil, outros trabalhos se contrapõem a certos aspectos levantados por Cano. De acordo com Mello (1981), os cafeicultores participaram ativamente no estabelecimento de indústrias no final do século XIX, entretanto, apesar da também importante participação de comerciantes no estabelecimento do setor, a norma geral parece ter sido a de que importadores e imigrantes, e acima de tudo a superposição de ambos os grupos, constituíram-se na origem da burguesia industrial, sobretudo em São Paulo (SUZIGAN, 2000, p.40). Isto se explicita quando analisamos que a maioria dos acionistas das grandes companhias têxteis, instaladas na cidade do Rio de Janeiro, era

composta por negociantes ligados ao comércio de importação e exportação. Para eles a indústria era uma maneira de se prevenir contra possíveis oscilações tarifárias e flutuações cambiais, que poderiam abalar o futuro dos negócios. Tal panorama fica expresso nos estudos de Ana Maria Monteiro (1985), demonstrando a participação acionária dos negociantes nas indústrias têxteis em 1891 (Ver Quadro 2).

**Quadro 2 - Participação acionária dos negociantes nas indústrias têxteis (1891) - % do capital**

<b>Empresa</b>	<b>% do capital</b>
Corcovado	95,00
Aliança	94,60
São Cristóvão	77,30
Rink	73,90
Confiança	51,50
Carioca	50,70
Progresso Industrial	39,90

**Fonte:** MONTEIRO, Ana Maria da C. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895*. Niterói, UFF, 1985.

A evidência histórica disponível indica que as primeiras iniciativas significativas de produção local de manufaturas se deram a partir da década de 1870, principalmente no Rio de Janeiro, ocorrendo os primeiros investimentos aparentemente induzidos pela ocorrência de relação de preços favorável à produção interna, por comparação a mercadorias importadas. O principal fator dessas situações favoráveis eram as variações na taxa de câmbio, já que em fases de desvalorização do mil-réis o aumento do preço das importações aumentava a lucratividade da produção interna de produtos substitutos (SUZIGAN e VERSIANI, 1990).

\* \* \*

Neste capítulo, pudemos observar como se deu o início de um processo de industrialização no Brasil, sobretudo na então capital, o Rio de Janeiro. Os agentes a ele



relacionados e o papel do Estado na promoção (ou não) do seu estabelecimento. Também verificamos como fatores internos e externos puderem contribuir, principalmente a partir das décadas de 1860/1870, no estímulo ao processo industrial, como por exemplo a Guerra do Paraguai e a Guerra Civil norte-americana.

Percebemos que a primeira fase de desenvolvimento industrial foi de sobremaneira dependente da agricultura de exportação, que induzia o crescimento da produção industrial à medida que criava mercado, gerava capacidade de importar e estimulava a formação de capital. Seu padrão de desenvolvimento era bastante restrito, centrado nas indústrias tradicionais produtoras de bens de consumo, embora já houvesse uma pequena diversificação em direção aos insumos pesados. A política econômica, embora suscetível as demandas protecionistas da classe industrial emergente, era inteiramente dominada pelos interesses da agricultura, já que o regime político, na transição do Império para a República, continuou sendo dominado pelos interesses das oligarquias agrárias. Não havia espaço no projeto político para uma construção deliberada de fatores voltados para um projeto industrial.

Algumas políticas destinadas aos interesses agrários acabaram favorecendo a indústria – por exemplo, a imigração que acabou sendo importante fonte de mão de obra industrial. O mesmo ocorreu com o capital estrangeiro investido em ferrovias e energia, mas que acabou gerando efeitos benéficos para a industrialização – o primeiro pelas atividades industriais de construção de material ferroviário em oficinas próprias e por facilitar o abastecimento pelas fábricas nacionais, o segundo pelas facilidades e possibilidades geradas ao substituir a energia a vapor por energia elétrica, propiciando a transição da indústria brasileira ao padrão energético já alcançado nos países líderes do crescimento industrial no início do século XX.

Ademais, acompanhamos o surgimento das primeiras organizações de classe relacionadas ao setor industrial, que foram em grande medida, responsáveis por determinadas brechas criadas dentro das pautas direcionadas pelo setor agroexportador. A função destas associações enquanto organismos de defesa dos interesses de classe gradativamente vai se intensificando ao longo de todo o século XIX, assim como o setor industrial também se desenvolveu.

Observamos uma breve análise das principais teorias acerca do processo industrial brasileiro, e quais fatores teriam sido fulcrais para o seu estabelecimento no interior de uma economia marcada pela força do setor exportador no período da gênese da indústria nacional.

Por fim, ressaltamos a importância de tais parâmetros, históricos e teóricos, que foram estabelecidos aqui, para compreendermos as mudanças que se sucederam a partir das primeiras décadas do século XX e que serão o foco da nossa análise nos próximos capítulos da presente pesquisa.

## **Capítulo 2 - O turning point paulista**

Como vimos, o Rio de Janeiro se constituiu ao longo do século XIX – sobretudo em suas últimas décadas – como principal centro industrial e comercial do país. Alguns estudos que associam diretamente este processo de industrialização ao capital cafeeiro conectam a decadência do plantio de café no Vale da Paraíba fluminense a um possível declínio do processo industrial carioca pela inexistência desses capitais. Tal visão não é compartilhada por alguns estudiosos da área, sendo importante lembrarmos algumas incongruências observadas em análises anteriores sobre o tema, coisa que já frisou Maria Bárbara Levy

A abolição da escravidão provocou a decadência de uma classe – a dos barões do café -, mas não da economia do Rio de Janeiro. Além disso, chamam atenção para o entendimento de que, se as fontes estatísticas desagregam a cidade do Rio de Janeiro da economia fluminense, isso não significa que inexistissem os vínculos próprios a uma única região geoeconômica, muito mais fortes que as fronteiras administrativas. Os exemplos mais transparentes dessas íntimas relações podem ser encontrados nos núcleos industriais de Friburgo e Petrópolis, onde a origem do capital é carioca e não fluminense. (LEVY, 1994: p. 134)

Se faz fundamental uma análise conjunta da cidade do Rio de Janeiro e seu interior, já que os limites administrativos da época não se estabeleciam como uma limitação para os investimentos de capitais observados no interior, que estava ligado diretamente ao que acontecia na capital federal. Tal fato já havia sido salientado por Marly Silva da Motta, quando colocou isso posto da seguinte forma

É preciso lembrar ainda que estamos comparando uma cidade – o Rio – com um Estado – São Paulo. Os dados existentes se referem ao Estado de São Paulo como um todo, e o peso da indústria paulistana é difícil de ser mensurado, embora Singer calcule que deve ter representado pelo menos algo como 50% da do Estado. Nesse caso cidade-a-cidade o Censo de 1920 indicaria ainda a produção industrial carioca, com 677 mil contos contra os 584 contos da produção paulistana. Só em 1938, os números apontariam a ultrapassagem da metrópole bandeirante. Com um total de 4323 mil contos frente aos 2847 mil contos do DF. Na avaliação de Singer, as duas curvas de crescimento industrial se cruzam num momento da década de 1920. (MOTTA, 1992: p. 87-88)

Dessa forma, as informações aqui apresentadas irão necessariamente utilizar como referência dados agregados do Distrito Federal e do estado do Rio de Janeiro – quando

não for assim tal fato estará explicitado - por compreendermos que tal análise se torna assim, mais condizente com a realidade de relações extremamente próximas entre as duas regiões.

No primeiro capítulo nos debruçamos principalmente sobre o Rio de Janeiro do século XIX, seu crescimento e importância. No início do século XX, a cidade foi um local de muitas transformações, passando por mudanças urbanísticas e sanitárias idealizadas desde as últimas décadas do século anterior. A ideia de racionalização ressurgiu em 1901, após o saneamento e modernização de outros centros urbanos, como São Paulo e Buenos Aires, sendo a segunda constantemente evocada pela imprensa “como um exemplo a ser seguido, com seu porto modernizado, suas grandes avenidas e o prestígio da primeira cidade moderna e cosmopolita do continente sul-americano” (BENCHIMOL, 1992, p. 200).

De acordo com Maria Bárbara Levy “Era um esforço de romper com a herança colonial: o progresso, a regeneração estética e sanitária contra o atraso, a antiestética, a sujeira e a doença. ” (1994: p. 184). Havia um esforço não só do ponto de vista urbanístico, mas também pela justificação sanitária, deslocando as áreas de quarentena, demolindo casas e cômodos e abrindo as ruas estreitas do centro da cidade.

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização se tornou possivelmente, o principal projeto político da elite brasileira. Um momento fundamental para a ideia de modernização do Rio de Janeiro. “Modernização no sentido de uma rápida absorção dos padrões de consumo internacionais, permitindo que nossa elite nacional desfrutasse dos mais modernos aparelhos urbanos do momento, importando-os” (CURI e SAES, 2014: p. 322). Podemos dizer então, que a passagem do século XIX para o século XX, é o momento em que o processo de modernização teve seu desencadeamento histórico no Brasil.

## Na Primeira República, o pensamento político dominante

“manifesta-se na crença em um ideal de civilização claramente eurocêntrico, no qual o desenvolvimento econômico aparece como etapas a serem seguidas e que conduzirão à superação natural das ‘mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão’” (OLIVEIRA, 2009, p. 316 apud CURI e SAES, 2014: p. 314)

Utilizando tal caracterização, podemos dizer que no período a concepção que se instaurou no país foi de um projeto de modernização, não de modernidade.

A *modernidade* é o projeto coletivo, que compromete toda a sociedade, expandindo e revitalizando o papel de todas as classes, enquanto a *modernização* possui um toque voluntário, sendo construída por um grupo condutor, “que, privilegiando-se, privilegia os grupos dominantes” (...). Esse fenômeno é o que Furtado (1972) define como as promessas não realizadas pela modernização, que, por não ser modernidade, é manifestação oposta ao desenvolvimento. Afinal, mesmo que promovendo transformações econômicas, garantindo uma profunda imersão no padrão de consumo “moderno”, a modernização não abalaria as estruturas socioeconômicas arcaicas, sendo apenas a assimilação do processo tecnológico por meio dos padrões de consumo e não do processo produtivo (...). Em outras palavras, em oposição ao desenvolvimento característico dos países centrais, formava-se, de acordo com Furtado (1992: p. 41-42, 45), um novo caminho para integração na economia capitalista mundial: o subdesenvolvimento. (...) esse processo de modernização pouco contribuiu para reduzir a heterogeneidade social (CURI e SAES, 2014: p. 317-18)

Dentro desse projeto de modernização, associado aos interesses de um capital que é mais mercantil do que propriamente ligado à produção agrícola ou industrial, a atuação de intelectuais, como por exemplo Roberto Simonsen, ao longo da Primeira República, não pode ser associada à defesa de um projeto industrialista nem a um nacionalismo econômico sólido. Mesmo que já nesse momento, Simonsen fosse um ator importante no processo de construção da consciência industrialista. Isso fica claro ao analisarmos suas ações e escritos anteriores aos meados da década de 1920. Tanto a formação acadêmica de Simonsen quanto várias atividades que exerceu no período eram relacionadas com esse processo de modernização, como veremos posteriormente no Capítulo 4.

A ascensão de Rodrigues Alves à presidência da República em 1902 foi fundamental para aqueles que desejavam tais mudanças para a capital. A remodelação e o saneamento do Rio de Janeiro eram pontos básicos, senão os principais, de seu programa de governo. Esta transformação passava em grande parte pela reforma do porto

da cidade, que apesar da sua importância, possuía uma estrutura há muito superada. Isso fica ainda mais evidente após a reforma do porto de Buenos Aires, que fez com este passasse a ter uma movimentação de mercadorias maior que a do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 1992, p. 200).

Além da reforma do porto, o governo federal também encampou diretamente o prolongamento do canal do Mangue e a abertura de três Avenidas: Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Central, que constituía o eixo de todos os melhoramentos urbanísticos projetados com a intenção de

Transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. A literatura cronística e propagandística da época erigiu-a no símbolo fulgurante da “cidade civilizada” que emergia dos escombros da outra, repudiada como a materialização de um passado histórico a ser sepultado. (BENCHIMOL, 1992, p. 227).

A indústria carioca refletia todo o dinamismo presente na cidade. A capital federal constituía um grande mercado de consumo, a cidade portuária através do seu comércio fornecia aos setores industriais fácil acesso a matérias-primas e maquinário importados dos principais centros industriais “os quais passaram a exercer sua supremacia não mais como exportadores de bens de consumo, e sim de bens de capital e tecnologia” (BENCHIMOL, 1992, p. 173).

Um dos principais documentos que demonstram tal preeminência foi o Censo industrial realizado no ano de 1907, como o objeto de ter uma noção mais real das indústrias instaladas no país. Vale ressaltar as possíveis imperfeições presentes no Censo de 1907<sup>5</sup>, entretanto alguns dados presentes chamam a atenção.

---

<sup>5</sup> Deve ser considerado que os editores do censo de 1907 admitiam uma subestimação do valor da produção industrial. Além do mais, os mesmos editores chamavam a atenção para as enormes dificuldades de obtenção de informações detalhadas até mesmo no antigo Distrito Federal (onde ficava situada a sede do Centro Industrial do Brasil), e esclareciam que a cobertura do levantamento era tão mais precária quanto mais distantes estivessem as indústrias dos estados do Rio e de São Paulo (CIB, 1986, vol. III, p.256-273). Exemplos de subestimação foram fornecidos pelos editores para uma série de casos, em especial as atividades industriais da região Nordeste, particularmente, embora não exclusivamente, no que diz respeito à produção de açúcar, álcool e aguardente.

Primeiramente, a dispersão espacial era nítida, já que são encontrados estabelecimentos representativos, tanto do ponto de vista do valor da produção, quanto do número de operários em quase todas as regiões do país (Ver Quadro 3). Possuindo assim, centros sub-regionais de alguma relevância, além de grandes plantas industriais, sobretudo se considerarmos os estabelecimentos têxteis com mais de 500 funcionários, encontrados em 10 diferentes estados do país (Ver Quadro 3). Tais dados vão de encontro às visões acerca do processo de industrialização brasileiro atrelado quase que exclusivamente ao capital cafeeiro, algo que abordamos no capítulo anterior, pois que esta era uma realidade quase que exclusiva – e nem assim única – do estado de São Paulo.

**Quadro 3 – Ramos industriais, número de operários e grandes fábricas por estado**

<b>Estados</b>	<b>Ramos existentes</b>	<b>Número de Operários</b>	<b>Fábricas com mais de 500 Operários</b>	<b>Fábricas com mais de 1000 Operários</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	85	48488	11	6
<b>São Paulo</b>	50	24186	4	1
<b>Minas Gerais</b>	35	9408	1	-
<b>Bahia</b>	26	9964	2	1
<b>Paraíba</b>	17	1461	1	-
<b>Alagoas</b>	12	3775	3	1
<b>Sergipe</b>	11	3027	1	-
<b>Maranhão</b>	4	4545	2	-
<b>Pernambuco</b>	31	12042	3	2
<b>Rio Grande do Sul</b>	51	15426	1	-
<b>Santa Catarina</b>	30	2102	-	-
<b>Goiás</b>	20	868	-	-
<b>Pará</b>	22	2539	-	-

Fonte: CIB – Censo de 1907

Em segundo lugar, a preponderância econômica do Rio de Janeiro sobre os demais estados do país era nítida, dado que sozinho respondia por 37,8% do valor da produção industrial do país (GALVÃO, 1991, p. 143-181) (Ver Quadro 3), sendo nítido o seu papel de vanguarda no crescimento industrial do país. Como critério de comparação, o estado de São Paulo nesse momento detinha 15,9% da produção industrial nacional.

Ainda de acordo com os dados apresentados pelo Censo de 1907, se levarmos em conta somente a cidade do Rio de Janeiro, predominava a indústria de alimentos com 26,7% do total de indústrias. Seguindo-se indústria têxtil com 20,6% e a do vestuário com 15%. Também vale a lembrança da indústria química com 9,4% e o setor metalúrgico associado aos transportes que correspondiam a 9% dos estabelecimentos industriais. (LOBO, 1978: p. 572-6)

Além da representatividade expressa em valores, a indústria carioca ainda era a mais diversificada do país, produzindo com exclusividade 20 dos 98 grupos de produtos que constam no Censo de 1907. A concentração industrial era mais acentuada em alguns setores específicos, como: moinhos de trigo (56% da produção industrial), vestuário (55%), construção naval (53%), bebidas (41%) e tecidos (25%) (GALVÃO, 1991).

Pelos motivos anteriormente citados a capital possuía um grande volume de exportações inter-regionais, e as fábricas têxteis constituíam o setor de ponta da indústria carioca. Aproximadamente metade dessas empresas foram criadas na época do Encilhamento se aproveitando do incentivo à industrialização e da política alfandegária protecionista daquele momento, e a ele conseguiram sobreviver, apesar da especulação desenfreada do período. Isto se deu à boa utilização do encarecimento do produto estrangeiro, o que nos mostra “que o “encilhamento” permitiu, a quem entendia do ramo, ganhar na alta e lucrar na baixa, mesmo sem criar empresas de “papel”” (LEVY, 1994: p. 166)

É importante compreender como a cidade do Rio de Janeiro perde progressivamente o posto de centro industrial hegemônico na primeira metade do século XX. Trata-se de entender como o estado que em 1907 possuía o principal núcleo industrial do país, baseando-se no valor da produção, no número de operários ocupados, no capital empregado e no uso da força motriz (FREITAS FILHO, 2002), com o passar dos anos do



novo século, gradativamente viu sua importância no cenário econômico nacional sendo reduzida. Décadas onde se aperfeiçoou continuamente os equipamentos urbanos, se modernizando a principal cidade do Brasil, com um padrão de ponta em relação ao resto do país e incorporando as inovações das sociedades mais avançadas (LESSA, 2000).

Porém, este período de prosperidade e acumulação de prestígio, entre os anos 1920 e 1960, coincidiu com a perda da predominância industrial para São Paulo, pois no período 1907-1939, a contribuição do Rio de Janeiro<sup>6</sup> relativa ao percentual da produção industrial do País se reduzia a quase metade (Ver Quadro 4), se compararmos os anos de 1907 e 1939, passando de 37,8% para apenas 23,9%. Enquanto isso, a participação de São Paulo praticamente triplicava, elevando-se de 15,9% para 43,5% (Ver Quadro 3) no mesmo período apresentado (GALVÃO, 1991).

**Quadro 4 – Participação dos Estados mais industrializados (%) - 1907, 1919, 1939**

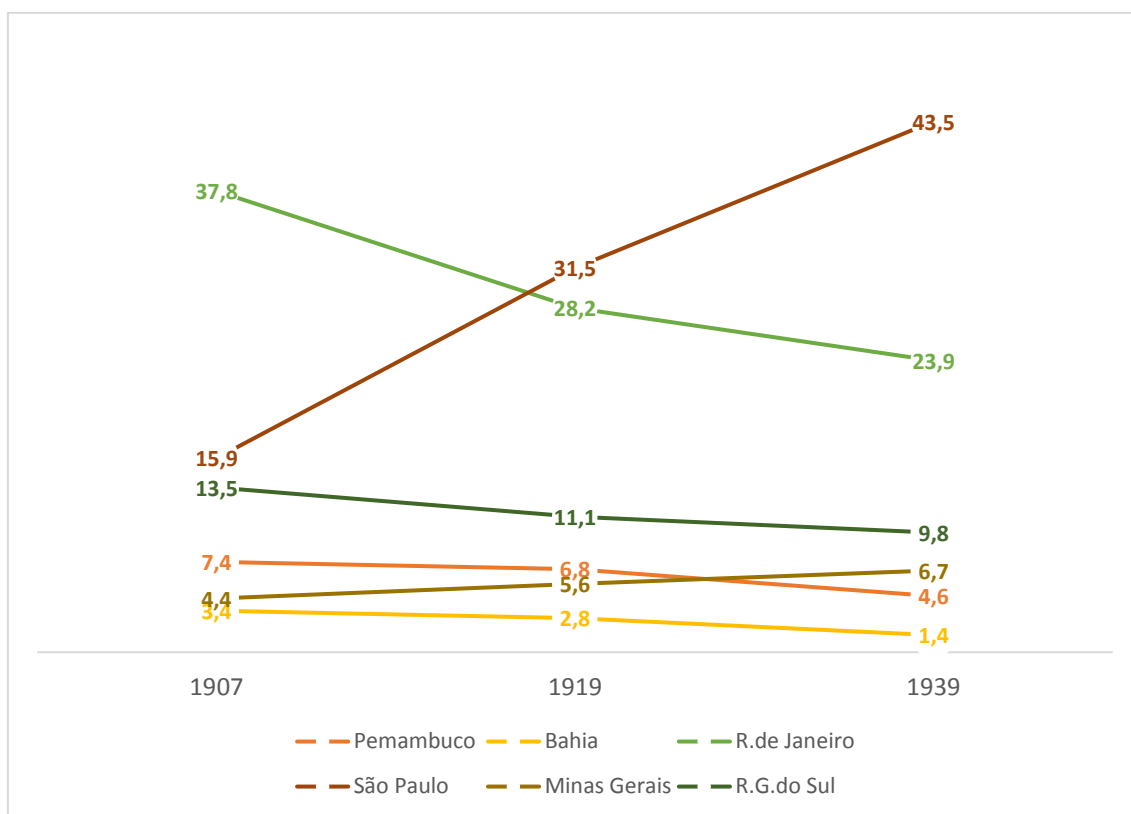
<b>Estado</b>	<b>1907</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	37,8	28,2	23,9
<b>São Paulo</b>	15,9	31,5	43,5
<b>R.G.do Sul</b>	13,5	11,1	9,8
<b>Pernambuco</b>	7,4	6,8	4,6
<b>Minas Gerais</b>	4,4	5,6	6,7
<b>Bahia</b>	3,4	2,8	1,4

**Fontes:** CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

---

<sup>6</sup> Dados referentes ao Distrito Federal e ao Estado do Rio de Janeiro somados.

**Gráfico 1 - Participação dos estados mais industrializados (%) – 1907, 1919, 1939**



**Fontes:** CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

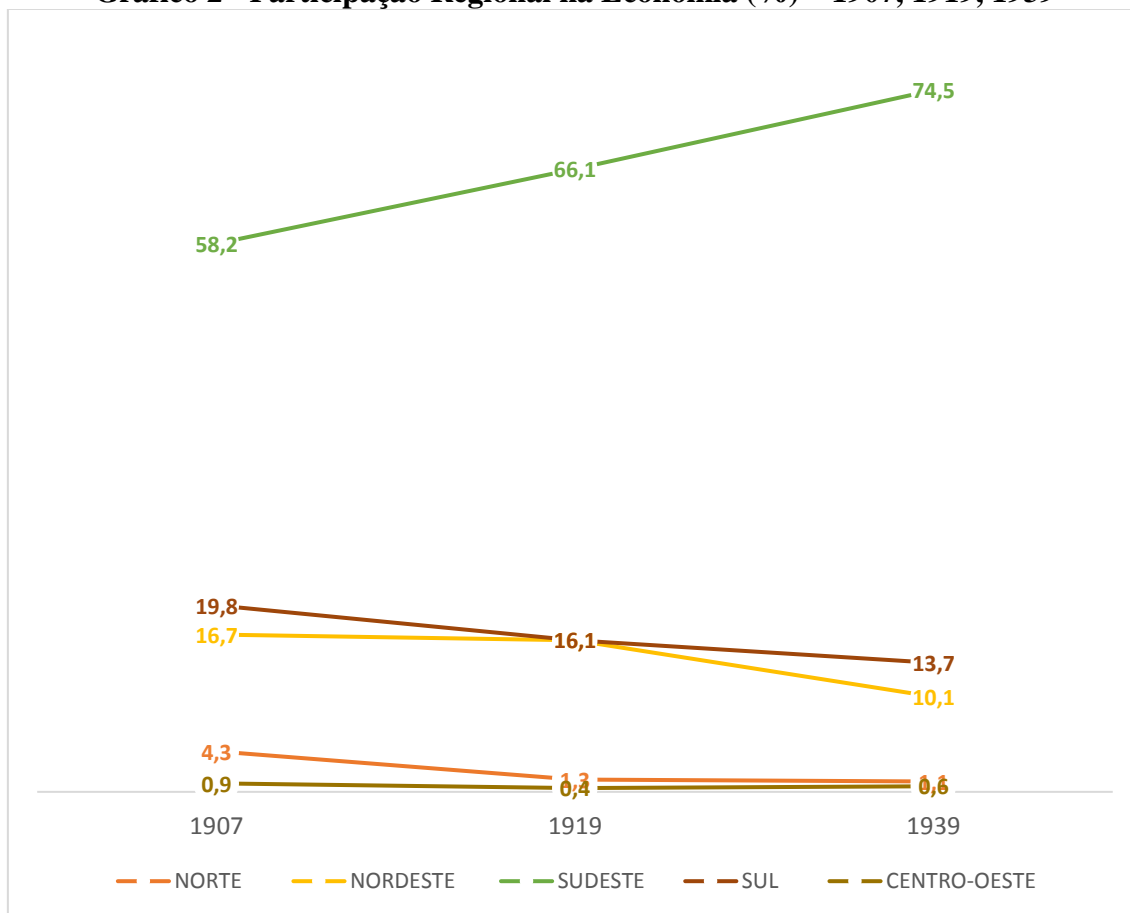
Durante as primeiras décadas do século XX, a indústria nacional teve índices de crescimento bastante sólidos, porém, regionalmente, esta solidez não se fazia presente, ocorrendo grandes variações de acordo com a região do país. Os dados presentes no Quadro 5, nos demonstra esses dados de maneira bem clara, já que a região sudeste foi a única a aumentar a sua participação na produção industrial se compararmos os Censos de 1907, 1919 e 1939.

**Quadro 5 – Participação Regional na Economia (%) – 1907, 1919, 1939**

Região	1907	1919	1939
Sudeste	58,2	66,1	74,5
Sul	19,8	16,1	13,7
Nordeste	16,7	16,1	10,1
Norte	4,3	1,3	1,1
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,6

**Fontes:** CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

**Gráfico 2 - Participação Regional na Economia (%) – 1907, 1919, 1939**



**Fontes:** CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

Além da ascensão visível da região sudeste e sua consolidação como principal centro industrial do país, negativamente podemos associar a redução da participação da região Norte ao ocaso da extração da borracha com o passar dos anos do século XX, algo que contribuiu significativamente para a queda nos níveis de produção em toda a região.

### **2.1 Teorias sobre a mudança de cenário**

As interpretações tradicionais para a decadência da indústria carioca no cenário nacional consideram alguns fatores como determinantes para isso. A herança escravista da produção cafeeira local (Pignaton, 1977), assim como a delicada ligação entre as duas atividades econômicas (agricultura e indústria) que, diferentemente do ocorrido em São Paulo, não chegaram a constituir algo próximo a um “complexo cafeeiro” (Cano, 1981),

como já falamos no capítulo anterior. Entretanto, abordagens alternativas, apresentadas por economistas e historiadores econômicos (Guarita, 1986; Levy, 1994), têm enfatizado as alterações ocorridas na estrutura dos custos da indústria carioca, especialmente resultantes da elevação nos itens transporte, energia elétrica e salários, responsáveis pela menor competitividade de seus produtos nos demais mercados nacionais.

É importante entendermos que alguns fatores contribuíram de sobremaneira para a expansão industrial da primeira década do século XX. O Convênio de Taubaté foi um deles, a partir do momento em que – com a superprodução cafeeira, se estabeleceu uma crise nos preços do produto – o poder político dos cafeicultores teve a capacidade de “pressionar o sistema a ponto de mudar o jogo político e influir na distribuição de recursos da sociedade de forma a ser beneficiado” (SIEDJAMER, 1972: p. 101). Este apoio à cafeicultura contou com a oposição dos deputados do Distrito Federal, representando os interesses urbanos e seus possíveis reflexos para a cidade. Fora da esfera legislativa, as entidades de classe como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil e o Jornal do Commercio, também demonstravam desagrado com as medidas para subsidiar a produção cafeeira.

Apesar da medida ter um efeito direcionado para a lavoura cafeeira, acabou por ter um efeito positivo para a indústria do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, os investimentos industriais haviam se recuperado em virtude da valorização cambial, que facilitou a compra de máquinas no mercado externo (Ver Tabela 1). A partir de 1906, em consequência de um grande aumento nas tarifas, se fortaleceu uma grande quantidade de atividades agrícolas e industriais (LEVY, 1994: p. 189).

As tarifas mais altas conferidas aos bens de consumo não-duráveis, associadas as mais baixas sobre as matérias-primas, utilizadas pelos setores protegidos pelo governo, possibilitou o aumento das margens de lucro do produtor interno, gerando uma reserva

que tornou possível a expansão do setor e auxiliando a diversificação da produção entre os anos de 1909 e 1912 (VERSIANI, 1981: p. 1180).

A partir de 1913 as condições da economia já demonstravam sinais de claros de mudança, com a queda dos preços do café e da borracha, deteriorando as reservas de divisas. O início da Primeira Guerra Mundial em 1914, traz diferentes interpretações acerca dos efeitos para a indústria. Muitos autores – como Roberto Simonsen – defendem que o início do conflito, gerando a dificuldade de importações de bens básicos, propicia condições favoráveis à indústria: “as necessidades de consumo, impossibilitado de se abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de uma multiplicidade de pequenas indústrias” (SIMONSEN, 1973: p. 20). Warren Dean fez duras críticas a essa lógica, a partir do momento em que a Guerra dificulta a importação de bens de capital e de insumos industriais, necessária para a expansão do setor industrial à época. (DEAN, p. 91). Esta visão ganha sustentação empírica com os estudos de Suzigan, que corroboram a ideia da dificuldade de importação de maquinaria industrial para o Brasil (Ver Tabela 1).

**Tabela 1 - Exportações de maquinaria industrial para o Brasil provenientes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França, 1855-1939<sup>7</sup>(£)**

<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>1907</b>	<b>1913</b>	<b>1915</b>	<b>1918</b>	<b>1921</b>	<b>1929</b>	<b>1931</b>	<b>1939</b>
1. Máquinas para a geração de energia	212.042	366.210	24.729	61.343	185.053	193.794	29.685	145.384
2. Motores elétricos		122.706	13.288	17.563	153.762	240.782	56.516	147.541
3. Máquinas-ferramenta	46.877	253.189	11.824	24.091	108.955	191.679	55.461	344.269
4. Máquinas para trabalhar madeira	25.948	76.605	3.185	2.767	18.226	78.372	7.022	22.711
5. Máquinas para fábricas de papel		2.686	100	1.116	1.814	15.162	2.172	67.916
6. Máquinas para fábricas de óleos					197	8.199	7.079	30.357
7. Máquinas têxteis	405.519	577.919	100.684	122.520	385.041	408.474	208.576	507.433
8. Máquinas de costura	273.293	396.383	13.174	54.002	46.859	184.463	73.576	137.370
9. Máquinas para fábricas de calçados	10.936	27.441	2.856	4.424	24.342	39.855	4.362	40.552
10. Máquinas para moinhos	15.071	33.056	4.513	10.458	26.300	54.185	12.211	7.534
11. Máquinas para fábricas de açúcar	3.613	40.526	13.999	24.523	186.326	336.521	19.155	75.247
12. Máquinas para refrigeração		39.279	4.675	3.620	3.008	78.419	12.145	38.299
13. Máquinas para cervejarias	6.029	39.249		10	708	22.835	4.473	6.821
14. Máquinas para gráfica	42.673	125.400	9.297	11.133	60.683	211.675	20.080	169.163
15. Outras máquinas Industriais	521.285	645.318	130.023	85.434	390.703	573.830	155.404	601.812
16. Peças e componentes	27.834	96.251	5.144	1.967	15.783	229.131	35.800	86.284
<b>TOTAL</b>	<b>1.591.210</b>	<b>2.857.718</b>	<b>337.491</b>	<b>424.971</b>	<b>1.607.563</b>	<b>2.863.740</b>	<b>703.717</b>	<b>2.428.693</b>

**Fonte:** SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000. p. 372-382.

<sup>7</sup> A tabela apresenta um resumo da elaborada por Suzigan, somente com alguns dos anos mais importantes para o presente projeto, como os anos do recorte abordado (1907-1939), dados imediatamente anteriores à guerra (1913), durante a guerra (1915), posteriores à guerra (1918-1921), o impacto da crise de 1929 (1929) e um demonstrativo do início da década de 1930 (1931).

Para Suzigan (1971: p. 91-109), a Guerra associada a outros fatores foi um importante fator benéfico para a promoção da indústria paulista, sobretudo a partir de 1914-15. Primeiramente, as sucessivas revisões das tarifas alfandegárias (principal fonte de receita do Governo federal) conferindo-lhe caráter marcadamente protecionista, seguidas das dificuldades encontradas pelas indústrias dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial e das naturais restrições impostas ao comércio mundial, fizeram com que a indústria de São Paulo tivesse novo impulso expansionista, principalmente a indústria de tecidos de algodão, menos dependente das importações, assim como a indústria de calçados.

Para o autor, em resumo, a industrialização de São Paulo teve seu verdadeiro início nos anos de 1930, apesar do incremento observado durante as primeiras décadas do século XX. Até a depressão econômica de 1929 a 33 a indústria se baseava quase que totalmente na produção de bens de consumo, especialmente têxteis e alimentares, aumentando a produção na medida das necessidades crescentes de uma população em rápida expansão, devido principalmente às correntes migratórias internas e externas.

Os fatores que teriam condicionado esse rápido crescimento industrial foram, de acordo com Suzigan:

A existência de uma classe empresarial forte e organizada; mão de obra especializada, fornecida pela imigração europeia; disponibilidade de capitais; rápido aumento na capacidade instalada de energia elétrica; rede de transportes razoavelmente desenvolvida pela economia cafeeira; e finalmente, um mercado de proporções relativamente grandes, em comparação à outras regiões do País (1971: p. 110).

No caso do Rio de Janeiro, o primeiro conflito mundial gerou uma sólida redução de investimentos no setor. Os dados presentes sobre a produção da indústria no Rio de Janeiro entre os anos de 1914 e 1917 assinalam taxas médias de crescimento bastante inferiores as da indústria brasileira como um todo. Este fato se deve, possivelmente, a

associação da indústria carioca ao capital comercial, principalmente ligado às importações, seriamente obstaculizadas pelo conflito (LEVY, 1994: p. 191)

Dessa forma, podemos inferir que o principal momento da expansão da indústria carioca se deu no intervalo entre a segunda metade do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Mesmo coincidindo em grande parte, com um momento de grave crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, que não pode ser revertido nem mesmo pela política de valorização do café. Esta política gerou efeitos positivos nas zonas novas e já consolidadas, porém não conseguiram ser reproduzidos na retaguarda cafeeira, ficando claro o declínio tanto nas rendas dos produtores, quanto nas receitas públicas na região (MENDONÇA, 1977: p. 162).

O crescimento industrial carioca concomitante à crise da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, demonstra a independência entre os dois setores, sendo o sucesso industrial em sobremaneira decorrente da capacidade de distribuição e sua capacidade de penetração nos principais mercados do país. Essa ocorrência ganha vulto com a perda de vitalidade coincidindo justamente com os primeiros anos da guerra, os mais nitidamente desfavoráveis para essa indústria. Isso se deve às dificuldades do transporte que tornaram as mercadorias da capital mais caras, fazendo com que a cidade perca progressivamente a importância relativa que possuía no país. Este movimento não se dá somente em virtude da ascensão paulista, mas principalmente, da perda de mercados abastecidos pelo Rio de Janeiro (LEVY, 1994: p.192-205).

Algumas indústrias tradicionais, sobretudo no caso da indústria têxtil, ainda conseguem manter taxas de crescimento positivas até 1915, provavelmente em virtude de uma capacidade anteriormente instalada. Após a plena utilização, observamos uma estabilização em razão da dificuldade em importação do maquinário necessário para uma nova expansão, durante o conflito mundial. Assim, o Rio de Janeiro perdeu sua posição



preeminente no cenário nacional nos ramos industriais que puderam ser substituídos por matérias-primas nacionais durante a Primeira Guerra. Aqueles em que a sua indústria manteve ou assumiu a liderança industrial foram os que a substituição não poderia ser realizada de uma maneira tão simples, ainda dependendo do abastecimento externo, deixando clara a ligação ainda existente entre os setores importador e industrial (Idem).

Estes estudos têm corroborado que, a partir de 1920, embora fosse inegável a perda de dinamismo de alguns ramos da indústria local, em particular daqueles que, em outros momentos, foram responsáveis pela liderança industrial da então capital, delineava-se, ao mesmo tempo, uma estrutura mais diversificada na produção industrial carioca (Freitas Filho, 1986; Guarita, 1986). Contribuiu para isso o crescimento do mercado interno, orientando os investimentos para os bens intermediários e inclusive, bens de capital. Mesmo os bens de consumo ficaram mais sofisticados, com fibras sintéticas na indústria têxtil, eletrodomésticos, farmacêuticos e perfumaria. Além disso, a ação do Estado também foi importante para o processo já que determinados subsídios, presentes para produtos que tiveram uma escassez severa nos anos de guerra, foram estendidos para outros setores durante os anos de 1920 (Levy: op. cit.: p. 192)

Sendo assim, a perda de participação relativa do Rio de Janeiro no cenário industrial do país foi acompanhada por uma maior diversificação na produção local, onde se destacaram as indústrias metalúrgicas, de minerais não metálicos, química e farmacêutica, bebidas, editorial e gráfica, além da construção civil (FREITAS FILHO, 2002). Mesmo que ainda fosse expressivo o peso dos ramos de bens de consumo imediato, os tradicionais produtores de tecidos, vestuário e calçados, já sobressaíam os novos fabricantes de bens intermediários e até mesmo de bens de capital,

Os estabelecimentos de produtos químicos e farmacêuticos, por exemplo, aumentaram sua participação percentual no valor da produção industrial local de 7% para 20% entre 1920 e 1960. No mesmo período, os fabricantes de tecidos, calçados e alimentos tiveram sua participação, em média de 20%,

reduzida para menos de 10% nos mesmos indicadores (FREITAS FILHO, 2002).

Este processo de diversificação industrial pode ser, em grande parte, entendido como algo que estava em sintonia com as transformações que marcaram a vida econômica e social nacional, durante a década de 1920. Por sua vez, a condição particular do Rio de Janeiro, como o principal centro urbano, político, administrativo e cultural do país até o início da década de 1960 – o que só se modifica com a transferência da capital para Brasília– é um dado histórico que, podemos afirmar que de alguma maneira possuiu influência sobre o desenvolvimento da indústria local, e deve ser levada em conta.

Os efeitos da crise de 1929 não se fizeram sentir de maneira significativa na indústria carioca que continuou a crescer com taxas não muito inferiores as registradas ao longo da década de 1920, superior à média nacional. Este fato, mais uma vez, vem demonstrar uma menor dependência em relação a cafeicultura e seus capitais (LEVY, 1994: p. 193). Novamente é necessário ressaltar as especificidades do processo industrial carioca, sendo um equívoco a sua análise sob a ótica do processo paulista.

Outros fatores são colocados como importantes para o processo de perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro, como: 1) a falta de diversidade agrícola da região; 2) a ausência de uma malha ferroviária eficiente para a distribuição da sua produção; 3) ao atraso na adaptação para uma boa distribuição energética e; 4) ao fato dos salários serem bem acima da média nacional (Idem). Entretanto, algumas dessas premissas não se confirmam quando confrontadas com a realidade.

Um exemplo disso é o fato da diversificação estar bastante presente no território do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da crise da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba, no fim do século XIX. Uma série de medidas são tomadas com o intuito de transformar a monocultura extensiva em policultura intensiva, com a “criação de centros agrícolas, saneamento da Baixada Fluminense, inspeção de imigração e distribuição de

adubos químicos são exemplos da atuação oficial nesse sentido. ” (Idem: p. 196). Tais medidas se aprofundam ainda mais durante o governo de Nilo Peçanha, com a redução dos fretes da estrada de ferro Leopoldina, tributação da importação de produtos similares e a diminuição dos impostos para a exportação dos produtos fluminenses, como demonstram os decretos de 1903. Mesmo a postura do governo local dava indícios da necessidade da busca de uma nova solução para a agricultura fluminense. A opção que surgiu à época foi o cultivo das chamadas “fibras têxteis”, resultantes das expressivas rendas geradas para o Rio de Janeiro, pela indústria têxtil. Este fato fica claro no relatório do presidente da província do Rio de Janeiro de 1907

Para firmar a propriedade do Estado e fornecer-lhe uma base de resistência; para fazer uma política de previdência e largo descortino, e afastar do lavrador as contingencias de um mercado estreito, é preciso crear uma riqueza nova, capaz de substituir em nossa economia o vácuo deixado pelo café; uma riqueza que encontre no mercado mundial e nas necessidades crescentes da indústria moderna a garantia do capital, a confiança do êxito, a recompensa do trabalho, a segurança das operações: garantia, confiança, recompensa e segurança que são os pontos de partida das audácias fecundas e das installações dispendiosas  
Que riqueza será esta?

A das fibras têxtis.

Estou convencido que o futuro agrícola do Estado do Rio está nessa cultura de largos horizontes. Só ella é capaz de oferecer á actividade de seus habitantes um campo illimitado, e reerguer em mais sólido pedestal sua grandesa passada.

Assim, sem desconhecer os immensos recursos do solo fluminense, sem deixar em abandono o café e outros ramos de sua actividade, antes continuando a política administrativa já iniciada, pretendo concentrar o melhor dos meus esforços na cultura e exploração das plantas têxtis.<sup>8</sup>

Além disso outros fatores, como a realocação de recursos antes destinados a cafeicultura e uma reação à crise imposta pela decadência da cultura cafeeira, além das relações de trabalho livre, principalmente de parceria, utilizados na região. A proximidade com o Distrito Federal facilitava a entrada de produtos no principal mercado consumidor do país. De acordo com Boris Fausto, até os anos de 1920, a cidade atraiu maior volume de imigração interna que todo o estado de São Paulo e manteve um significativo fluxo de entrada de estrangeiros (FAUSTO, 1976: p. 76). Assim, a diversificação conseguiu aquilo

---

<sup>8</sup> Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa em 1 de Agosto de 1907 pelo presidente do Estado Doutor Alfredo Backer, in <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u876/000003.html>

que a política de valorização havia falhado, abrindo novas possibilidades para os agricultores da região.

Outro ponto citado como fundamental para a perda de espaço da indústria carioca no cenário nacional é a falta de uma rede de transportes e comunicações eficiente, principalmente posta como um contraponto à São Paulo que teria se aproveitado de uma geração precoce e eficiente, propiciado pela economia cafeeira (CANO, op. cit: p. 228). Contudo determinados dados devem ser avaliados com bastante cautela. Se considerarmos somente a malha ferroviária em 1919, a do Rio de Janeiro era, de fato, inferior à paulista. Mas, quando levamos em conta a diferença no tamanho dos estados, observamos que a malha ferroviária do Rio de Janeiro era 75% mais densa que a de São Paulo (LEVY, 1994.: p. 205). Uma outra questão central relacionada às ferrovias é o custo do transporte para o setor industrial. E, a partir de 1913, a indústria do Rio de Janeiro observou um frequente aumento nas despesas relativas ao transporte ferroviário, que tem o seu ápice em 1917, com um aumento geral de 20%, em razão do aumento dos combustíveis. Em 1927 ocorreu um novo aumento que incidiu principalmente nas tarifas realizadas em transportes de maiores distâncias (MARTINS, 1979: p. 54). Estes aumentos tiveram um forte impacto tanto no fornecimento de insumos industriais, relativo à sua dependência no abastecimento de matérias-primas, quanto na distribuição, variando de acordo com os mercados a serem abastecidos com a sua produção.

Com relação à distribuição energética para o setor industrial, o ano de 1907 é um marco, por ter início o contrato entre a Light e a prefeitura do Rio de Janeiro, para o fornecimento de energia elétrica, com uma regulação tarifária que decrescia conforme o consumo subisse, com o intuito de estimular o consumo energético pelas indústrias (LEVY, 1987: p. 52). A adaptação foi rápida, já que em 1920, 87% da força motriz utilizada pela indústria era fornecida pela empresa especializada. Entretanto a mudança na forma de

cobrança de tarifas a partir de 1914 – passando a ser parcialmente cobrada em ouro, em um momento de desvalorização cambial, fez com que os custos de energia se tornassem um grande problema para as finanças das indústrias cariocas.

Por fim, as informações censitárias demonstram unanimemente que os salários pagos pela indústria carioca eram os mais altos do país. Isso foi fundamental em um primeiro momento para a formação de um mercado consumidor local, entretanto prejudicaram o seu desempenho com o aumento da concorrência nos anos da guerra, e se tornou ainda mais grave com a concorrência dos produtos estrangeiros durante a década de 1920 (GUARITA, op. cit.: p. 223)

Importante centro de migração, nacional e internacional, principalmente do fim do século XIX até, pelo menos, meados da década de 1950, a então capital do país, tendo em vista sua complexa geografia natural, teve, de tempos em tempos, sua expansão dependente de intervenções que provocaram rupturas desses limites impostos pela natureza. A ampliação do espaço urbano significou, em diversos momentos, um enfrentamento com a natureza, numa ação que contou com o uso do conhecimento técnico-científico, estimulando principalmente as atividades da construção e da engenharia civil. As diversas intervenções urbanísticas que marcaram o Rio de Janeiro desde o início do século XX, foram impulsionadas tanto pelo crescimento populacional, quanto pela valorização dos espaços, diante das limitações impostas pela geografia local. A ação do Estado, associada à iniciativa privada, os grupos de construtores imobiliários, constituem os principais agentes do crescimento urbano e industrial local

Esse processo de *destruição-criadora* prosseguiu (...) notadamente nas gestões de Paulo de Frontin (1919), Carlos Sampaio (1920-1922), Henrique Dodsworth (1937-45) (...) Dentre as obras realizadas por esses prefeitos, destacamos o arrasamento do Morro do Castelo e a abertura da Esplanada, a inauguração do Aeroporto Santos Dumont, a construção das Avenidas Presidente Vargas e Brasil, a abertura dos túneis do Pasmado e Sta. Bárbara, a criação dos bairros da Urca e Leblon (Freitas Filho, 2002: p. 3).

A ação induzida pelo poder público na expansão urbana admitiu ainda a criação de toda uma série de leis direcionada para a regulamentação das construções, adições e modificações de prédios na antiga Capital (REZENDE, 1999). A década de 1920 teria sido produtiva neste sentido, tendo como exemplos decretos referentes ao sistema de zoneamento e de divisão das propriedades, que estimularam o processo de verticalização da cidade. Mais um destaque deste momento foi a elaboração do primeiro Plano Diretor para a cidade, sob a responsabilidade do urbanista francês Alfred Agache, entregue no fim da administração do prefeito Antônio Prado Júnior. E, mesmo não tenha sido feito na sua essência, o Plano Agache serviu de inspiração, em momentos posteriores, para diversos decretos e projetos urbanos na cidade. Na década seguinte, com a continuação da verticalização, a regulamentação do uso do espaço urbano se tornou mais detalhada, culminando com a criação do Código de Obras do Distrito Federal, em 1937 (Freitas Filho, 2002). Em grande medida capitaneado pelo Estado, o processo de urbanização da então capital, que marcou a história da cidade de maneira permanente, ao longo do século XX, exerceu uma influência direta sobre a iniciativa privada, em particular o setor industrial.

A expansão da metrópole carioca impulsionou diversos ramos da indústria. O próprio crescimento foi determinante para o desenvolvimento de outros segmentos, profissionais e empresariais, dentre eles a Construção Civil. O lugar da cidade como capital e centro cultural do País estimulou também o ramo editorial e gráfico, especialmente a partir da década de 1920. A forte presença da indústria da Construção Civil também estimulou as atividades relacionadas direta ou indiretamente, como por exemplo, a metalúrgica, mecânica, elétrica, e de minerais não metálicos - fabricação de telhas, tijolos, tubos, aparelhos sanitários, cimento, dentre outros, voltados para atender à demanda da construção de novas moradias (Idem).

De acordo com Freitas Filho, a atuação da construção civil vai se fazer presente em diversos aspectos das intervenções realizadas na cidade nas primeiras décadas do século XX,

No caso específico da Construção Civil, seus campos básicos de atuação foram: edificação, ou seja, construção de habitações - prédios públicos e moradias -, fábricas, obras de infraestrutura - portos, túneis, viadutos -, logradouros públicos, avenidas, monumentos; obras de demolição, a exemplo do desmonte dos morros do Castelo (1920-22) e Sto. Antônio (1952-54); saneamento e transportes. O setor foi ainda cenário de experimentos inovadores, exemplificados no emprego pioneiro da técnica do concreto armado na construção predial (Ibidem).

Com a inserção cada vez maior do Brasil no circuito internacional do comércio e das finanças, e conseqüentemente do Rio de Janeiro, a cidade acabou sendo palco de diversos experimentos em novas tecnologias que surgiam, sobretudo na Europa, a exemplo do concreto armado. Se tratava de um novo material, que utilizava a combinação de barras de aço e argamassa de cimento que, a partir da sua introdução no mercado mundial na virada para o século XX, viria a revolucionar a forma de se construir em todo o mundo (Idem: p. 4)

A aplicação desta técnica vai se sistematizar e se difundir de maneira mais significativa a partir de 1930, com a criação do Instituto Brasileiro de Concreto, passando a ser aplicada na construção de túneis, viadutos, reservatórios, obras hidráulicas, portuárias, edifícios e prédios (Telles, 1993; Nobre, 1999). Desse modo, se abria um amplo mercado para realização de investimentos, sendo o Estado um dos principais agentes que estimularam em grande medida o crescimento urbano, através de projetos, planos e leis neste período.

Na habitação, a utilização do concreto armado permitiu uma redução do custo da construção, estimulando cada vez mais investimentos no setor imobiliário e, com isso, uma ainda mais rápida acumulação de capital no setor.

O uso desta tecnologia permitiu uma economia em relação à estrutura metálica, anteriormente adotada na construção de edifícios de grande porte, além de

liberar as paredes do peso da estrutura, concentrando as cargas no esqueleto estrutural (vigas, lajes e pilares) (Freitas Filho, 2002: p. 4).

Nas décadas de 1930 e 1940, a dinâmica da Construção Civil no Rio de Janeiro esteve associada a dois fatores fundamentalmente: as obras da gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) e às novas visões arquitetônicas, influenciadas pela difusão da técnica do concreto armado, e as possibilidades que se abriam com isso, e pelos arquitetos estrangeiros, a exemplo de Le Corbusier (Leal; 1987), fundamentais nas concepções urbanísticas presentes na cidade após esse período. As inovações técnicas facilitaram a construção de prédios grandiosos como os do Ministério da Fazenda, da Educação e Saúde Pública, do Aeroporto Santos Dumon e de edifícios de apartamentos nas áreas do Centro - Avenidas Beira Mar e Presidente Antônio Carlos - e Copacabana, promovendo um processo de verticalização cada vez maior na cidade.

Nos anos de 1930 foram fundadas boa parte das empresas que constituíam o setor da construção civil na década de 1950. Sua importância pode ser dimensionada a partir do momento em que comparamos a sua ação com a de outros setores, já que durante a década de 1930, era o que empregava o maior número de pessoas, além de ser o segundo em valor da sua produção e consumo de matérias-primas, o terceiro em pagamentos de impostos e utilização de força motriz, o quarto em quantidade de estabelecimentos e o sexto em capital aplicado e realizado (LEVY, op. cit.: p. 264).

Foi também nesse período que a indústria da Construção Civil passou por alterações em sua dinâmica de organização e funcionamento. Entre 1937-45, foram criadas novas empresas, em geral sociedade de capital, e fortalecida a figura do incorporador, ou seja, aquele que controlava as diversas fases no processo de construção de moradias, desde a compra do terreno até a comercialização dos imóveis. Eram mudanças significativas, que traduziam um gradual amadurecimento e intensificação da



atividade na cidade, e importantes indicadores dos rumos do investimento industrial na cidade do Rio de Janeiro (FREITAS FILHO, 2002).

Tais informações vêm reforçar os argumentos das investigações que defendem a ideia, não de decadência, mas de um declínio relativo, acompanhado por uma diversificação na estrutura da indústria carioca, ambos acelerados na década de 1920, e que podem ser observados se compararmos a evolução de dados importantes como números de operários, estabelecimentos e força motriz durante o período pesquisado (Ver Quadro 6).

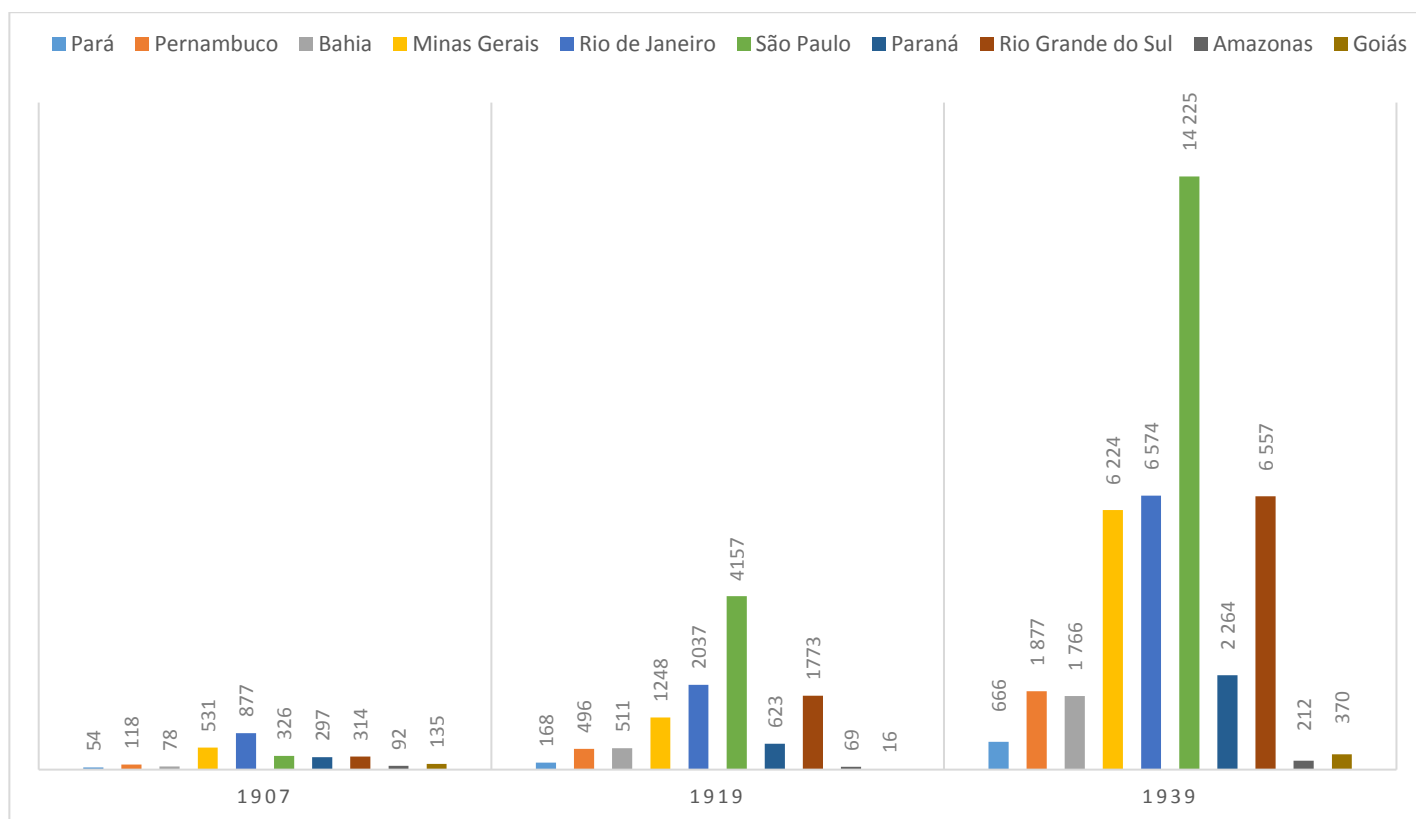
**Quadro 6 – Produção Industrial. Número de Estabelecimentos, operários e força motriz, por Estado (1907, 1919 e 1939)**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RESULTADOS							
	Número de estabelecimentos			Operários			Força motriz (c.v.)*	
	1907	1919	1939	1907	1919	1939	1919	1939
Acre	-	10	34	-	22	175	18	169
Amazonas	92	69	212	1 168	636	3 413	1 528	4 169
Pará	54	168	666	2 539	3 033	10 595	2 929	12 593
Maranhão	18	90	703	4 545	3 575	6 425	4 148	8 215
Piauí	3	56	164	355	1 175	1 590	1 382	2 109
Ceará	18	295	789	1 207	4 717	7 859	3 026	7 819
Rio Grande do Norte	15	197	593	2 062	2 146	4 879	996	6 041
Paraíba	42	253	737	1 461	3 295	13 210	2 854	14 656
Pernambuco	118	496	1 877	12 042	22 248	57 327	33 820	79 518
Alagoas	45	367	687	3 775	7 930	12 563	11 279	23 796
Sergipe	103	307	743	3 027	7 708	11 438	7 160	18 715
Bahia	78	511	1 766	9 964	16 698	23 361	14 712	26 959
Minas Gerais	531	1248	6 224	9 555	18 848	74 267	24 170	102 869
Espírito Santo	4	77	984	90	1 109	4 066	2 668	10 143
Rio de Janeiro <sup>9</sup>	877	2037	6 574	48 875	76 943	168 942	103 038	238 772
São Paulo	326	4157	14 225	24 186	85 466	272 865	100 216	443 635
Paraná	297	623	2 264	4 724	7 295	20 451	9 789	37 375
Santa Catarina	173	793	2 847	2 102	5 367	21 015	8 052	34 292
Rio Grande do Sul	314	1773	6 557	15 426	24 661	60 908	30 345	109 112
Mato Grosso	15	26	402	3 870	557	4 349	983	3 794
Goiás	135	16	370	868	244	1 487	183	1 607

**Fonte:** Comissão Censitária Nacional, Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços, 1948, Rio de Janeiro e Serviço Nacional de Recenseamento, Brasil, Censo Industrial.

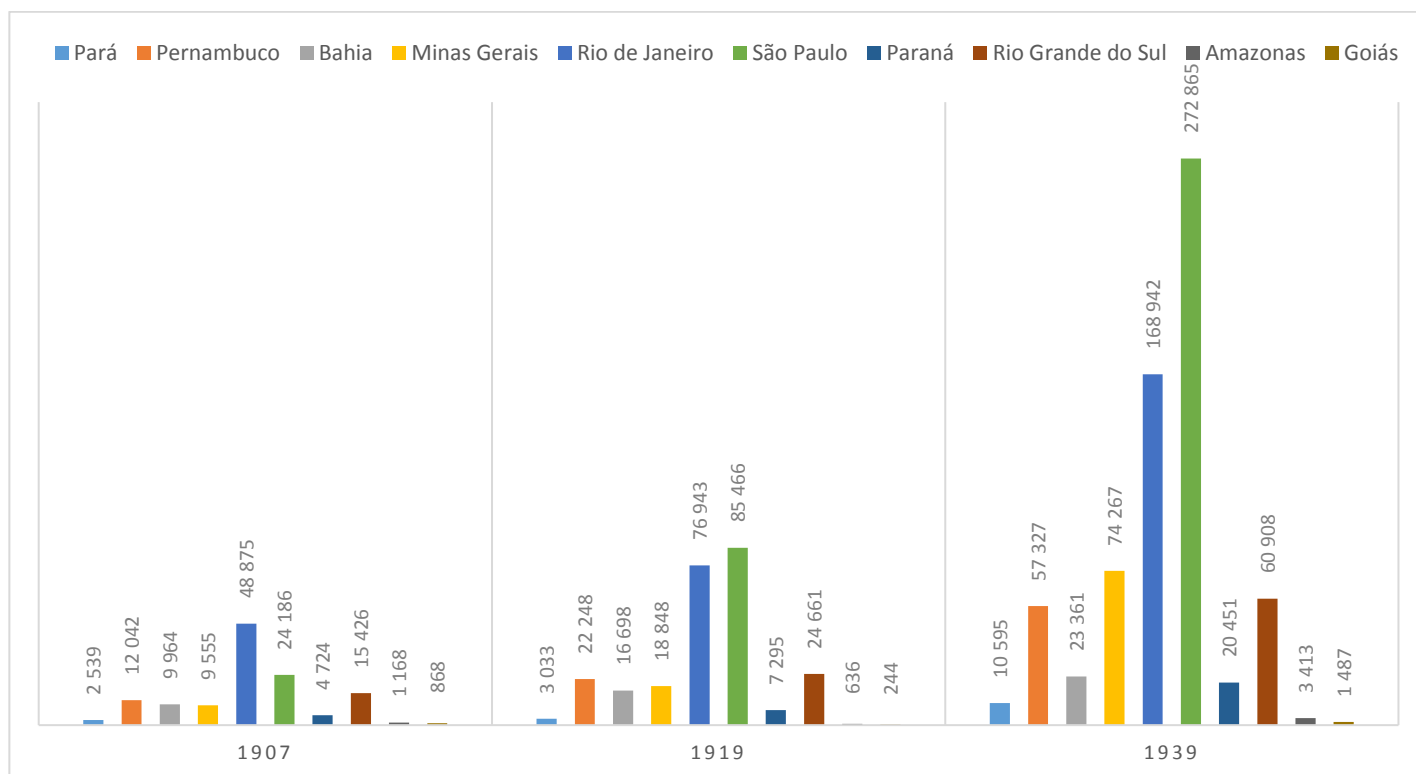
<sup>9</sup> Dados referentes aos estados do Rio de Janeiro e Distrito Federal somados

**Gráfico 3 – Número de estabelecimentos por Estado – 1907, 1919, 1939**



Fontes: CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

**Gráfico 4 – Operários por Estado – 1907, 1919, 1939**



Fontes: CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

Vale ressaltar também a influência da ascensão de Vargas ao poder e o desenvolvimento industrial visualizado a partir dos anos de 1930. Uma leitura mais detida sobre a plataforma de governo da Aliança Liberal (AL) para as eleições de 1930 já permite detectar que a visão preponderante, no campo econômico, residia na diversificação, tanto da produção como da pauta de exportações – já se posicionando contra a candidatura situacionista, tida como “paulista” e “cafeicultora”. Esta posição reflete a composição da Aliança e sua tentativa de ganhar adeptos, pois resguardava para si o argumento ideológico fundamental no jogo de convencimento político, expressando o “interesse nacional” contra os interesses parciais da cafeicultura (FONSECA, 2012: p. 845). Esse posicionamento ia ao encontro da ideologia positivista adotada pelo partido de Vargas, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), e seguia a recomendação de Comte pela diversificação, em oposição ao ideário liberal da especialização. Nesse contexto, a indústria não foi esquecida, mas também não apareceu como ponto central. Pode ser considerada como um dos aspectos da proposta maior de diversificação (idem).

Entretanto, a AL evitou os extremos e se utilizou da concepção mais recorrente à época diferenciando indústrias naturais e artificiais. As primeiras eram percebidas como uma extensão das atividades primárias, pois beneficiavam as matérias-primas locais e, ao contrário das artificiais, não necessitavam de protecionismo. As barreiras representadas pelos custos de transporte associadas às frequentes desvalorizações cambiais garantiam os preços relativos a seu favor. Essa concepção não rompia com a visão agrarista, que só entendia como adequadas as atividades industriais como extensão das primárias. Por outro lado, permite prever que acenava para a complementaridade e não para o antagonismo entre interesses industriais e agrários (idem).

Podemos perceber também que, ainda de acordo com Fonseca (2012), houve de fato uma intencionalidade de Vargas na promoção industrial especificamente. Isso se ampara nas

Várias mudanças institucionais já na década de 1930 fornecem fortes indícios de que o governo apoiava a indústria e gradualmente começou a defender não só a substituição de importações, mas a industrialização como alternativa para o país. Ou seja: se não se pode afirmar que, ao assumir em 1930, a nova equipe dirigente já encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado (embora defendesse a diversificação produtiva e nas exportações), tudo leva a crer que este começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930, e não apenas na década de 1940, com a guerra. (...) Trata-se de atos deliberados, com coerência entre si, criados justamente para incentivar a produção industrial e diversificar o setor primário e as exportações, cujas intenções são muitas vezes explicitadas textualmente em pronunciamentos oficiais, não deixando pairar dúvidas sobre suas razões. Registra-se que, neste caso, não há divergência ou contradição entre os atos e os discursos que os molduram e os justificam, entre intenções e resultados. Muitos deles sofreram fortes contestações por outros segmentos das elites, como a revolta paulista de 1932, e por isso exigiram determinação, autoritarismo e mesmo a força para serem efetivados – como os atribuir ao acaso? (FONSECA, 2012: p. 851-62)

Observamos também a inexistência da divergência radical de interesses entre os setores agrário e industrial, visualizando a complementaridade existente entre ambos defendido por Vargas, explícito no crescimento industrial e em um projeto de substituição de importações já existente na década de 1930. Este projeto certamente não nasceu pronto e acabado, mas foi ganhando forma e adeptos, sendo facilitado pela crise do setor exportador.

O movimento de 1930 capitaneado por Vargas é um marco indelével da adoção por parte do Estado brasileiro de um modelo urbano-industrial. Esta mudança se mostrou menos abrupta e mais gradual, se caracterizando por um processo lento e obstinado, através de significativas mudanças na maneira de agir do Estado e seu aparelho administrativo. Sendo assim, através de investimentos realizados pelo Estado de maneira direta na produção, “a burguesia aprofundou as bases para a acumulação capitalista reproduzir-se no nível das empresas” (LEVY, 1994: p. 235)

Durante o governo Vargas fica nítida a presença de dois elementos que se desenvolveram de maneira paralela: os princípios nacionalistas e os valores industrialistas. A associação entre ambos fez com que se desenvolvesse a ideia da indústria como um elemento fundamental para o “engrandecimento do país” e “fortalecimento da nação”, fatores basilares para garantir a soberania nacional e aumentar sua capacidade de defesa frente os elementos externos.

A coincidência da burguesia industrial sobre a defasagem entre a enormidade da tarefa, e os escassos recursos de que dispunha para enfrenta-los levaria a incorporar no programa industrialista a importância do papel intervencionista do Estado. Dessa forma, o amparo e o estímulo do Estado apareciam como condição de sua realização como classe. (CERQUEIRA E BOSCHI, 1978: p. 53.)

Uma importante postura nacionalista capitaneada pela burguesia brasileira foi a defesa do subsolo e dos potenciais hídricos contra as empresas estrangeiras. A Constituição de 1934 antecipava que as jazidas e minas presentes no subsolo do país se caracterizavam como propriedades diferentes da do solo, e as concessões para a sua possível exploração deveriam ser concedidas somente a brasileiros e empresas que se organizassem no país. A Constituição de 1937 ia adiante, garantindo a gradativa nacionalização das empresas de mineração, além de assegurar que apenas brasileiros pudessem explorar empresas de mineração e as demais consideradas básicas para a defesa econômica e militar do país, mesmo que não as definisse de maneira clara e manifesta.

Se a Primeira Guerra foi fundamental para a mudança na estruturação regional das indústrias, a Segunda Guerra desempenhou um papel fundamental para o avanço do papel dirigente do Estado. Se tornou possível evidenciar a situação de dependência econômica em relação ao exterior, além de abrir caminho para a criação de um órgão como a Comissão de Mobilização Econômica, um superministério regulador de assuntos econômicos, financeiros, tecnológicos e organizador da economia nacional, sendo esta considerada a economia de um país em estado de guerra (LEVY, op. cit.: 257). Tal medida

ia no sentido de garantir que a presença do Estado se faria sentir nas áreas onde a iniciativa privada não dispusesse de recursos suficientes para os investimentos necessários, fortalecendo assim a ideia de desenvolvimento do país através de uma perspectiva industrializante.

Nesse momento são criadas duas empresas públicas fundamentais para a caracterização do futuro modelo político do país: o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) em 1939, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941. Estas empresas de economia mista, surgiram sob a ótica da presença dos investimentos públicos para garantir as atividades econômicas, ficando ambas, sediadas no Rio de Janeiro, deixando nítida a liderança financeira (no caso do IRB) e o nível de produtividade (CSN) locais, em um momento em que a indústria deixava nítida a redução dos níveis anteriores de crescimento. A presença dessas empresas na cidade do Rio de Janeiro ocorreu em virtude de ser iniciativas do Estado, deveriam ter suas sedes na capital, beneficiando assim a cidade com inversões significativas de capital em complexos industriais de tecnologia, e com o padrão presente em economias capitalistas mais avançadas que a do Brasil. Ao se consolidar, a CSN conseguiu manter o mercado financeiro do Rio de Janeiro como o principal e mais ativo do país (LEVY, op. cit.: p. 271).

\* \* \*

Neste segundo capítulo, vimos a trajetória traçada pela indústria carioca ao seu ápice, até a Primeira Guerra Mundial. Após se estruturar em torno das vantagens concedidas pela presença do maior e mais importante porto importador do país, somadas a hipertrofia financeira da cidade, que atraiu primeiramente bancos e companhias de seguros, mas que acrescidos do explosivo crescimento urbano, acabou por justificar a

organização de diversos outros setores industriais e de serviços públicos que, somados ao crescimento do mercado interno justificaram a atração de investimentos diretos no setor manufatureiro. Além disso, as situações proporcionadas pela decadência da cafeicultura e pelo fim da escravidão, foram responsáveis pela decadência de uma classe, a dos barões do café, mas não atrofiaram a região, que a partir daí observou o nascimento de diversos ramos empresariais. A conjunção entre a diversificação da atividade agrícola e o crescimento populacional, geraram as condições para o surgimento de um núcleo de acumulação industrial com relativa autonomia frente ao capital exportador, aproveitando-se da rede mercantil anteriormente instalada. A primazia industrial da então capital esteve diretamente associada ao momento em que estiveram em voga as circunstâncias que consolidaram sua hegemonia no mercado interno.

A decisão de investir, de assumir riscos e de promover novas atividades, padrões do chamado espírito empresarial, esteve presente em toda essa trajetória de expansão industrial, através da qual o empresariado e com ele o capitalismo conquistaram, gradativamente, espaço hegemônico. (LEVY, op. cit.: p. 284)

Esta condição hegemônica se vê abalada pela explosão das despesas. A indústria local sentiu os efeitos da dificuldade de acesso as matérias-primas estrangeiras. Somou-se a isso problemas que ampliaram seus custos, sobretudo em transportes, energia e salários, que acabaram coincidindo com o momento em que outras regiões ricas e importantes do país começaram o aparelhamento do seu parque industrial. Os ramos industriais tradicionais da cidade, que impulsionaram o início do processo de industrialização, acabaram por não ter o fôlego necessário à concorrência inter-regional. Entretanto novos ramos industriais se consolidaram no parque industrial carioca, no momento que se caracterizou por um forte processo de diversificação produtiva, principalmente incorporando setores dinâmicos de bens intermediários e de capital, amparados pelo expressivo crescimento urbano e, conseqüentemente, da indústria da construção civil.



Com a instalação de empresas de economia mista, o Rio de Janeiro ainda foi beneficiado por ser a então sede da República, com o maciço investimento público na produção de insumos básicos que as estatais representaram à época. A atividade industrial não declina de maneira alguma no período abordado, apenas perde o ritmo acelerado de crescimento de momentos anteriores, sobretudo na etapa pioneira, sendo importante para a análise, mas não o suficiente para alcançar o crescimento obtido pelo estado de São Paulo.

### **Capítulo 3 - A construção de uma nova hegemonia**

Como observamos nos capítulos anteriores, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX se construiu uma nítida posição hegemônica, dentro do setor industrial, para o estado Rio de Janeiro. Entretanto, pelos mais variados aspectos e conjunturas, a partir da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma mudança gradativa no quadro anterior, e a ascensão do setor industrial do estado de São Paulo como líder no cenário nacional em todas as possibilidades de análise a serem consideradas – capital investido, número de operários, valor da produção ou força motriz empregada.

Apesar do cenário começar a se constituir ainda nos anos de 1910, a sua intensificação ocorre de maneira muito mais dramática durante a década de 1930, em um momento onde a produção industrial, apesar de algumas variações, teve um crescimento muito mais expressivo que em períodos anteriores.

O presente capítulo se divide em duas partes complementares: em um primeiro momento, a compreensão do que é essa hegemonia para nós, e quais os fatores que contribuíram para a sua formação; e a atuação das entidades patronais como um mecanismo fundamental para a construção desta nova hegemonia.

#### **3.1 O conceito de hegemonia**

O conceito de hegemonia é largamente empregado em diferentes áreas de conhecimento e, em geral, quem o faz afirma basear-se na formulação de Antonio Gramsci. Com o objetivo de compreender as categorias que compõem o instrumental teórico-analítico de Gramsci e concentrando-se no exame do conceito de hegemonia, a presente pesquisa pretende fazer uma breve análise do conceito e o porquê da sua utilização.

A noção de hegemonia é apresentada como a categoria central da reflexão teórica de Gramsci, aquela que encadeia e articula os demais conceitos do seu instrumental teórico-analítico. Compreende-se que ela está na base da formulação da teoria do Estado em sentido amplo, ao seu redor gira a unidade tensa da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil. A hegemonia fornece sentido ao exame gramsciano sobre os intelectuais e sobre o partido revolucionário, articula a noção de bloco histórico e fundamenta as distinções entre guerra de movimento e guerra de posição, Ocidente e Oriente. A análise aponta a amplitude das noções de coerção e consenso no interior do conceito de hegemonia, os locais e os sujeitos para a sua consecução (PEREIRA, 2012).

Observa-se que hegemonia é um conceito processual, que exerce funções diversas conforme o contexto analisado e preserva as interconexões dialéticas existentes entre cada momento de um processo histórico-político. A correta compreensão e o emprego coerente com a formulação original do conceito dependem do exame da sua interação com as demais categorias analíticas do pensamento de Gramsci, e, também, de corretas investigações históricas e de precisas análises de conjuntura (idem).

Os nexos existentes entre as análises de Gramsci e o tempo presente são distintos dos que ligam outros autores “clássicos”, como Maquiavel e Hobbes, aos dias atuais. A diferença essencial reside no fato de o fundador do PCd’I ter se debruçado sobre “um mundo (a sociedade capitalista do início do século XX) que, em sua essência, continua a ser o *nosso mundo de hoje*” (COUTINHO, 1998: pp. 16- 17, grifos do autor). Atribui-se a Gramsci a qualificação de um pensador “clássico” por ele possuir a capacidade de “falar, ao mesmo tempo, para o seu tempo e para além dele, para o futuro”.

Um exemplo de adequação das categorias gramscianas para o entendimento da atual quadra histórica pode ser verificado pelo cotejamento das elaborações a respeito do Estado em sentido amplo e da imbricação entre sociedade política e sociedade civil, concebidas no início do “breve século XX”, com o fato de esse movimento orgânico caracterizar o “Ocidente” contemporâneo (SAVIANNI, 2004: p. 14). Essa complexa dinâmica existente nas relações entre sociedade política e sociedade civil no capitalismo desenvolvido, segundo Ivete Simionatto (1998: p. 53), apresenta-se como eixo fundamental para pensar as atuais transformações da sociedade capitalista, as novas formas de expressão do Estado, da sociedade civil e, conseqüentemente, os processos de construção da hegemonia nesse cenário.

Por sua vez, o estabelecimento da hegemonia é um tema central nas formações sociais ocidentais, pois, de acordo com Simionatto (2003: p. 276), seu exercício não se restringe à esfera econômica e aos espaços de organização política da sociedade, mas também ocorre na formação dos valores e das concepções de mundo, tendo em vista que “a organização do sistema produtivo transcende a esfera econômica” e exige um “‘novo tipo de homem’ com qualidades morais e intelectuais afeitas à nova ordem” para a sua execução.

### **3.1.1 A centralidade do conceito de hegemonia**

Diante das relações e das articulações entre os conceitos formulados por Gramsci, considera-se que uma pesquisa que aborde a noção de hegemonia não pode ser realizada em separado das demais categorias de seu instrumental teórico-analítico como, por exemplo, sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado (ou Estado integral), guerra de posição, guerra de movimento, Ocidente, Oriente, aparelho privado de hegemonia, moderno príncipe e intelectual. Sendo que, entre estas noções, autores como

Anderson (1986: p. 43), Bobbio (1982: p. 24; p. 42), Gruppi (1978: p. 66), Liguori (2003: p. 173; 2007, p. 207), Piotte (1973: p. 11), Portelli (1977: p. 12) e Secco (2006: p. 43) apontam alguma determinada categoria como a de maior destaque.

Não obstante à compreensão da obra gramsciana como um conjunto articulado, a presente pesquisa considera que os conceitos de hegemonia e aparelho hegemônico encadeiam as noções de sociedade política e sociedade civil, pois, como diz Simionatto (1998: p. 53), “o que confere originalidade ao seu pensamento (de Gramsci) é, justamente, o novo nexos que estabelece entre economia e política, entre sociedade civil e sociedade política, esferas constitutivas do conceito de Estado ampliado”<sup>10</sup>.

O critério para apontar a hegemonia como o conceito central do pensamento político de Gramsci é a observação de que esta categoria inspira a articulação teórico-metodológica dos temas dos *Cadernos*, nos quais “a literatura, o jornalismo, o fordismo e outros assuntos aparecem como variantes formais da mesma persistência temática: a hegemonia” (SECCO, 2006: p. 47). Assim, embora a obra de Gramsci possa ser lida de diversas formas, conforme destaca Guimarães (2007: p. 1), o conceito de hegemonia centraliza todo um campo conceitual, pois: representa uma conquista metodológica que supera as concepções deterministas do marxismo e o elabora como filosofia da práxis; identifica a necessidade de o marxismo se contrapor ao liberalismo, o princípio hegemônico do capitalismo; permite pensar a relação entre Estado e sociedade civil não como campos separados, mas como uma unidade tensa; e integra em si o maior número de visões e valores sem perder a coerência, incluindo as conquistas históricas progressivas do princípio hegemônico antagonista.

Segundo Coutinho (1999b), a hegemonia é considerada o problema central na estratégia concebida por Gramsci para a transição ao socialismo, como pode ser

---

<sup>10</sup> Na verdade, Gramsci (2002a: p. 244 [6, 87]) não utiliza o termo Estado ampliado, mas “Estado em sentido orgânico e mais amplo”. O termo Estado ampliado foi cunhado por Buci-Glucksmann (1980).

observado em duas indicações. A primeira enfatiza a hegemonia que o proletariado deve exercer sobre as classes e grupos auxiliares na constituição de um novo bloco histórico. Já a segunda, concentra-se na disputa que ocorre entre as classes fundamentais antagonistas. No entanto, o autor afirma que a inovação presente na teoria gramsciana não se refere ao conceito de hegemonia em si, já concebido por Lenin, mas ao fato de a hegemonia possuir “uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação” (COUTINHO, 1999b: p. 128).

### **3.1.2 O conceito de hegemonia na articulação do instrumental teórico-analítico de Gramsci**

Diante da série de variações existentes no uso do conceito de hegemonia na obra gramsciana, tanto nos escritos pré-carcerários como nas reflexões contidas nos *Cadernos*, necessita-se, de modo preliminar, observar que, antes de ser preso, Gramsci o adotou durante a luta pelo poder e, na obra carcerária, ele o empregou para elucidar as razões da derrota das insurreições operárias (FONTANA, 2003: p. 114). Após esse comentário, também cabe informar que, na presente pesquisa, optou-se por partir de um emprego do conceito de hegemonia mais maduro. Gramsci dedicou-se aos *Cadernos do Cárcere* fevereiro de 1929 até junho de 1935<sup>11</sup>. Entre fevereiro e março de 1930, ele redigiu a nota 44, do “Caderno 1” e a retomou, entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935, transmitindo a seguinte redação:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (está é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002b: p. 62-63, [19, 24]).

---

<sup>11</sup> A datação das notas carcerárias, proposta Gianni Francioni, está em Gramsci (2002c, pp. 457-465).

O autor expõe, nesse fragmento, que hegemonia é direção e também a reunião de direção e domínio. O que é uma aparente incoerência, em verdade, é um grande mérito dessa formulação, pois indica a compreensão da hegemonia “como um processo, e não como um conceito ambíguo e plurissêmico (...). É um processo porque não é um conceito fixo, só podendo ser entendido a partir de estudos históricos e de análises de conjuntura” (SECCO, 2006: p. 46). Assim, a hegemonia “não possui dois sentidos absolutos, mas duas funções diversas de acordo com o momento do processo que é analisado; ela é processual” (SECCO, 1996: p. 86)<sup>12</sup>, apresentando amplitudes distintas para cada momento.

No primeiro momento, a hegemonia possui o sentido de constituir a capacidade de direção da classe fundamental subalterna sobre as demais classes auxiliares (e suas frações) e obter o consentimento ativo desses aliados. Nessa fase, predomina a luta político-ideológica, mas não exclui “a preparação militar e os ensaios de confronto violento, luta econômica etc., dependendo da especificidade histórica de cada país”. Rompido o “poder de dissuasão”<sup>13</sup> das antigas classes dominantes e instaurada a ditadura do proletariado, a “classe operária faz-se dirigente e dominante sobre toda a sociedade, portanto hegemônica”. Essa compreensão da “hegemonia enquanto processualidade” evidencia os dois momentos distintos, mas preserva as interconexões dialéticas existentes entre eles (SECCO, 1996: p. 91-92)<sup>14</sup>.

Destacam-se, como dito anteriormente, duas novidades introduzidas no conceito de hegemonia pelas reflexões carcerárias de Gramsci. A primeira refere-se ao emprego dessa categoria na análise de processos históricos conduzidos pela burguesia<sup>15</sup>, a saber,

---

<sup>12</sup> Ver também Gruppi (1978: p. 58).

<sup>13</sup> Entre o primeiro e o segundo estágio desse processo “há um interregno de ruptura, pois nenhuma classe social armada e dominante cede seu poder militar e seus privilégios só por convencimento”. (SECCO, 1996: p. 86).

<sup>14</sup> Ver também Secco (2006: p. 53-54).

<sup>15</sup> Ver Gramsci (2002<sup>a</sup>: p. 271, [8, 2]).

a Revolução Francesa (paradigma histórico da revolução burguesa) e o *Risorgimento* (tema fundamental para a compreensão do processo da formação econômico-social italiana). Conforme observado, os escritos gramscianos pré-carcerários e o debate no interior da socialdemocracia russa restringiam a noção de hegemonia à perspectiva do operariado. Esse termo foi aplicado pela Internacional Comunista, de forma limitada, ao modo de estabelecimento e preservação do domínio burguês (ANDERSON, 1986: p. 19; SASSOON, 2001: p.177). A segunda inovação refere-se à ampliação das dimensões abarcadas pela hegemonia, pois, em Gramsci, preserva-se a ideia de direção política, presente em Lenin, mas é concedido um novo tratamento à dimensão cultural e à conexão entre política, cultura e economia<sup>16</sup>.

A utilização do conceito de hegemonia no exame de processos revolucionários burgueses representa a universalidade do instrumental teórico-analítico que ela articula, pois demonstra que o exercício da hegemonia, tanto na sociedade burguesa como na sociedade socialista, pressupõe: (i) uma classe fundamental subalterna (ou um determinado grupo: fração de classe, conjunto de frações de classe, grupo social ou partido) cujo exercício de hegemonia limita-se à “direção intelectual e moral” das classes e/ou frações das classes auxiliares; e, (ii) uma classe fundamental hegemônica, isto é, que possui a capacidade de, por um lado, dirigir as classes e frações das classes auxiliares e, por outro, submeter à sua direção e/ou domínio o segmentos e as classes subalternas<sup>17</sup>, incluindo a possibilidade de oprimir ou liquidar os grupos que não aceitam pacificamente a sua direção (GRAMSCI, 2002b: p. 62-63, [19, 24]; SECCO, 2006: p. 43-44).

---

<sup>16</sup> Gramsci, desde os textos sobre os conselhos de fábrica em Turim, lembrou que a hegemonia se assenta no mundo da produção e exige o controle deste pelos conselhos operários; a hegemonia opera na dimensão cultural (o modo de pensar, as orientações ideológicas, os modos de conhecer), na estrutura econômica e na organização política da sociedade (SECCO, 1996: p. 93; SIMIONATTO, 1998: p. 50; 2003: p. 276).

<sup>17</sup> Pode-se afirmar que esses são o sujeito hegemônico (classe fundamental capaz de dirigir e dominar) e o objeto hegemônico (grupos auxiliares e classes e frações antagonistas).



Cabe esclarecer que, do mesmo modo que as demais dualidades gramscianas, a distinção entre direção e domínio no interior da hegemonia é um critério metodológico, pois não são duas noções mutuamente excludentes e há uma relação na qual o emprego de um termo pressupõe o outro (FONTANA, 2003: p. 119-121). Gramsci (2002<sup>a</sup>: p. 95, [13, 37]), por exemplo, afirma que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expressos pelos chamados órgãos da opinião pública.

Assim, o que difere a hegemonia da pura dominação é o fato de direção e consenso prevalecerem sobre força e coerção em qualquer fase do processo de sua constituição. A hegemonia não é – nem pode ser – despótica, embora isso não signifique abdicar do uso legitimado da violência. Ao contrário, a hegemonia presume a necessidade do uso da força para com as classes opositoras, visto que no sistema hegemônico a classe dirigente não obtém a adesão de toda a sociedade: a hegemonia nunca é absoluta, ela sempre é parcial<sup>18</sup>. A questão colocada para a classe hegemônica é minimizar o uso do poder coercitivo, possuindo como meta torná-lo desnecessário para a sua preservação. Inclusive, a autonomia (material e moral) para desencadear e vencer um conflito e, também, a dependência que os grupos auxiliares possuem do seu apoio político, cultural e material demonstram a capacidade hegemônica de um dado grupo social. Em resumo, a vocação, as condições e os meios para o uso da força estão sempre disponíveis, porém a estrutura de alianças e o sistema hegemônico não tornam a coerção simplesmente supérflua, mas em certo sentido contraproducente<sup>19</sup> (FONTANA, 2003: p. 122; PORTELLI, 1977: p. 83; SECCO, 2006: p. 56).

---

<sup>18</sup> Perry Anderson (1986: p. 41) apresentou de forma clara a síntese do equilíbrio entre consentimento e coerção: a estrutura do poder nos estados democrático-burgueses é dominada pelo consentimento e determinada pela coerção.

<sup>19</sup> Como é bem observado por Liguori (2007: p. 212), recorrer ao arbítrio como meio para preservação da posição de domínio assinala “uma crise latente de hegemonia”.

O que torna possível, e explica, o predomínio do consenso sobre a coerção no Ocidente é a existência dos aparelhos “privados” de hegemonia. Por um lado, eles são os meios pelos quais a classe dominante supera a estreiteza da sua própria base social para organizar, em torno de seu programa, o consenso de uma ampla camada da população (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: p. 147-148; CAMPIONE, 2003: p. 53)<sup>20</sup> e, por outro, esses organismos tornaram a sociedade civil “uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna”, são “os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição”, que transformam as crises revolucionárias no Ocidente em um fenômeno bem mais complexo (GRAMSCI, 2002a: p. 72-73 [13, 24]). Em síntese, como ressalta Liguori (2007: p. 21), as funções desempenhadas pelos aparelhos privados de hegemonia não estão desconectadas das relações de força, ao contrário, esses “organismos voltados para a formação do consenso” articulam-se dialeticamente com o Estado em sentido amplo e atuam sobre a luta de classes, ao mesmo tempo em que são por ela influenciados.

Os aparelhos privados de hegemonia possuem como traço peculiar o fato de que algumas organizações situam-se na sociedade civil, embora estabelecendo uma conexão dialética com a sociedade política e com a esfera da produção material, enquanto outros institutos localizam-se na sociedade política, ainda que possuam autonomia relativa, como por exemplo, o sistema de ensino e Universidades públicas, os fóruns de participação social etc. Portanto, apenas o estatuto formal dessas instituições não é

---

<sup>20</sup> Há uma clara identidade entre a concepção de Gramsci de aparelhos privados de hegemonia e os “meios de produção espiritual” de Marx e Engels. Os fundadores da filosofia da práxis afirmaram que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” visto que, além de regular a produção e distribuição dos bens econômicos, por dispor dos meios de produção material, ao possuir os “meios de produção espiritual” a classe dominante também organiza e distribui as ideias na sociedade (MARX; ENGELS, 199: p. 72; 1996: p. 61).

suficiente para definir a filiação de determinado órgão a uma ou a outra esfera do Estado em sentido amplo. Para este fim, parece ser mais apropriado identificar se tais organismos possuem as características dos aparelhos privados de hegemonia ou as dos aparelhos estatais. O atributo fundamental para determinar essa distinção é a adesão voluntária e ativa aos aparelhos privados de hegemonia, em contraste com a adesão passiva e compulsória aos aparelhos estatais (COUTINHO, 1998: p. 26; MAGRONE, 2006: p. 360).

Entre os aparelhos privados de hegemonia, o fundador e principal dirigente do PCd'I reservou especial atenção ao estudo do partido político moderno, especificamente, ao exame do partido da classe operária. Essa reflexão integrou aquela investigação maior que buscava compreender o fracasso das tentativas de revolução socialista no Ocidente. Em outras palavras, ela estava concatenada com uma meta muito bem delimitada, e demarcava uma nítida distinção da postura, por exemplo, de Gaetano Mosca que, segundo Gramsci (2002a: p. 23 [13, 6]), oscilava entre “uma posição ‘objetiva’ e desinteressada de cientista e uma posição apaixonada e imediatista de homem de partido”.

A hipótese desse esforço é que a hegemonia não se realiza apenas no âmbito teórico ou espontaneamente, ao contrário, ela demanda uma ação prática e um agente que organize o processo histórico de reforma intelectual e moral e supere a contradição entre teoria e prática (GRUPPI, 1978: p. 73-74). Inspirado em *O Príncipe* de Maquiavel, Gramsci indica o ator social em condições de ser esse organizador de uma “vontade coletiva nacional-popular”. Enquanto em Maquiavel o líder desse processo constitui uma abstração doutrinária, um indivíduo excepcional que personifica um *condottiero* ideal, para Gramsci (2002a: p. 16), na sociedade moderna,

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva

reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.<sup>21</sup>

Dessa maneira, o “moderno Príncipe” ocupa um lugar decisivo na formulação teórica do autor italiano, destacando-se dos demais aparelhos “privados” de hegemonia.

Outros aparelhos de hegemonia, como a escola, a universidade, os meios de comunicação social e as instituições de caráter cultural (sociedades científicas, grupos e academias de artes, clubes, centros de folclore) mesmo permitindo uma atuação contra hegemônica, na perspectiva da reforma intelectual e moral, não se pode esperar deles o papel de reformadores e, muito menos, o de condutores e o de organizadores da ação política revolucionária.

Há uma dinâmica dialética na relação existente entre partidos e outros organismos “privados” no interior das esferas do Estado em sentido amplo. Se, por um lado, Gramsci verifica os limites acima mencionados, por outro, ele demonstra que, em determinados contextos, os partidos políticos podem estar sob a direção de um aparelho “privado” de hegemonia que não é um partido “em sentido restrito”, mas um “partido ideológico”. Afirma Gramsci (2002a: p. 349-350 [17, 37]):

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partidos” ou “funções de determinados partidos”.

Como ocorre essa manifestação, a dinâmica existente entre classe fundamental e partido político foi objeto da investigação de Gramsci no desenvolvimento da teoria concebida por ele como “moderno Príncipe”. Posto que para ser o *condottiero*

---

<sup>21</sup> Ver afirmação semelhante em Gramsci (2002a, p. 59 [13, 21]).

necessário ao exercício da hegemonia, o partido político precisa estar vinculado organicamente à classe fundamental e vocalizar os valores, o projeto, a tática e a estratégia dessa classe. Entretanto, dado que seu objetivo não era a elaboração de uma teoria ideal e abstrata, mas uma reflexão sobre uma determinada formação econômico-social, Gramsci examinou a contradição entre a realidade objetiva, em que os "partidos orgânicos e fundamentais" estão divididos em frações, e o princípio metodológico, segundo o qual cada classe se expressa por meio de apenas um partido (PIOTTE, 1973: p. 44).

Portanto, a razão para um estado de coisas como esse não reside em uma enorme gama de classes sociais que possuem expressões partidárias específicas, mas na fragmentação da representação das classes fundamentais e auxiliares por meio dos partidos. Considerando as conexões entre classes e partidos, quando essa dispersão representativa ocorre, ela não pode ser encarada como algo secundário. Em verdade, tal fato associa-se ao grau de homogeneidade das classes, isto é, ao seu momento de amadurecimento, do seu nível de organização, de autoconsciência e permite concluir que, quanto mais homogênea é a consciência de uma determinada classe, maior é a organicidade da sua manifestação na forma de partido político. No entanto, cabe lembrar que nessa relação o partido não é um simples espectador, mas, ao contrário, é o protagonista da reforma intelectual e moral.

Em um cenário caracterizado pela fragilidade das organizações partidárias e sob a ameaça de existir uma classe dominante acéfala, torna-se imperioso um "Estado-Maior intelectual do partido orgânico", uma força dirigente superior capaz de unificar os diferentes partidos da classe hegemônica.

Os detalhes de como, à época, os "jornais, agrupados em série", constituíam "os verdadeiros partidos" italianos para suprir a ausência dos "partidos organizados e

centralizados” podem ser observados no exame realizado por Gramsci (2001a: p. 218-224 [1, 116]). Ele detalha as conexões entre jornais, correntes políticas e frações de classe, bem como as posições assumidas por esses veículos. Com efeito, não restam dúvidas de que esses órgãos de imprensa, ao ocuparem a posição de porta-vozes de determinados grupos sociais, preenchem duas funções imprescindíveis para o exercício da hegemonia: a de convencer as camadas subalternas a adotarem como suas as bandeiras das frações das classes dominantes, e a de orientar a representação político-partidária das posições a serem defendidas no confronto com a representação política das classes subalternas.

### **3.1.3 O Sentido da Hegemonia**

Foram apresentados, até aqui, o sentido de algumas categorias articuladas pelo conceito de hegemonia no pensamento de Gramsci. Entretanto, cabe levantar uma questão: qual é o norte da hegemonia? O exame da trajetória de Gramsci ajuda o esforço de responder essa interrogação. Pode-se dizer que toda a sua vida – desde o *L’Ordine Nuovo*, passando pelos movimentos dos Conselhos de Fábrica, pelo biênio vermelho e pela formação do PCd’I, até a atividade nos cárceres do fascismo – se consumiu na articulação entre a dedicação prática de realizar a transição revolucionária para o socialismo e o esforço teórico em compreender os traços distintivos desse processo nas formações econômico-sociais ocidentais. Em seguida, cabe observar que o conceito de hegemonia

Se orientava antes à compreensão da realidade histórico-social do que à elaboração de uma estratégia para o movimento operário. A hegemonia era uma categoria que devia ser lida em relação à ampliação do conceito de Estado, à novidade morfológica que tal novidade assinalava, transformando também, conseqüentemente, o conceito de revolução. (LIGUORI, 2007: p. 213, grifo do autor)

Diante das leituras “culturalistas” que a obra gramsciana sofreu, parece ser necessário sublinhar que a hegemonia está fundamentada em uma visão de mundo materialista. A “função hegemônica” concebida por Gramsci é sempre econômica, isto é, ela apresenta “dois aspectos’: o ‘econômico’ e o ‘ético-político’” (LIGUORI, 2007: p. 221). Com base nas diversas referências que Gramsci faz ao *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* nos *Cadernos*, pode-se concluir que para combinar essas duas dimensões na noção de hegemonia, ele inspira-se no texto de 1859. Neste texto, Marx (2008a: p. 47-48) afirma:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.

Em resumo, a dialeticidade conecta os aspectos econômico e ético-político, marca a compreensão da noção de hegemonia e sustenta a concepção de Gramsci acerca da possibilidade de a classe fundamental subalterna conquistar o poder político e tornar-se classe dirigente e dominante, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2002a: p. 19 [13, 1]).

### **3.2 O papel dos sindicatos patronais paulistas no caso brasileiro**

Sendo assim, é fulcral compreendermos determinadas posições e atores sociais na sociedade brasileira à época. O que transparece para nós, é que a burguesia nacional, sobretudo os industriais paulistas, possuíam um projeto de hegemonia que se construiu principalmente ao longo da década de 1930. Tal projeto se manifesta a partir de 1928 e o discurso de Roberto Simonsen na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Este discurso deixa claro que, para este grupo de poder específico, a defesa da indústria se constitui como componente maior dos interesses nacionais. O discurso do líder industrial vai além da defesa do protecionismo, que até o momento baseava a argumentação industrializante, atacando os argumentos contrários à industrialização. Simonsen rebateu as acusações dirigidas à indústria, frequentemente tomada como uma atividade “artificial” — por não se valer majoritariamente de matérias-primas brasileiras — e responsável pela carestia. Segundo o vice-presidente do CIESP, também a indústria inglesa se valia de matérias-primas estrangeiras, enquanto a carestia no Brasil deveria ser creditada ao “ganho médio” reduzido da população. A industrialização, ao contrário, “ao proporcionar o aumento da riqueza geral, aceleraria o ingresso do país na civilização moderna e proporcionaria maior independência à economia nacional, reduzindo a influência das flutuações do mercado internacional”. Assim, simultaneamente à afirmação autônoma dos industriais paulistas do ponto de vista organizativo, a indústria tornou-se defensora, através daquele que viria a ser seu mais importante representante, a ideia de que, conforme o mesmo Simonsen diria mais tarde, a “redenção da Nação” passava pelo desenvolvimento industrial. Argumentou ainda, dizendo que a indústria e a agricultura não se opunham, buscando uma lógica de



complementaridade entre ambas, porém tal harmonia deveria se dar sob a hegemonia do setor industrial (MAZA, 2005: p. 201).

Ademais, juntamente com a compreensão do conceito de hegemonia e sua utilização na presente pesquisa, se faz necessária a compreensão de um outro debate acerca do papel do Estado no processo histórico nacional. Uma interpretação comum, defende que pela fragilidade constatada nos demais setores da sociedade brasileira, “caberia ao Estado ser o promotor do processo histórico através de um compromisso entre as classes que em sua particularidade, não possuiriam as condições para a imposição de um projeto político próprio” (idem). Nos confrontamos então com a imagem de um “Estado sujeito”, “uma entidade ativa, que paira acima da sociedade, com iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos sociais distintos e, por isso mesmo, com total poder de mando sobre a sociedade” (MENDONÇA, 1998: p. 17).

Vale ressaltar que, de acordo com Bielschowsky, a interpretação mais comum sobre o movimento de 1930, é que ele teria rompido a hegemonia política das oligarquias, ampliando o espaço para que novos atores se inserissem no restrito universo das elites dirigentes do país. Entretanto, não possuímos nenhum indicio que o movimento de 1930 tivesse um caráter a priori industrialista. “No máximo, dir-se-ia, como Ianni (1971), que a Revolução de 30 “abria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês” (BIELSCHOWSKY, 2004: p. 249). Ainda nessa linha, Dean (1971) afirma que Vargas teria sido, a princípio, hostil aos interesses expressos pelos industriais, algo que só se modificaria em 1937. Pelaez (1971) e Villela e Suzigan (1973) defendem que o eixo estruturador da política econômica do primeiro período Vargas teria tido uma orientação marcadamente ortodoxa.

Apesar dos vínculos estabelecidos e o apoio à candidatura de Julio Prestes em 1930 e a proximidade com as forças políticas oligárquicas de São Paulo, não impediram o CIESP de buscar um espaço próprio no novo quadro instituído no pós-1930, aproveitando as oportunidades que se abriam para ampliar o apoio e influência do seu projeto de industrialização. A ação da entidade nos anos 1930 pode ser avaliada em três frentes fundamentais: as reações à imposição da ordem corporativa, a defesa e concretização de um projeto para a industrialização brasileira e, enfim, a busca de redefinição das políticas sociais propostas pelo Executivo varguista (BIELSCHOWSKY, 2004: p. 251).

Observa-se que os industriais paulistas, ao mesmo tempo em que reagiam ao enquadramento corporativo em nome da autonomia de sua entidade, buscaram aproveitar o que este trazia de positivo tanto para acelerar a organização do setor, quanto para dispor de um caminho mais direto com as esferas federais de decisão, à medida que as comissões e conselhos incrustados na burocracia de Estado, com participação das entidades inscritas no formato corporativo, iam assumindo papel proeminente na definição das políticas públicas. Esta dupla virtude do formato corporativo foi percebida pelos dirigentes. Assim, em que pese pronunciamentos contrários ao decreto 19.770 de 1931, o CIESP buscou rapidamente adaptar-se a ele, alterando seus estatutos e passando a denominar-se Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em março de 1931. Dessa maneira, com a rápida adaptação da FIESP as novas regras do período varguista, facilitaram a sua progressiva inserção nos aparelhos de Estado, e solidificam o caminho a ser traçado pelos industriais durante toda a Era Vargas.

Com esta nova denominação, ainda operando como uma associação civil, ampliou os esforços de sindicalização em São Paulo, através da constituição dos “comitês de indústria”, que reuniam empresas do mesmo gênero, como base para a criação de sindicatos. No âmbito nacional, a FIESP colaborou para a criação de outras federações

industriais, como as de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, como forma de dar sustentação à Confederação Industrial do Brasil, criada em 1933, e convertida à Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1938. Nesse meio tempo, Horácio Lafer criou uma outra associação civil, como um contraponto à FIESP, a Federação dos Sindicatos de Empregadores do Estado de São Paulo (FSIESP), demonstrando as disputas pela liderança do setor durante o período. Em março de 1937, Roberto Simonsen criou a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), para operar como federação dentro do formato corporativo, enquanto a FIESP permaneceria como associação civil (MAZA, 2005: p. 203).

Foi somente através do Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, que as associações patronais da indústria paulista assumiram seu aspecto atual. De acordo com a legislação de 1939, o termo “federação” passou a ser específico das entidades sindicais de segundo grau. Assim, ao mesmo tempo em que a FIESP, associação civil, voltava a denominar-se CIESP, a FIP fundia-se com a FSIESP dando origem à FIESP, agora como entidade sindical patronal. A duplicidade organizativa tinha como finalidade preservar a organização dos industriais da eventual interferência do poder público nas entidades sindicais, cabendo à FIESP reunir os sindicatos industriais do estado de São Paulo, enquanto o CIESP aparecia como organismo a congregar as indústrias paulistas. Não obstante, as diretorias das duas entidades seriam, daí para frente, constituídas pelas mesmas pessoas e eleitas no mesmo processo. Além disto, embora associação civil, o CIESP passou a ser considerado, pelo Decreto nº 7.551, de julho de 1941, órgão técnico-consultivo do governo federal<sup>22</sup>.

A defesa de uma orientação industrializante nas políticas do Estado encontrou, na década de 1930, um grupo empresarial mais ativo do que nas décadas anteriores. Em que

---

<sup>22</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-das-industrias-do-estado-de-sao-paulo-fiesp>. Consulta em 13/02/2017, às 16:25.

pese a relativa indefinição dos rumos da política econômica de Vargas até 1937, o governo federal progressivamente assumiu a bandeira da industrialização, que, tal como enunciado por Simonsen em 1928, passava a ser associada à própria construção da nacionalidade. Uma série de medidas tomadas são quase que diretamente influenciadas pelas entidades empresariais e, em especial, por Simonsen, que teve atuação destacada nos conselhos técnicos criados a partir de 1935, levando progressivamente para dentro dos aparelhos de Estado os interesses do empresariado paulista. A proibição de importação de máquinas em 1931, em face do excesso de capacidade existente, foi reivindicação da indústria paulista, apesar da objeção de indústrias de outras regiões do país. Por sua vez, as demandas pela criação de instituições de crédito industrial e pela adoção de uma efetiva política protecionista passaram a fazer parte da perspectiva de Vargas, como se evidencia na criação da Lei do Similar Nacional, diretamente movida em proposições de Simonsen. As demandas dos industriais acabaram por consubstanciar-se, ao final do Estado Novo, num elenco de proposições discutidas nos congressos promovidos pela indústria e que contaram com participação decisiva da FIESP e de Simonsen, que falaremos de maneira mais detida adiante.

Com respeito à legislação social, as entidades empresariais abdicaram das objeções comuns ao discurso empresarial durante Primeira República, mas buscaram interferir no conteúdo e no ritmo de sua implantação, com diferentes consequências. De qualquer forma, a FIESP acompanhou a elaboração da legislação social com grupos de trabalho internos da entidade e teve assento nas comissões instituídas pelo Estado para sua elaboração. Ao final do Estado Novo, definido o elenco básico de leis sociais cujas elaboração e implantação foram motivo de intensas disputas nos anos 1930, a CNI propôs a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) a partir de projeto elaborado por Roberto Simonsen, com o objetivo de garantir a entidades industriais um organismo que levasse

adiante ações de assistência junto aos trabalhadores industriais, reduzindo a possibilidade de agitações operárias, que poderiam se relacionar com o processo de abertura política, e suavizar a influência que os titulares do poder de Estado pudessem ter sobre os operários, com base na legislação então instituída.

Embora tenha sido o principal dirigente da FIESP neste primeiro momento, Simonsen só veio a ocupar a presidência da entidade em 1938, ocupada sucessivamente pelo conde Francisco Matarazzo (1928-1931), Luís Tavares Alves Pereira (1931-1936), Paulo Assunção (1936-1937) e conde Sílvio Álvares Penteado (início de 1938). Entretanto, nos dedicaremos à figura, atuação e importância de Roberto Simonsen em nosso último capítulo.

Somando-se a isso, alguns momentos podem ser considerados representativos da ideia de poder presente no grupo industrial nacional. Dentre eles, destacamos o ao debate entre Simonsen e Gudin em torno da planificação econômica – que trataremos de maneira mais detida no próximo capítulo, junto à análise de Simonsen -, que demonstra não só que não havia a independência do Estado frente às classes sociais, mas que havia no interior dos mecanismos de controle da economia uma complexa disputa entre frações de classe. Assim, através do planejamento, o setor industrial visava interferir de maneira direta nas decisões econômicas do Estado, o que deixou claro, que não simplesmente um projeto de planejamento econômico, mas sim um projeto que objetivava o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a disputa entre diferentes projetos hegemônicos, de diferentes frações de classe no interior do Estado, tentando impor sua “visão de mundo” no centro das decisões do aparelho de Estado, deixa clara a inviabilidade de uma visão de Estado que o coloque acima das classes e das disputas correntes pela sua hegemonia (MAZA, 2005: p. 202).

\* \* \*

Neste capítulo, constatou-se que o instrumental teórico-analítico de Gramsci se caracteriza por uma série de relações e encadeamentos; para se conhecer determinado conceito, é indispensável o estudo das demais categorias que o compõem. Por isso, a obra gramsciana foi tratada aqui como um conjunto articulado cujo núcleo é ocupado pelo conceito de hegemonia.

Compreendeu-se que a distinção metodológica (e não orgânica) entre sociedade política e sociedade civil, conjugada à articulação dialética entre força e consenso, embasam o argumento da superação dialética. A dinâmica de unidade-distinção, existente no interior do Estado em sentido amplo, estabeleceu uma unidade tensa na relação entre Estado e sociedade civil, em vez de uma polarização de forças diretamente opostas, e conferiu à noção de hegemonia seu traço específico; em paralelo, não se perdeu a dimensão consensual da hegemonia, mas se rejeitou a interpretação de que esse conceito pudesse prever somente a existência do consenso.

Indicamos um determinado conceito do instrumental teórico-analítico de Gramsci como portador de uma estatura categorial superior é, em alguma medida, um ato subjetivo, e reflete a perspectiva e os objetivos assumidos pelos intérpretes. Ainda, avaliamos que os nexos estabelecidos entre as categorias intelectual, aparelhos “privados” de hegemonia e “moderno Príncipe” e o conceito de hegemonia ilustram como esta última inspira a articulação teórico-metodológica dos temas dos *Cadernos* e ocupa o “centro de gravidade” do pensamento político de Gramsci. Em sua órbita, as demais categorias gravitam e o grau de importância destas noções “satélites” é “medido” pela “distância” que guardam do conceito central.

Observou-se que as categorias intelectuais, aparelhos “privados” de hegemonia e “moderno Príncipe” portam a perspectiva hegemônica de uma classe fundamental.

Isso significa que elas estão diretamente associadas ao conceito de hegemonia e assumem posições determinantes para a realização de uma reforma intelectual e moral. Diante dessa complementaridade, afirmou-se que essas três categorias são pré-condições para o exercício da hegemonia e que há uma contiguidade entre essas noções e o núcleo conceitual da obra gramsciana.

A hegemonia foi interpretada aqui como um conceito processual, sem ignorar as variações e oscilações existentes nos *Cadernos*. Ela nem é fixa e nem é ambivalente, mas exerce duas funções diversas conforme o contexto analisado (possuindo amplitudes distintas) e preserva as interconexões dialéticas existentes entre cada momento de um processo histórico-político.

Concluimos, que hegemonia é direção, é a capacidade de a classe fundamental subalterna obter o consentimento ativo das demais classes auxiliares (e suas frações); é a conjugação entre direção e domínio: formada a base social de apoio emanada do consenso dos grupos auxiliares, faz-se necessário estender a hegemonia aos grupos sociais que não aceitam a nova direção intelectual e moral por meio do controle dos aparelhos coercitivos da sociedade política. Em resumo, com essa ampliação, a antiga classe fundamental subalterna completa o processo hegemônico e passa a exercer a sua direção e o seu domínio sobre toda a sociedade.

Mereceram destaque duas novidades introduzidas no conceito de hegemonia pelas reflexões carcerárias de Gramsci. A primeira se refere ao emprego desta categoria na análise de processos históricos conduzidos pela burguesia (a Revolução Francesa e o *Risorgimento* italiano). A segunda trata da ampliação das dimensões abarcadas pela hegemonia.

Mostramos segundo Gramsci, que foi preservada a ideia de direção política. Contudo, foi concedido um novo tratamento à dimensão cultural e à conexão entre

política, cultura e economia. Entendeu-se, portanto, que a “função hegemônica” concebida pelo comunista sardo, além de política, cultural e social, é sempre econômica. Também foi sublinhado que compreender a noção de hegemonia como detentora de dois aspectos indissociáveis, o econômico e o ético-político, representa adotar a percepção de que não pode haver reforma intelectual e moral sem a formação de uma vontade coletiva nacional-popular.

Demonstramos ainda o fundamento material da hegemonia visando distinguir o pensamento político de Gramsci de outras interpretações, sem conduzi-lo ao extremo oposto, ou seja, ao aprisionamento do conceito de hegemonia na estrutura econômica e na organização política da sociedade. Preservou-se, desse modo, a concepção de Gramsci sobre a sociedade como uma totalidade unitária e orgânica, explicada a partir da base econômica e das relações sociais de produção e de troca, sem, no entanto, reduzi-la a esta base, dado que, se assim fosse, não haveria espaço para a iniciativa política e, portanto, para a hegemonia.

Tais conceitos da obra do pensador sardo, serviram de auxílio para uma melhor compreensão da atuação de determinados setores e entidades dentro da lógica política e econômica brasileira, sobretudo a partir da década de 1930 com o fortalecimento do setor industrial e, de seus partidos. Dessa maneira, observamos que a ascensão industrial de São Paulo, não só pôs fim a hegemonia industrial do então distrito federal, mas também alavancou o projeto hegemônico da burguesia paulista sobre o estado brasileiro, que se consolidaria de forma sistemática nas décadas seguintes.



## **Capítulo 4 – Simonsen: intelectual orgânico dos industriais paulistas**

No capítulo anterior, observamos a importância do conceito de hegemonia para o referencial teórico gramsciano e para a presente pesquisa, além da importância dos aparelhos privados de hegemonia e dos partidos políticos para a construção da hegemonia.

Uma outra engrenagem essencial nesse complexo sistema de mecanismos e instrumentos para a disputa da hegemonia é composta pelos intelectuais. Na teorização de Gramsci, os intelectuais estão divididos em dois tipos. O primeiro deles é formado pelos “intelectuais orgânicos”, que possuem vínculo estreito com a emergência de uma classe fundamental, cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe nos campos econômico, social e político. O segundo tipo é composto pelos “intelectuais tradicionais”, que em um modo de produção anterior, constituíam uma categoria de intelectuais orgânicos de uma determinada classe que não mais existe. Após o desaparecimento dessa classe, os intelectuais tradicionais passaram a formar uma camada relativamente autônoma que adere ao projeto das classes fundamentais do presente (COUTINHO, 1999b: p. 175).

Os intelectuais são formados no interior de sua classe. Todo grupo social possui um intelectual que juntamente com o partido assume a função de representar sua classe e de conscientizá-la.

Segundo Semeraro (2006), “intelectuais orgânicos” são aqueles que estão entrelaçados nas relações sociais pertencentes a uma classe. Para o autor, os intelectuais são parte de um organismo vivo e em constante expansão. Dessa forma, são ligados ao mundo do trabalho, as organizações políticas mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Os intelectuais orgânicos são os responsáveis por construir o projeto da sua classe.

Nas reflexões carcerárias, Benedetto Croce é o principal exemplo fornecido por Gramsci (2002a: p. 351 [17, 37]) de grande intelectual que integrou um “partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico)”. Segundo Gramsci (1999: p. 420-421 [10, 59]), Croce não pertencia abertamente a nenhum grupo liberal e combatia a ideia e o fato de os partidos estarem permanentemente organizados, porém desempenhava a função de crisol das forças políticas liberais da Itália<sup>23</sup>.

Em que pese o fato de, em determinadas – e excepcionais – circunstâncias, operarem como uma espécie de força dirigente autônoma e superior aos partidos, os intelectuais não constituem um grupo social próprio, desligado das atividades das classes sociais. A categoria que Gramsci desenvolve possui como referência o lugar e a função que os intelectuais ocupam no conjunto das relações sociais, das dinâmicas de conflitos entre as classes e as frações de classes que buscam conservar um bloco histórico, ou almejam edificar um novo.

Dessa maneira, a noção de intelectual presente na obra de Gramsci não pode ser compreendida sob a perspectiva do nível de erudição ou da natureza da atividade profissional de cada indivíduo. A respeito da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual, Gramsci (2001a: p. 18 [12, 1]) sublinha que “o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais”, isto é, no modo de produção capitalista, a não propriedade dos meios de produção, a venda da sua força de trabalho e o trabalho produtor de valor e mais-valia (PIOTTE, 1973: p. 15). Nessa perspectiva, a figura social do industrial, segundo Gramsci (2001a: p. 18 [12,

---

<sup>23</sup> Croce foi senador em 1910, na época em que os senadores italianos eram nomeados pelo Rei. Em 1920-1921 desempenhou a função de ministro da Educação. Após a queda de Mussolini, foi ministro sem pasta em 1943-1944.

1]), não é determinada pelas qualificações intelectuais, mas “pelas relações sociais gerais que caracterizam a efetivamente a posição”, ou seja, a propriedade dos meios de produção e a extração da mais-valia do trabalho operário.

Tratando ainda desse tema, Gramsci (2001a: p. 18 [12, 1]) afirma que “não existe trabalho puramente físico”, pois “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”.

Não aparenta ser casual o seguinte juízo de Gramsci (2001a: p. 18 [12, 1]): “Seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. Essa sentença também patenteia a distância e a diferença que há entre a “função de intelectual” na obra de Gramsci e a separação marxiana de trabalho intelectual e trabalho manual. Aqui, cabe lembrar que enquanto Gramsci (2001a: p. 18 [12, 1]) considera um “erro metodológico” buscar o “critério de distinção [da noção de intelectual] no que é intrínseco às atividades intelectuais”, Marx objetiva exatamente pormenorizar as atividades laborais dos operários da indústria moderna, o que inclui tanto as atividades intelectuais como as atividades manuais. As conclusões inferidas dessa dicotomia compõem a reflexão de Marx (2008b: p. 406) sobre aquela “que constitui o fundamento geral de toda produção de mercadoria”, a divisão social do trabalho, e também o ajuda a explicar o processo de reorganização do trabalho ocorrido na passagem da manufatura para indústria moderna. O acerto metodológico de Gramsci reside no fato de ele não utilizar essas conclusões de Marx sobre a produção de mercadorias para desenvolver sua análise da “função dos intelectuais” no conjunto das relações sociais.

Gramsci (2001a: p. 16 [12, 1]) observa que o surgimento do capitalista é acompanhado da criação de categorias especializadas para o exercício da função

intelectual, tais como, tecnólogo industrial, administrador de empresas, economista; ou seja, além de exprimirem a concepção de mundo da classe a que estão vinculados, intelectuais orgânicos são, em sua maioria, “especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.

Apesar de não ser um grupo social próprio, não é incomum tanto os investigadores que analisam formações sociais do presente como os que se debruçam sobre as do passado afirmarem o oposto. Certamente, os intelectuais possuem uma autonomia relativa é um traço que contribui para a formação dessa falsa imagem, no entanto, esse não é o único, outros elementos reforçam essa aparência. Em primeiro lugar, o já mencionado fato de os intelectuais, em momentos específicos, constituírem uma força dirigente autônoma, um centro político dirigente das “diferentes frações de um mesmo partido orgânico” (GRAMSCI, 2002a: p. 350- 351 [17, 37]). Em segundo lugar, ao contrário das classes sociais fundamentais, a “relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata”, mas mediada, em diversos graus, por todo o tecido social. Isso resulta, ao mesmo tempo, em estratos intelectuais com maior organicidade com uma classe fundamental, e em outros com uma conexão menos estreita com algum grupo social fundamental (GRAMSCI, 2001a: p. 20 [12, 1]). Como último elemento, ressalta-se, a permanência dos “intelectuais tradicionais”, ou seja, de um “grupo de categorias de intelectuais preexistentes” que aparentam ser “os representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2001a: p. 16 [12, 1]).

Movidos por um “espírito de grupo” que se alimenta das longas trajetórias das categorias profissionais e dos organismos a que estão vinculados, como a Igreja e a Universidade, os intelectuais tradicionais “se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2001a: p. 17 [12, 1]). Esse maior

distanciamento dos interesses imediatos das classes fundamentais permite aos intelectuais tradicionais aderirem tanto à concepção de mundo da classe fundamental dominante como à da classe fundamental subalterna. A esse respeito, Gramsci (2001a: p. 19 [12, 1]) afirma:

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela “conquista” ideológica dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Aqui transparecem duas preocupações centrais nas reflexões de Gramsci. Uma é o processo de elaboração de uma nova hegemonia, de uma classe passar da posição subalterna para a posição dominante de uma determinada formação econômico-social; a outra é a formação dos intelectuais orgânicos dessa classe, que busca ser hegemônica. É para esses fins que Gramsci dá relevo à ação dos partidos tanto na formação dos intelectuais orgânicos como na reforma intelectual. Segundo o autor, sem a ação do “moderno Príncipe” não é possível a formação de uma concepção de mundo homogênea e autônoma, ou seja, a classe subalterna não possui condições de romper com os valores que refletem a hegemonia de grupo social dominante, nem de estabelecer uma nova hegemonia. Nesse sentido, Gramsci (2002a: p. 85 [13, 31]) conclui:

Pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado.

No entanto, também na relação entre intelectuais e partido há uma via de mão dupla. Se, por um lado, para Gramsci (2002a: p. 201 [3, 119]) são os partidos que “elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política”, por outro, deve ser lembrada a importância dos intelectuais na construção do “moderno Príncipe”:

Para que um partido exista, é necessária a confluência de três elementos fundamentais (isto é, três grupos de elementos): 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles o

partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “somente” com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina; mas, na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente. Não se nega que cada um desses elementos possa se transformar numa das forças de coesão, mas falamos deles exatamente no momento em que não o são nem estão em condições de sê-lo, e, se o são, apenas o são num círculo restrito, politicamente ineficiente e inconsequente. 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. Também é verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formá-lo mais do que o primeiro elemento considerado. Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe. 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual (GRAMSCI, 2002a: p. 316-317 [14, 70], grifo nosso).

Em outra passagem dos *Cadernos do Cárcere*, pode-se observar como Gramsci (2001a: p. 21 [12, 1]) concebe a inserção dos intelectuais na sociedade civil e na sociedade política:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.

Fica evidente, portanto, uma estreita relação entre as categorias de intelectual e de hegemonia no instrumental teórico-analítico de Gramsci. Tendo como fundamento a análise da noção de intelectual, realizada acima, observa-se que são atribuídas a ela posições e funções cruciais no partido, no governo político e na sociedade civil. Desse modo, é possível interpretar, conforme Gruppi (1978: p. 80), que “uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores”, ou seja, uma reforma intelectual e moral possui como pré-condição a ação dos intelectuais tanto

isoladamente, cujo maior expoente, para Gramsci é Croce, como por meio dos aparelhos “privados” de hegemonia e, principalmente, do “moderno Príncipe”.

Contudo, a observação de maior relevância para o objetivo deste estudo é a concepção de intelectual assumir uma posição destacada na obra gramsciana por estar diretamente associada ao conceito de hegemonia (COUTINHO, 1999b: p. 174; GRUPPI, 1978: p. 80). A relação entre essas noções, no pensamento de Gramsci, ilustra como a hegemonia é o centro de gravidade, em cuja órbita as demais categorias gravitam, pois, a importância de qualquer outra categoria é definida por sua “distância” em relação ao conceito central. Desse modo, não é possível compreender a dimensão exata que os intelectuais possuem no instrumental teórico-analítico de Gramsci sem conhecer, por um lado, a função e o papel que ele concebe para os intelectuais e, por outro, o significado da hegemonia.

Sem dúvida, considerações semelhantes também podem ser tecidas a respeito, por exemplo, da ligação entre hegemonia e “moderno Príncipe” ou entre hegemonia e aparelhos “privados” de hegemonia. Como já foi possível observar, intelectuais, partidos e organismos ditos privados apresentam uma intensa conexão e encontram-se articulados tanto para a realização de uma reforma intelectual e moral, como para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Na busca desse objetivo, os diferentes instrumentos não se excluem, pelo contrário, combinam-se. Ao analisar o significado de tais elos, Gramsci explica que uma esfera social nova se constitui onde essa trama se desenrola, tornando-se um dos alicerces do processo de ampliação do Estado moderno. Em suma, no instrumental teórico-analítico de Gramsci, as categorias: intelectuais, “moderno Príncipe” e aparelhos “privados” estão articuladas e próximas ao núcleo conceitual, tendo função de portadores da perspectiva hegemônica de uma classe fundamental. São, por conseguinte, noções de inquestionável relevância nesse universo teórico.

#### **4.1. A trajetória de Roberto Simonsen**

*Roberto Cochrane Simonsen* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 18 de fevereiro de 1889, filho de Sidney Martin Simonsen e de Robertina da Gama Cochrane. Seu pai, cidadão inglês radicado no Brasil, vem para o país na década de 1870 para comandar o chamado Banco Inglês. Sua mãe era carioca, descendente de antiga família escocesa e parente de lordes Cochrane, figura de grande destaque nas guerras de independência de vários países latino-americanos. Seu avô materno e padrinho, Inácio Wallace da Gama Cochrane, foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial de 1870 a 1879, dirigiu uma importante firma de exportação de café em Santos (SP) e fez parte da diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi também o responsável pela fundação da Companhia Melhoramentos de Santos (*The City of Santos Improvements*) que, contando com a participação de capitais ingleses, organizou os serviços de bondes, luz e água dessa cidade (ABREU, 2001: p. 5481).

Roberto Simonsen fez o curso primário no Colégio Tarquínio da Silva, em Santos, onde sua família vivia. Enviado em seguida para a capital paulista, passou a residir com o avô materno, de quem recebeu grande influência, e cursou o secundário no Colégio (depois Ginásio) Anglo-Brasileiro, tornando-se primeiro aluno da sua turma. Ingressou na Escola Politécnica de São Paulo com 14 anos de idade realizando curso de engenharia civil, concluído em 1909. Ainda esse ano, iniciou suas atividades profissionais na *Southern Brazil Railway*, onde permaneceu até o ano de 1910 (ABREU, 2001: p. 5481).

Em 1911 casou-se com Raquel Cardoso e, no ano seguinte, assumiu a chefia da Diretoria Geral da Prefeitura de Santos, trabalhando em seguida como engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município. Afastou-se desse cargo ao fundar, ainda em 1912, em sociedade com os irmãos, a Companhia Construtora de Santos, pioneira em



planejamentos urbanísticos e responsável pela execução de obras como a pavimentação de parte da cidade e a construção dos prédios da Bolsa do Café e da Associação Comercial, além da base de aviação naval, de armazéns e bancos. Adepto do taylorismo, Simonsen racionalizou os métodos de gestão da empresa, a qual, segundo Heitor Ferreira Lima, obteve notável êxito e propiciou o surgimento de novos empreendimentos, como a Companhia Santista de Habitações Econômicas (destinada à construção de casas para operários), e a Companhia Brasileira de Calçamento. Na Companhia Construtora de Santos, introduziu métodos de organização racional do trabalho e comissões paritárias entre empregados e empregadores, para solucionar possíveis conflitos (LIMA, 1976: p. 157).

Nos textos iniciais publicados por Simonsen, dos anos 1910 e início da década de 1920, fica nítido que a sua preocupação dominante era o aumento da produção, a melhora do desempenho da unidade produtiva capitalista, por meio da racionalização dos processos produtivos e da conciliação de classes (CURI e SAES, 2014).

Com o apoio do prefeito Belmiro Ribeiro, Simonsen conseguiu que a Câmara Municipal de Santos sancionasse, em julho de 1912, a Lei nº 501, que concedia incentivos aos investidores de capital na construção de casas populares. Em 1914, a Companhia Santista de Habitações Econômicas iniciou a construção de um bairro operário em Vila Belmiro, que não chegou a ser totalmente concluído em virtude do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a economia do país (ABREU, 2001: p. 5481).

A crise econômica ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial, em grande parte pela dificuldade de obtenção de capital na Europa e de importações importantes para o setor industrial, obrigou também Simonsen a pedir a liquidação da Companhia Brasileira de Calçamento. Acusado de obter lucros ilícitos nessa operação, conseguiu, contudo, provar sua inocência diante dessas afirmações. O prolongamento da Primeira Guerra

Mundial provocou, por outro lado, no país, e principalmente em São Paulo, um importante crescimento da produção industrial baseado na capacidade produtiva anteriormente instalada. Nesse contexto, em 1916, Simonsen fundou e tornou-se o primeiro presidente do Centro dos Construtores e Industriais de Santos, que tinha como principais objetivos a organização de um cadastro do operariado, a criação de um serviço de assistência e seguro para os trabalhadores e a fundação de escolas de aprendizagem profissional. Logo no início de sua gestão, Simonsen organizou uma câmara de trabalho que funcionou sem nenhuma vinculação oficial como a primeira junta de conciliação do Brasil, incluindo representantes de patrões e operários. Ainda em 1916, Simonsen comprou a Companhia Parque Balneário (ABREU, 2001: p. 5481).

A relação entre os industriais e os operários sempre foi uma preocupação de Simonsen, deixando isso claro em diversos momentos nos Relatórios da Companhia Construtora de Santos,

O maior problema que têm ante si os engenheiros e administradores da época atual é, incontestavelmente, a utilização econômica do trabalho. A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar uma força nova, existente realmente, o descontentamento do operário e proporcionar-lhe como desassombro a justa remuneração, se não quiserem assistir o entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas. A política da classe operária tem sido baseada na limitação da produção e na ilimitação dos salários; ora, colocando-se os patrões em ponto de vista diametralmente oposto, dá-se o choque dos interesses, assim estabelecidos como contrários, resultando a gigantesca luta que estamos presenciando no mundo industrial, e que está assumindo gravíssima feição de guerra de classes. Entretanto, na realidade, esse antagonismo violento não se justifica, e só é explicado por procurarem as duas classes, a todo transe, resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda sociedade. De fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo. Daí a viabilidade da solução harmônica dos interesses das duas classes por investigação científica das condições reais do trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção. (...) Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção.” (Relatórios da Companhia Construtora de Santos, apud LIMA, 1976: p. 158-159).

Roberto Simonsen começou a se destacar na vida pública nacional no período posterior à Primeira Guerra Mundial. Em um banquete oferecido em Santos no dia 27 de

dezembro de 1918 em homenagem ao recém-nomeado ministro da Agricultura, Antônio de Pádua Sales, Simonsen fez um discurso, mais tarde publicado com o título de “Orientação Agrícola Brasileira”, ressaltando a necessidade de se substituir o sistema empírico de produção pelo método científico de organização do trabalho. Impressionado pelas ideias expostas, Pádua Sales convidou-o a integrar a missão comercial brasileira que seria enviada à Inglaterra em junho de 1919 sob a chefia de João Pandiá Calógeras. Segundo Heitor Ferreira Lima, o discurso também causou admiração em outros estudiosos dos problemas brasileiros como Capistrano de Abreu, Luís Pereira Barreto, Afrânio Peixoto e Afonso Taunay (ABREU, 2001: pp. 5481-5482).

A viagem à Inglaterra, iniciada um mês antes da posse de Epitácio Pessoa na presidência da República, teve notável êxito. Simonsen se pronunciou, solicitando a vinda de capitais e técnicos para auxiliar o crescimento da economia brasileira, além de um maior incremento nas relações comerciais entre os dois países. Seus artigos sobre a “Indústria de carnes frigoríficas no Brasil” e “Oportunidades para negócios de madeira no Brasil” foram publicados pelo *Times*, de Londres. Durante a viagem, foi nomeado representante do Brasil no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris em setembro de 1919. Nesse encontro, apresentou um trabalho intitulado “Possibilidades algodoeiras do Brasil” e sugeriu a vinda de especialistas capazes de introduzir no país técnicas de expansão da cotonicultura, que passava por uma fase de recuperação dos prejuízos ocasionados pelo conflito mundial. Como consequência da sua atuação nesse congresso, veio ao Brasil o técnico Arno Pearce, que publicaria em 1922 o livro “*Brazilian Cotton*” sobre os resultados da sua missão. Ainda em 1919, Roberto Simonsen foi enviado para participar da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington (ABREU, 2001: p. 5482).

No Brasil, também em 1919, a Companhia Construtora de Santos venceu a

concorrência aberta pela prefeitura dessa cidade para a construção da Companhia Frigorífica de Santos, da qual Simonsen se tornou presidente. Esse fato originou grande alvoroço, levando inclusive à apresentação de um recurso ao Senado estadual para a anulação do contrato, o que por fim não aconteceu. Nessa mesma época, Simonsen iniciou suas atividades empresariais no setor de alimentos, assumindo a presidência da Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (SP) (ABREU, 2001: p. 5482).

Em 1920, Simonsen interrompeu a construção de casas populares e assinou contrato com Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do governo de Epitácio Pessoa, para a construção de 103 estabelecimentos militares em 26 cidades de nove estados, obedecendo a um projeto oficial de expansão e melhoria das instalações do Exército. A maior parte das obras foi realizada entre princípios de 1922 e fins de 1923, sendo recebidas com resistência por parte de certos setores da imprensa, que denunciaram a existência de irregularidades ao novo presidente da República, Artur Bernardes, empossado em 15 de novembro de 1922. Entretanto, Bernardes confiou à empresa de Simonsen novos trabalhos de engenharia no sul do país, cancelados em dezembro de 1924 a pedido da própria firma devido aos conflitos que conflagraram essa região em 1923 e 1924. As investigações procedidas em 1930 sobre esses contratos confirmariam a inexistência de irregularidades nos serviços prestados pela Companhia Construtora de Santos, levando Simonsen a publicar em 1931 “A construção dos quartéis para o Exército”, onde se defendeu de todas as acusações (ABREU, 2001: p. 5482).

Ao longo de toda a década de 1920, Simonsen se destacou como líder empresarial, assumindo em 1923 a presidência do Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos. No ano seguinte, passou a dirigir a Cerâmica São Caetano e, em 1926, organizou a Companhia Nacional da Borracha e a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, dando início ao processo de substituição de importações nesses setores. Seguindo

a tradição da família, ingressou no comércio do café, diversificando seus interesses. Em sociedade com o cunhado, Edwin Murray, fundou a Casa Comissária Murray, Simonsen e Cia. Ltda. que, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), representou os banqueiros ingleses *Lazard Brothers*, financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café. Criou também a Companhia de Comércio do Café e a *Brazil Warrants*, ambas sediadas em Santos e com várias filiais (ABREU, 2001: p. 5482).

Durante esse período dos anos 1920, Simonsen se afirmou como líder industrial importante, mas seu projeto intelectual e de país ainda era mais ligado à ideia de modernização e de aprofundamento do processo em curso de crescimento de certos setores da economia, do que à noção de superação de uma estrutura atrasada por meio do processo de industrialização (CURI e SAES, 2007: p. 347).

Porém, tal postura começa a se modificar na segunda metade da década de 1920. Em 16 de dezembro de 1926, em entrevista ao *O Jornal*, do Rio de Janeiro, Simonsen afirmou que a indústria e a agricultura apoiavam o rebaixamento artificial da taxa de câmbio determinado pelo governo federal para facilitar as importações. Entretanto, a adoção dessa medida levou os importadores a sobrecarregar o mercado nacional com tecidos estrangeiros, provocando sérias divergências entre empresários do comércio e da indústria, que até então se reuniam em uma única entidade de classe, a Associação Comercial de São Paulo. Em janeiro de 1928, os industriais lançaram chapa própria para concorrer à direção da associação, em oposição à chapa oficial ligada ao comércio. O acirramento das divergências provocou uma cisão entre os dois grupos e levou à criação, em 28 de março seguinte, do CIESP, que teve Francisco Matarazzo como primeiro presidente e Roberto Simonsen como vice. A fundação do CIESP é, assim, a expressão da nova relação de forças objetiva e do lugar ocupado pela indústria (BIANCHI, 2004: p. 67). O CIESP se constituía como uma associação civil, com registro em cartório com o

objetivo de defender a expansão industrial e representar as indústrias paulistas perante os poderes públicos “e com elles colaborar sempre que desta colaboração resulte o progresso industrial do Estado de São Paulo” (CIESP, 1928, p. 3)

Em seu discurso de posse, Simonsen pediu ao governo medidas protecionistas mais abrangentes, ressaltando o papel da indústria como elemento propulsor da independência política e econômica de um país e definidor do padrão de desenvolvimento de um povo

Se é certo que a estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola. (...) Em toda parte as indústrias são consideradas o padrão de adiantamento de um povo. Os núcleos devotadas as pesquisas industriais são verdadeiros centros de elaboração mental, centro de permutas de ideias, centros de irradiação de inteligência e de progresso. As indústrias são grandes cooperadoras na formação das elites. Basta mencionar que as invenções, fruto de estudos, esforços e sacrifícios de toda sorte, em cujo holocausto se têm sacrificado muitos milhares de vidas humanas, as invenções, dizia eu, constituem o princípio vital das grandes indústrias.” (SIMONSEN, 1932 apud LIMA, 1976: p. 164)

Defendeu também a indústria das acusações, então correntes, de ser “artificial” e de contribuir diretamente para a carestia em virtude das tarifas protecionistas. Para ele, não se devia falar em vida cara, mas sim em ganho insuficiente, “porque o índice de produção é baixo em relação à população e extensão do nosso território”. Esse discurso recebeu fortes críticas da Sociedade Rural Brasileira e da Associação Comercial do Brasil (ABREU, 2001: p. 5482). Na Associação Comercial do Rio de Janeiro, o discurso também foi alvo de críticas, discordando do seu regime protecionista, considerando-o “um ponto de vista perigoso, porque afastava o comércio da indústria e da agricultura, o que fora inexequível e com o que nada lucraria o país” (LIMA, 1976: p. 183). Tais manifestações demonstravam as, cada vez mais nítidas, cisões entre diferentes setores das classes dominantes do país.

Nos primeiros meses de gestão, ficou clara a proximidade dos industriais

paulistas com a política de Washington Luis. Isso se materializou no apoio à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República (BIANCHI, 2004: p. 69), combatendo o programa da Aliança Liberal formada em 1929. A vitória desse candidato nas eleições de março de 1930 foi contestada por setores oposicionistas, que passaram a articular junto com oficiais ligados ao movimento tenentista um levante armado contra o governo federal. O Movimento foi deflagrado em outubro e, vitoriosa depois de 21 dias de luta, conduziu Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, ao mesmo tempo em que eram nomeados interventores federais em todos os estados. O governo de São Paulo ficou a cargo do tenente João Alberto Lins de Barros, que encontrou forte oposição por parte das forças políticas tradicionais. Começou então um processo de radicalização da luta política nesse estado, que resultou, em fevereiro de 1932, na formação da Frente Única Paulista (FUP) para lutar pela devolução da autonomia estadual e a imediata reconstitucionalização do país. Com a deflagração da luta armada em 9 de julho de 1932, Simonsen tornou-se responsável pela adaptação do parque industrial paulista à economia de guerra. Baseada em sua liderança, o CIESP e a Associação Comercial de São Paulo desenvolveram estreitos contatos para regularizar o abastecimento da capital, assediada pelas tropas do Governo Provisório.

Durante a guerra civil, Simonsen presidiu a Comissão de Cadastro e Mobilização Industrial formada pelo governo revolucionário paulista, e integrou o Conselho Consultivo Econômico do Estado, o Departamento Central de Munições e o Conselho de Assistência Civil. Em 30 de setembro de 1932, quando a capitulação dos revolucionários estava próxima, convocou uma reunião da FIESP, cuja presidência estava exercendo em caráter interino, e fez constar em ata a importância do trabalho dessa entidade na mobilização das indústrias para a guerra. Depois da derrota dos paulistas, selada pelo armistício de 2 de outubro, Simonsen exilou-se voluntariamente em Buenos Aires,

retornando ao país no mês seguintes (ABREU, 2001: p. 5483).

Quatro meses após chegar ao poder, Vargas, por meio de um decreto em 19 de março de 1931, reformulou a organização sindical de patrões e trabalhadores, centralizando as formas de representação patronal, além de uma estrutura verticalizada – sindicatos municipais, federações estaduais e confederações nacionais. A nova legislação era fortemente influenciada pelo pensamento corporativista, e tornava obrigatório o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como contrapartida, estes eram considerados “órgãos consultivos técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os seus interesses de classe” (BIANCHI, 2004: p. 70). Tal medida os aproximava bastante do processo decisório.

Apesar das ressalvas que haviam com relação a nova lei, estas não impediram que o CIESP se adaptasse rapidamente à nova estrutura corporativa. Somente 2 meses após a promulgação do novo decreto, o Centro modificava seus estatutos e se transformava em FIESP. Porém, a criação da FIESP não se resumia somente a uma mudança de nome, mas sim a adesão gradual a um corporativismo assimétrico e mitigado. Dessa forma, o empresariado se adaptava à estrutura corporativa na medida em que as formas de controle recaíam prioritariamente sobre as classes subalternas e os canais de comunicação e inserção ativa no aparelho de Estado eram abertos seletivamente, privilegiando o empresariado (BIANCHI, 2004: p. 72-73)

No mesmo período, sob a presidência de Francisco de Oliveira Passos, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ) reuniu alguns nomes de projeção do pensamento industrial no Brasil, como Guilherme Guinle, Carlos Rocha Faria, Júlio Pedroso de Lima Júnior, o comendador Artur de Castro, Euvaldo Lodi, Américo Ludolf, Vicente Paulo Galliez, Luís Betim Pais Leme e Raimundo Ottoni de Castro Maia. Porém,



apesar de alguns destes nomes serem membros eminentes do empresariado nacional, estes não conseguiram a mesma inserção dentro dos aparelhos de estado obtida pelos membros da FIESP, salva a exceção de Guilherme Guinle<sup>24</sup> que, durante o Estado Novo (1937-1945), foi vice-presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e Presidente da CSN.

Em 1931, Simonsen associado a outros industriais paulistas (Aldo Mario de Azevedo, Armando de Salles Oliveira, Roberto Mange, Horácio Lafer, dentre outros), criou em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que tinha como principal objetivo promover a racionalização do trabalho em empresas privadas. Ao longo dos anos de 1930, houve uma preocupação em estender essa ideia da produção racional e controlada por normas ao conjunto da economia. A participação de Simonsen na fundação IDORT é uma mostra dessa dimensão de sua atuação: Simonsen foi, certamente, um dos pioneiros da difusão do taylorismo no Brasil, especialmente no setor de construção civil. Entretanto os objetivos do Instituto não se restringiam somente a isso, como expresso em um artigo na primeira Revista IDORT, chamado “O que somos”,

Em resumo, pode-se dizer que o Instituto de Organização Racional do Trabalho é uma sociedade de estudos e de ação, voltada, imediatamente ao melhor aproveitamento de todo esforço humano empregado em qualquer das múltiplas manifestações da atividade moderna, não só na indústria, mas também no comércio e na agricultura, na administração pública, na própria ciência e no trabalho intelectual, em tudo enfim, onde a arte de fazer e de administrar tenha de se fazer sentir” (IDORT/01: 1932: p. 1).

No início do ano seguinte, o IDORT organizou a produção em série numa fábrica de louças, planejou a melhor distribuição dos medicamentos nas drogarias e auxiliou a reforma administrativa do governo do estado, chefiado pelo interventor Armando de Sales Oliveira. A partir de 1934, o IDORT se tornou responsável pela elaboração da RAGE (Reorganização Administrativa do Estado), conferindo-o certa direção sobre o funcionamento dos serviços públicos em São Paulo. Nos primeiros anos de sua existência,

---

<sup>24</sup> Fonte: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/guilherme\\_guinle](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/guilherme_guinle)

sobretudo entre 1931-1937, os fundadores e sócios do IDORT, estiveram presentes em situações importantes da reorganização do Estado brasileiro. Participaram da elaboração de leis federais, governaram São Paulo, dirigiram – pelo menos – um ministério, influenciaram na criação de conselhos técnicos e estiveram envolvidos na racionalização de serviços públicos através da RAGE, que esteve em vigor em diversos estados brasileiros. Toda essa atividade política, se traduz na organização da vontade coletiva de uma fração de classe, para defender os desejos do empresariado paulista em um momento de transição política e econômica. (SOUZA, 2004: p.219-231)

Pouco depois, Simonsen foi eleito presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e fundou a Escola Livre de Sociologia e Política desse estado, a primeira do gênero criada no país, tornando-se mais tarde vice-presidente do seu conselho superior e professor da cadeira de história econômica do Brasil. A instituição trazia em seu manifesto de fundação transformar-se em,

“Centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem como o meio, a incentivar as pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social.” (apud LIMA, 1976: p. 179)

No ano de 1933, a situação política do país foi marcada pelas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de redigir a nova Constituição, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente da República. Nela, além dos deputados eleitos no voto direto realizado em maio, estariam presentes também representantes classistas escolhidos pelos sindicatos reconhecidos pelo governo com base na Lei de Sindicalização editada em 1931. Apesar de criticarem essa lei, os empregadores, coordenados pela Confederação Industrial do Brasil (CIB), adaptaram rapidamente suas entidades de classe às exigências do governo e realizaram, em julho de 1933, uma convenção que elegeu seus 17 representantes à Constituinte. Entre eles, figuravam quatro paulistas: Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Alexandre Siciliano Júnior e Antônio Carlos

Pacheco e Silva (ABREU, 2001: p. 5483).

Durante os trabalhos da Constituinte, iniciados em 15 de novembro de 1933, os representantes dos empregadores paulistas se uniram à bancada da Chapa Única por São Paulo Unido, formada pelas principais forças políticas do estado e herdeira do movimento de 1932. Coerentes com essa opção, manifestando-se contra a representação profissional a nível deliberativo no Poder Legislativo, tornaram-se assim os únicos deputados classistas que rejeitaram a perpetuação do tipo de mandato que exerciam, por considerarem que os grupos profissionais não representavam os interesses gerais da sociedade.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1988), os representantes classistas dos empregadores assumiram uma postura não-partidária e enfatizaram o caráter técnico da sua atuação, preocupando-se sobretudo em sugerir medidas para estimular o desenvolvimento industrial e comercial do país, considerado vital para promover o crescimento do conjunto da economia, modernizar as atividades agrícolas e contribuir para o potencial estratégico de defesa armada da nação. Simonsen, Lafer e Siciliano Júnior foram os oradores mais ativos entre os deputados classistas. Para Simonsen, a legislação social era um dever do Estado e um direito dos trabalhadores, tornando-se por isso necessário promover reformas políticas, econômicas e sociais capazes de racionalizar a ação do Estado no tocante à regulamentação do direito social e à promoção do desenvolvimento econômico. Dessa forma, Simonsen se destacou na defesa do intervencionismo estatal na economia, ressaltando, entretanto, que a livre iniciativa deveria permanecer como fundamento das atividades econômicas e se deveriam evitar os excessos capazes de provocar um “estatismo-absorvente” ou uma “socialização apressada”, em nome dos quais se exerciam governos autoritários.

O grande debate político da Constituinte ocorreu em torno do tema federalismo

x centralização. Os empregadores defendiam a ampliação do caráter federativo do regime político nacional, posição semelhante à da bancada paulista, autora da proposta de que os estados fossem encarregados de regulamentar e aplicar a legislação social. Essa sugestão foi severamente criticada pela bancada dos empregados e pelos setores tenentistas, que acusavam os paulistas de tentar protelar e contornar a execução das medidas trabalhistas (ABREU, 2001: p. 5483).

A Constituinte encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934, elegendo no dia seguinte Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório desde 1930, para a presidência da República. Os mandatos dos deputados foram prorrogados até a posse dos novos parlamentares, eleitos em 14 de outubro de 1934. Simonsen foi novamente escolhido deputado classista pelos sindicatos de empregadores e, nesse mesmo ano, assumiu a segunda-vice-presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB). Na legislatura ordinária iniciada em maio de 1935, colaborou em estudos de problemas econômicos e sociais, integrou a Comissão Especial de Leis Complementares da Constituição e as comissões de Legislação Social e de Diplomacia e Tratados, além de participar na elaboração dos códigos de Águas, do Ar e dos Serviços Industrializados do Estado. Nesse período, fazia parte do círculo de empresários e técnicos ligados a Vargas. Além disso, em seus pronunciamentos, permaneceu em sua defesa de um processo de industrialização apoiado pelo Estado, sobretudo através de medidas protecionistas. Tal atuação fica expressa em seu discurso na Câmara Federal de 11 de setembro de 1935,

E a conclusão que se me depara é a de que, racionalizada a nossa produção agrícola, devemos seguir, no que concerne às indústrias, uma política abertamente protecionista. Temos que fomentar a criação de indústrias basilares à nossa economia e segurança. (...) não podemos, com nossos produtos tropicais, garantir, de modo permanente, uma importação de artigos cujo consumo cresce em proporção geométrica coma civilização do povo, que demanda urgentemente uma elevação em seu padrão de vida. (...) [a desvalorização da moeda] se dará forçosamente, pelo desequilíbrio do balanço de contas, porque um povo civilizado não pode viver sem determinados produtos e não temos possibilidades de exportar mercadorias suficientes para contrabalançar o de que necessitamos em artigos industriais.” (SIMONSEN, 1935: p. 35-37 apud LIMA, 1976: p. 164-165).

Ainda em 1935, Simonsen afirmou que a Constituição aprovada no ano anterior não correspondia à nova realidade do país, marcada, no plano político, pelo agravamento do conflito entre o governo e duas forças antagônicas em ascensão, a Ação Integralista Brasileira (AIB) – de caráter notadamente fascista - e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – que agrupava diversos setores da esquerda. Foi acusado pelo jornal *A Manhã*, ligado à ANL, de pressionar Vargas para reprimir essa organização, que veio a ser fechada em julho. Ao mesmo tempo, recebia frequentes ataques do líder integralista Gustavo Barroso, que o acusava de capitalista e “judeu”. Nesse mesmo ano, Simonsen assumiu a presidência da CIB (mais tarde transformada na Confederação Nacional da Indústria — CNI) e fundou a Companhia Imobiliária Nacional, a Sociedade Construtora Brasileira e a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Em 1936, presidiu uma comissão de estudos sobre educação técnico-profissional, formada por diretores do CIESP.

A partir da criação de alguns órgãos estatais ou paraestatais – como o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), Departamento Nacional do Trabalho (1933), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Plano Geral de Viação Nacional (1934) e do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) – que as entidades representativas do empresariado industrial se inseriram no aparelho do Estado. Em diversas ocasiões o governo recorreu a um empresariado desejoso de mostrar seus serviços, para mapear as necessidades da indústria como, por exemplo, o inquérito realizado em fins de 1936. O texto, redigido por Simonsen, deixa claro o distanciamento dos industriais dos pressupostos liberais, afirmando o protagonismo do Estado no processo de industrialização (BIANCHI, 2004: p. 81).

Preliminarmente, convém acentuar que pode ser de relevantes efeitos a actuação governamental na evolução industrial do Paiz. Basta lembrar, como comprovante dessa asserção que todas as grandes nações, que detêm a supremacia industrial no mundo, conseguiram uma tal posição por medidas inciaes de emulação e protecção, oriundas de políticas económicas bem definidas. (BIANCHI, 2004: p. 81)

Os industriais também manifestavam suas reivindicações e advogavam uma política protecionista mais eficiente, que tivesse o intuito de defender o país, fortalecer sua economia e conquistar os mercados externos. Distante de ser o resultado da ação de um Estado-demiurgo, externo às classes sociais, a política protecionista constitutiva deste projeto é determinada justamente pela ação das classes, das frações de classe e suas instituições, assim como também pelo lugar ocupado nesse processo pelos intelectuais, dentre os quais merece destaque Roberto Simonsen (BIANCHI, 2004: p. 82).

Simonsen foi eleito presidente da FIESP em 1937, chefiando em seguida a delegação brasileira enviada à Conferência de Paz, em Buenos Aires, onde apresentou tese sobre os índices de padrão de vida em todo o continente. Nesse mesmo ano, substituiu Euvaldo Lodi como membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente ligado ao presidente Vargas com a missão de colaborar na definição da política econômica do governo. Em setembro, no exercício dessa função, apresentou um parecer sobre as providências necessárias para o incremento da expansão industrial no Brasil.

Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 e o subsequente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, Simonsen perdeu sua cadeira de deputado federal. Mesmo assim, não se opôs à outorga da Constituição de 1937, que definiu a forma do novo regime. O Memorial da FIESP assinado por Roberto Simonsen e encaminhado ao presidente Vargas registrou a satisfação dos industriais com a nova Carta:

A Constituição de 10 de novembro de 1937, que veio remodelar, inteiramente, a organização política do país, introduziu, entre outras felizes inovações, a colaboração direta das classes produtoras na obra administrativa. Veio, assim, realizar um velho ideal dessas classes e permitiu mais íntimas relações entre elas e o Poder Público. Daí a gratidão que votam ao grande Presidente, que soube compreender o papel que representam na economia nacional e os seus propósitos conservadores da ordem e da estabilidade do Governo. (BIANCHI, 2004: p. 85).

Em janeiro de 1938, foi reeleito para a presidência da FIESP, provocando um

movimento de protesto que resultou no desligamento de 297 empresas até então filiadas à entidade, inclusive a Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Em 1938, Simonsen ingressou no Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, onde permaneceu até 1941. Em 1939, entrou para a Academia Paulista de Letras, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e publicou “A revolução industrial do Brasil”, trabalho encomendado pelo CFCE para ser apresentado à Missão Universitária Norte-Americana durante sua visita ao país (ABREU, 2001: p. 5484).

Nos anos de 1940 e 1941, Simonsen alertou frequentemente as empresas e o governo sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial no abastecimento de gêneros alimentícios, matérias-primas e combustíveis, e apelou à indústria nacional para acelerar a substituição de produtos importados, prevendo a drástica redução do comércio internacional de mercadorias essenciais. Na qualidade de presidente da FIESP e de outras associações, contribuiu para a adoção do racionamento do álcool industrial, do sal e do açúcar, e para a redução do consumo de combustíveis. Em novembro de 1942, foi nomeado para o conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica (CME), formada em setembro com o objetivo de organizar a economia de guerra, adotando as medidas necessárias à aplicação dos acordos de Washington, que asseguravam o fornecimento de matérias-primas brasileiras para os Estados Unidos em troca de financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil. Nos anos seguintes, sob a chefia de João Alberto Lins de Barros, a CME assumiu o papel de um superministério, diversificando seus objetivos e funções: absorveu parte das atribuições do CFCE, passou a controlar a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, mobilizou trabalhadores para os seringais da Amazônia e passou a fixar os índices do salário mínimo nas diferentes regiões do país (ABREU, 2001: p. 5484).

Em 1943, Simonsen integrou a Comissão de Imposto Sindical, vinculada ao

Ministério do Trabalho, e participou do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro com a presença de 234 representantes de 192 entidades. Depois de assistir à apresentação de 14 teses sobre diferentes problemas nacionais e efetuar um balanço da situação econômica do país, o congresso aprovou recomendações sobre agricultura, comércio, exportação e importação, finanças, desequilíbrios regionais, salários, sindicalismo e bem-estar social, além de endossar a participação do Estado como administrador ou regulador das indústrias básicas.

Do ponto de vista teórico, sendo classificado como pensador individual, “o patrono dos economistas de todas as correntes desenvolvimentistas” (BIELSCHOWSKY, 2004: p. 79), Simonsen – como já dito anteriormente – baseou boa parte do seu discurso na lógica do protecionismo como fator fundamental para o desenvolvimento da indústria nacional, alegando que à exceção da Inglaterra, todos os demais países industriais haviam realizado sua industrialização com base em forte protecionismo. Tal defesa, como já citando anteriormente, foi bastante criticado sobretudo por setores que viam seus interesses econômicos atingidos por tais medidas, como o comercial e o agroexportador. Uma de suas mais importantes querelas à época, residiu em sua defesa ao protecionismo do Estado frente as críticas de Eugenio Gudín, em 1944. Usando a retórica de interesse da massa de consumidores nacionais, Gudín atacou os níveis tarifários propostos pelos industriais brasileiros:

Na execução da política de produtividade por que estão a bradar o povo brasileiro, importa estar atento à insidiosa resistência passiva dos interesses reacionários de grupos e associações industriais que visam, antes de tudo, a defesa dos interesses particulares dos industriais já instalados, desenvolvendo surda oposição e hábeis manobras contra tudo que possa vir a com eles concorrer. (GUDÍN, 1977: p. 129 apud BIELSCHOWSKY, 2004: p. 57)

Em contraposição a Gudín, Simonsen argumentava que, ao condenar o protecionismo, Gudín se esquecia-se de que o livre-cambismo só existia, até hoje, para os povos de riqueza já consolidada (SIMONSEN, 1977: p. 193 apud BIELSCHOWSKY,



2004: p. 84)

Três outros argumentos de suporte ao projeto de industrialização são encontrados na obra de Simonsen. Primeiro, ele fazia referência ao problema da vulnerabilidade às crises econômicas, sendo o fortalecimento do mercado interno a sua saída. Segundo, argumentava que os mercados internacionais se tornavam crescentemente pequenos para a produção primária brasileira. (BIELSCHOWSKY, 2004: p. 87-9). Por fim, encontramos na obra do autor um argumento precursor do estruturalismo

Com o rápido crescimento da população, com o aumento de nossos índices de civilização, e com a concorrência de outros povos produtores de artigos similares a nossa exportação *per capita* vem caindo, quer em valor absoluto, quer em valor relativo. Cada vez exportamos menos em relação ao consumo que fazemos. Ocorre, assim, o desequilíbrio nos principais elementos de nossa balança de contas. Cai o nosso câmbio. Acentua-se o desequilíbrio orçamentário. (SIMONSEN, 1937: p. 48-9 apud BIELSCHOWSKY, 2004: p. 89)

Além disso, vale ressaltar a grande importância teórica existente no seu legado ideológico, que influenciou uma série de outros pensadores de períodos subsequentes, principalmente nos anos de 1950. Fica clara assim, a atuação de Simonsen não só como líder industrial, mas também como teórico, sempre em consonância com os interesses mais imediatos da classe que, como presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, liderava.

Simonsen integrou a delegação brasileira enviada em novembro de 1944 à Conferência de Rye, nos Estados Unidos, onde apresentou uma tese sobre a renda nacional, chamando a atenção do mundo para a situação dos países subdesenvolvidos e solicitando para eles uma ajuda mais concreta e eficaz. No mês seguinte, foi um dos seis vice-presidentes do I Congresso Brasileiro da Indústria, que foi organizado em São Paulo pela CNI e a FIESP e teve Getúlio Vargas como presidente de honra (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen faleceu na sede da Academia Brasileira de Letras, no Rio, em

25 de maio de 1948, no momento em que saudava o primeiro-ministro da Bélgica, Paul van Zeland, em visita oficial ao Brasil. Em sua homenagem, a FIESP criou o Instituto Roberto Simonsen (ABREU, 2001: p. 5484).

\* \* \*

Observou-se de forma central o conceito de intelectual orgânico presente nos escritos de Gramsci, sua importância como organizador de uma classe ou fração de classe, e que juntamente com o partido assumem a função de representar sua classe e de conscientizá-la. Além disso, fica nítida a sua fundamentalidade para a construção ou manutenção da hegemonia.

Posteriormente nos debruçamos sobre a trajetória de vida de Roberto Simonsen. Tal exercício teve o objetivo de compreender como o empresário carioca radicado em São Paulo conseguiu tamanha importância e centralidade dentro de uma fração da classe dominante que se desenvolveu de maneira extremamente importante na primeira metade do século XX. Tal desenvolvimento levou a influência do empresariado, principalmente paulista, para as mais altas esferas do estado restrito. Posição esta que anteriormente era ocupada de maneira privilegiada pelos grandes proprietários de terra do país.

Por fim, o objetivo central desta análise foi traçar um paralelo entre o conceito de gramsciano de intelectual orgânico e a vida e obra de Roberto Simonsen, e como este serviu verdadeiramente como um intelectual orgânico da sua classe – ou fração de classe – e como auxiliou de maneira fundamental para sua condução e a construção de uma posição hegemônica dentro do Brasil. Tal fato fica nítido com a sua participação para a organização de sindicatos patronais que defendessem os interesses dos industriais do Estado de São Paulo, notadamente com a criação da CIESP e FIESP durante as décadas

de 1920 e 1930. Soma-se a isso a sua atuação acadêmica com trabalhos teóricos que delimitaram os rumos e a atuação da sua classe, além de orientar ou influenciar ações governamentais para que tais interesses fossem amparados pelo Estado. Sendo assim, Simonsen foi fundamental à emergência de uma classe fundamental, além de dar homogeneidade e consciência a essa classe nos campos econômico, social e político.

## **Considerações Finais**

No presente trabalho, observamos como o Rio de Janeiro se constituiu como principal centro industrial do país a partir da segunda metade do século XIX. Também pudemos compreender como fatores internos e externos puderem contribuir, principalmente a partir das décadas de 1860/1870, no estímulo ao processo industrial, como por exemplo a Guerra do Paraguai e a Guerra Civil norte-americana.

Além disso, acompanhamos o surgimento das primeiras organizações classistas relacionadas ao setor industrial. A função destas associações enquanto organismos de defesa dos interesses de classe gradativamente vai se intensificando ao longo de todo o século XIX, assim como o setor industrial também se desenvolveu durante o referido período.

Ademais, também visualizamos brevemente as principais teorias acerca do processo industrial brasileiro, e quais fatores teriam sido fundamentais para o seu estabelecimento no interior de uma economia marcada pela força do setor exportador no período da gênese da indústria nacional, como a relação direta entre o setor industrial e o setor comercial no caso do Rio de Janeiro, e os “transbordamentos” de rendas provenientes de outras atividades para o desenvolvimento industrial em diferentes lugares do país.

Posteriormente, observamos a trajetória da indústria carioca ao seu ápice, até a Primeira Guerra Mundial. Após se estruturar em torno das vantagens concedidas pela presença do maior e mais importante porto importador do país, somadas a hipertrofia financeira da cidade, que atraiu primeiramente bancos e companhias de seguros, mas que acrescidos do explosivo crescimento urbano, acabou por justificar a organização de

diversos outros setores industriais e de serviços públicos que, somados ao crescimento do mercado interno justificaram a atração de investimentos diretos no setor manufatureiro.

A conexão entre a diversificação da atividade agrícola e o crescimento populacional, geraram as condições para o surgimento de um núcleo de acumulação industrial com relativa autonomia frente ao capital exportador (cafeeiro), aproveitando-se da rede mercantil anteriormente instalada.

Esta condição hegemônica se vê abalada pela explosão das despesas. A indústria carioca sofreu com os efeitos da dificuldade de acesso as matérias-primas estrangeiras, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial. Somou-se a isso problemas que ampliaram seus custos, sobretudo em transportes, energia e salários, que acabaram coincidindo com o momento em que outras regiões ricas e importantes do país começaram o aparelhamento do seu parque industrial. Os ramos industriais tradicionais da cidade, que impulsionaram o início do processo industrial, acabaram por não ter o fôlego necessário à concorrência inter-regional.

Posteriormente, constatou-se que o instrumental teórico-analítico de Gramsci se caracteriza por uma série de relações e encadeamentos; para se conhecer determinado conceito, é indispensável o estudo das demais categorias que o compõem. Por isso, a obra gramsciana foi tratada aqui como um conjunto articulado cujo núcleo é ocupado pelo conceito de hegemonia.

Compreendeu-se que a distinção metodológica (e não orgânica) entre sociedade política e sociedade civil, conjugada à articulação dialética entre força e consenso, embasam o argumento da superação dialética. Avaliou-se que os nexos estabelecidos entre as categorias intelectual, aparelhos “privados” de hegemonia e “moderno Príncipe” e o conceito de hegemonia ilustram como esta última inspira a articulação teórico-

metodológica dos temas dos *Cadernos* e ocupa o “centro de gravidade” do pensamento político de Gramsci.

Observamos que as categorias intelectuais, aparelhos “privados” de hegemonia e “moderno Príncipe” portam a perspectiva hegemônica de uma classe fundamental. Isso significa que elas estão diretamente associadas ao conceito de hegemonia e assumem posições determinantes para a realização de uma reforma intelectual e moral.

Posteriormente nos debruçamos sobre a trajetória de vida de Roberto Simonsen. Tal exercício teve o objetivo de compreender como o empresário carioca radicado em São Paulo conseguiu tamanha importância e centralidade dentro de uma fração da classe dominante que se desenvolveu de maneira extremamente importante na primeira metade do século XX. Tal desenvolvimento levou a influência do empresariado, principalmente paulista, para as mais altas esferas do estado restrito. Posição esta que anteriormente era ocupada de maneira privilegiada pelos grandes proprietários de terra do país.

Por fim, objetivamos traçar um paralelo entre o conceito de gramsciano de intelectual orgânico e a vida e obra de Roberto Simonsen, e como este serviu verdadeiramente como um intelectual orgânico da sua classe – ou fração de classe – e como auxiliou de maneira fundamental para sua condução e a construção de uma posição hegemônica dentro do Brasil. Sendo assim, essencial à emergência de uma classe fundamental, além de dar homogeneidade e consciência a essa classe nos campos econômico, social e político.

## Bibliografia

BRASIL. IBGE. Censo Industrial de 1919. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços. Rio de Janeiro, 1948.

\_\_\_\_\_. Censo Industrial de 1939. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços. Rio de Janeiro, 1948.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. O Brasil - Suas Riquezas Naturaes, Suas Indústrias, 1909, 3 vol. (edição fac-simile: Rio de Janeiro, FIBGE, 1986).

CIESP. *Estatutos do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*. Aprovados em Assembleia Geral de 28 de março de 1928. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

### **Textos:**

ABREU, Alzira Alves de... [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, Vol III / Simonsen, pp. 5481-5484.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Indústria no Brasil e no Rio de Janeiro – Século XIX*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 58-81.

ANDERSON, Perry. *As antinomias de Antonio Gramsci*. In: \_ et al. *Crítica Marxista: A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, pp. 7- 74.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

BARBOSA, Elmer Corrêa. *180 Anos da Indústria Brasileira*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 8-57.

BIANCHI, Alvaro. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CAMPIONE, Daniel. *Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 51-66.
- CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As razões do Presidente*. *Veja*, São Paulo, n. 1512, 10 set. 1997, p. 22-33. Entrevista.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e nós*. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984a, pp. 69-96.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a “questão democrática” em Marx em alguns marxistas*. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984b, pp. 51-68.
- \_\_\_\_\_. *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista*. In: *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994, pp. 13-69.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 15-36.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a, pp. 7-45.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.
- CURI, Luiz Felipe; SAES, Alexandre. *Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República*. In: *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17 nº 2 – 2014,



pp. 313-352. Disponível em:  
<<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=324&path%5B%5D=304>>

D’ALEMA, Massimo. *Que herege era aquele Gramsci liberal*. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A8, 30 ago. 1997.

DEAN, Warren. *A industrialização durante a República Velha*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano*. 1º volume. Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1975.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci contra o ocidente*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 103-118.

DI BIAGIO, Anna. *Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (org.). *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, pp. 87-114.

ENGELS, Friedrich. *Introdução à Guerra civil na França*, de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 187-197.

\_\_\_\_\_. Introdução [de 1895] de As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl. *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, pp. 93-110.

\_\_\_\_\_. Prefácio para a terceira edição alemã [de 1885]. In: MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, pp. 11-13.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A Revolução de 1930 e a economia brasileira*. Revista Economía, Brasília, v.13, n.3b, p.843-866, set/dez 2012.

FONTANA, Benedetto. *Hegemonia e nova ordem mundial*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 113-125.

FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*. In: *Reflexões im-pertinentes – História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006, pp. 201-232.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *A industrialização no Rio de Janeiro – 1930/1945 (indústrias e industriais no antigo Distrito Federal)*. Dissertação de mestrado, ICH/UFF, Niterói, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento Industrial no Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX: Transformações Urbanas e a Indústria da Construção Civil*. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GALVÃO, Olímpio J. de Arrouxelas. *Concentração Industrial no Brasil segundo os Censos, 1907-1980*. In: Revista Análise Econômica. N° 15. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1991. p. 143-181.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 300 p.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

\_\_\_\_\_. *Escritos políticos*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000 [1978].

GUARITA, Marco Antônio. *A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro IEI/UFRJ, 1986.

GUDIN, Eugenio. *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

GUIMARÃES, Juarez. O PT e o conceito de hegemonia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 2 p.

HANSEN, Claudia; SAES, Alexandre. *Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX*. In: História Econômica & História de

Empresas, X. 1 2007, pp. 48-81. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=74&path%5B%5D=40>>.

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Presença de Gramsci. *O Tempo*, Belo Horizonte, p. 8, 10 mar. 1998.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As Engrenagens da história: documentos do Arquivo Nacional para os 180 anos da industrialização no Brasil*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 82-101.

HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada*. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 5-44, out./dez. 1976.

\_\_\_\_\_. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge (Eng.) New York: Cambridge University Press. 1981.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987. KLEIN, HERBER

LENIN, Vladimir Ilitch. O estado e a revolução. In: *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pp. 219-305.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1944*. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n ° 3, 1986.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LIBBY, Douglas. C. *Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX*. Revista do Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, p. 149-160, 1989.

LIMA, Heitor Ferreira. *3 Industriais Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2v.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MAGRONE, Eduardo. *Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n. 70, pp. 353-372, set./dez. 2006.
- MALAVOTA, Leandro Miranda. *A Construção do Sistema de Patentes no Brasil: um olhar histórico*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MARX Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política, livro 1, v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resoluções do XI congresso do PCB*. Rio de Janeiro: PCB, 1996, pp. 47-70.
- \_\_\_\_\_. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: *Obras escolhidas, v. 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, pp. 83-92.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política, livro 1, v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resoluções do XI congresso do PCB*. Rio de Janeiro: PCB, 1996, pp. 47-70.

\_\_\_\_\_. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, pp. 83-92.

MAUAD, Ana. *Mudança de hábitos: cotidiano e modos de vida nos 180 anos da industrialização no Brasil*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 102-127.

MAZA, Fabio. *A polêmica entre a Fiesp e Oliveira Viana sobre a Organização Sindical e Corporativa*. In: MENDONÇA, Sonia (org.). *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MELLO, Zélia Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza, Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil escravista à economia exportadora capitalista*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1981.

MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos*. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 189-200.

MONTEIRO, Ana Maria da C. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895*. Niterói, UFF, 1985.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

NICOL, Robert C. *A Agricultura e a Industrialização no Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. 1974.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O Gramsci do Presidente*. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 2, 25 out. 1997.

\_\_\_\_\_. *Gramsci e os desafios de uma política democrática e de esquerda*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 65-102.

\_\_\_\_\_. *As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 215-233.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S ed., 1992.

PEREIRA, Thiago Barreto Bacellar. *A hegemonia em Antonio Gramsci: controvérsias nas interpretações de um conceito fundamental para o marxismo clássico e contemporâneo*. 2012. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PIGNATON, Álvaro. *Origens da industrialização no Rio de Janeiro*. Dados 15, 1977

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PIOTTE, Jean-Marc. *El pensamiento político de Antonio Gramsci*. Buenos Aires: Cuadernos de Cultura Revolucionaria, 1973.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1977].

PREBISCH, Raúl. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. Document E/CN 12.89. United Nations Economic Commission for Latin America, 1949.

SAVIANNI, Demerval. *Gramsci na educação brasileira*. Ribeirão Preto, SP: Atual web Site, 2004. 16 p.

SCHWARCZ, Lilia (org.). *A Abertura para o mundo: 1889-1930 – História do Brasil Nação – Vol. 3*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SECCO, Lincoln. *Crise e estratégia em Gramsci*. In: DIAS, Edmundo Fernando et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 81-95.

\_\_\_\_\_. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SIEDJAMER, Cira et al. *Características da atuação de um grupo de interesses junto ao sistema político brasileiro da Primeira República*. Revista de História. São Paulo, ano 15, n.91, jul/set, 1972.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SIMIONATTO, Ivete. *O social e o político no pensamento de Gramsci*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 37-64.

\_\_\_\_\_. *A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades*. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 275-289.

SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão*. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

SOUZA, Célia Aparecida de. *O IDORT e suas Ações Políticas entre 1931 e 1937*. In: MENDONÇA, Sonia (org.). *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. *A industrialização de São Paulo: 1930-1945*. Revista Brasileira de Economia, volume 25, número 2, abr./jun.1971, pp. 89-111.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral", in *Congresso Internacional de História Econômica*, 10. 1990.

WATKINS, M.A. *Staple Theory of Economic Growth*. In: *Canadian Journal of Economics and Political Science*, n. 29, vol. 2. p. 141-58, 1963.